

48

ESTUDOS DA CENTRAL DE BALANÇOS

ANÁLISE DAS EMPRESAS
DA REGIÃO DO ALENTEJO

OUT. 2021



BANCO DE
PORTUGAL
EUROSISTEMA

48

ESTUDOS DA CENTRAL DE BALANÇOS

ANÁLISE DAS EMPRESAS
DA REGIÃO DO ALENTEJO

OUT. 2021



BANCO DE PORTUGAL
EUROSYSTEM

Lisboa, 2021 • www.bportugal.pt

Nota prévia

A presente análise baseia-se nos dados recolhidos através da Informação Empresarial Simplificada (IES) e tratados pela Central de Balanços do Banco de Portugal. Através da IES as empresas cumprem as obrigações de declaração das contas anuais perante os Ministérios das Finanças e da Justiça, o Banco de Portugal e o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Para esta análise utilizaram-se os dados da IES de 2019, os mais recentes à data desta publicação. A IES é normalmente reportada no prazo máximo de seis meses e meio após o fim do exercício económico, o que corresponde, para a maioria das empresas residentes em Portugal, ao dia 15 de julho do ano seguinte ao de referência dos dados. Excecionalmente, devido à pandemia de COVID-19, o prazo para cumprimento da obrigação de entrega da IES referente a 2019 foi prorrogado até ao dia 15 de setembro de 2020.

A informação reportada pelas empresas na IES é objeto de controlo de qualidade no Banco de Portugal que visa, essencialmente, assegurar a coerência e a integridade da informação estatística no exercício económico, assim como a consistência temporal dos principais agregados.

Para além da informação obtida através da IES, esta publicação incorpora informação complementar relativa ao financiamento das empresas em Portugal, disponível a partir de outras bases de dados geridas pelo Banco de Portugal. A informação da Central de Responsabilidades de Crédito permite caracterizar uma parte significativa dos passivos das empresas portuguesas, nomeadamente no que respeita aos empréstimos concedidos pelo setor bancário residente. Foram incorporados neste estudo dados da Central de Responsabilidades de Crédito relativos ao período compreendido entre junho de 2015 e dezembro de 2020.

Sumário

Em 2019, estavam sediadas na região do Alentejo 28 mil empresas, as quais representavam 6% das sociedades não financeiras em atividade em Portugal. Estas empresas eram responsáveis por 4,5% do volume de negócios (17,6 mil milhões de euros) e 4,8% das pessoas ao serviço (152 mil pessoas).

Um terço das empresas da região estava sediado na sub-região da Lezíria do Tejo, responsável por 40% do volume de negócios da região e por 35% do número de pessoas ao serviço. O Alentejo Central, a segunda sub-região mais relevante, agregava 24% das empresas, 16% do volume de negócios e 21% das pessoas ao serviço. Estas duas sub-regiões representavam, em conjunto, 56% das empresas e das pessoas ao serviço da região do Alentejo e 57% do respetivo volume de negócios.

A maioria das empresas (62%) da região pertencia aos setores dos serviços: 23% ao comércio e 38% ao conjunto dos outros serviços – nos quais se incluem, entre outras, as atividades ligadas à hotelaria, à restauração e aos transportes. Estes setores agregavam, em conjunto, 48% do volume de negócios (33% associado ao comércio e 15% aos outros serviços) e 50% das pessoas ao serviço (32% associado aos outros serviços e 18% ao comércio). A indústria concentrava 9% das empresas da região e era responsável por 35% do volume de negócios e 22% das pessoas ao serviço. Destacava-se ainda o setor da agricultura e pescas no total da região, responsável por 22% das empresas, 11% do volume de negócios e 19% do número de pessoas ao serviço. Face a 2015, destaque para o aumento do peso da agricultura e pescas e dos outros serviços, compensado pela menor relevância do comércio, algo transversal aos vários indicadores.

A região do Alentejo assumia maior relevância na agricultura e pescas. Em 2019, a região agregava 32% das empresas do setor e 34% do respetivo volume de negócios. Sobressaía, igualmente, na indústria, com 6% do volume de negócios deste setor a ter origem em empresas com sede na região do Alentejo.

Em 2019, 90% das empresas sediadas na região do Alentejo eram microempresas. Estas eram responsáveis por 23% do volume de negócios e 33% do número de pessoas ao serviço. As pequenas e médias empresas, representativas de 10% das empresas da região, agregavam 52% do volume de negócios e 48% do número de pessoas ao serviço. As grandes empresas, apesar de representarem apenas 0,2% das empresas da região, agregavam 26% do volume de negócios e 19% do número de pessoas ao serviço, pesos inferiores aos registados no total das empresas. Entre 2015 e 2019, destaque para o aumento do peso das grandes empresas nas estruturas das empresas da região por classes de dimensão atendendo ao número de pessoas ao serviço e ao volume de negócios (4 pp e 2 pp, respetivamente).

Por classes de maturidade, 52% das empresas da região do Alentejo tinham até 10 anos de atividade (55% no total das empresas). No entanto, as empresas com mais de 20 anos de atividade eram responsáveis pelas maiores parcelas do volume de negócios e do número de pessoas ao serviço: 47% e 36%, respetivamente (57% e 47% no total das empresas).

O número de empresas em atividade na região aumentou 2,3% entre 2018 e 2019, crescimento inferior, pelo terceiro ano consecutivo, ao observado no total das empresas (3,5%). Entre 2015 e 2019, o número de empresas em atividade na região do Alentejo aumentou 10,5%, abaixo do crescimento de 12,8% registado no total das empresas.

Em 2019, o volume de negócios da região do Alentejo aumentou 6,6% (3,6% no total das empresas), mantendo a taxa de crescimento registada em 2018. O crescimento do volume de negócios foi transversal a todas as sub-regiões, tendo sido mais expressivo no Alentejo Litoral (20%). Todos os setores de atividade económica na região do Alentejo registaram variações positivas do volume de negócios, com destaque para os crescimentos mais elevados registados

na construção, na eletricidade e água e na agricultura e pescas (16%, 13% e 10%, respetivamente). Também as várias classes de dimensão registaram crescimentos dos respetivos volumes de negócios: 5% nas microempresas e nas pequenas e médias e 11% nas grandes empresas.

Os gastos da atividade operacional aumentaram 6,7% em 2019, subida superior à verificada no total das empresas (3,4%). O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) representava 61% dos gastos da atividade operacional das empresas da região do Alentejo, seguindo-se os fornecimentos e serviços externos (FSE) e os gastos com o pessoal (23% e 16%, respetivamente).

Pelo terceiro ano consecutivo, o mercado externo contribuiu para o aumento do volume de negócios das empresas da região (3 pp). As exportações representavam 26% do volume de negócios das empresas da região (22% no total das empresas).

Em 2019, a região do Alentejo representava 5% das exportações e 4% das importações do total das empresas. Integravam o setor exportador 4% das empresas da região, as quais eram responsáveis por 36% do volume de negócios. Entre 2015 e 2019, o peso do setor exportador no total da região praticamente não se alterou.

Em 2019, o EBITDA gerado pelas empresas da região aumentou 61% (crescimento de 1% no total das empresas) depois de um decréscimo de 36% registado no ano anterior (evoluções condicionadas pela evolução anual do EBITDA de um conjunto reduzido de empresas com sede na região, em particular na sequência do registo de imparidade e provisões). A rentabilidade dos capitais próprios agregada das empresas da região foi de 6% (7% no total das empresas).

A autonomia financeira das empresas da região do Alentejo foi de 41% em 2019 (35% em 2018), valor superior ao registado no total das empresas (37%). Não obstante, 22% das apresentavam capitais próprios negativos (25% no total das empresas).

A dívida remunerada representava 51% do passivo das empresas da região, valor inferior ao observado no total das empresas (52%). Os empréstimos bancários constituíam mais de metade da dívida remunerada das empresas da região: 52%, mais 11 pp do que no total das empresas.

O passivo das empresas da região do Alentejo aumentou 0,6% (2,1% no total das empresas). Este aumento deveu-se ao contributo positivo dos outros passivos, compensado, em parte, pelos aportes negativos da dívida remunerada e dos créditos comerciais.

Os gastos de financiamento das empresas da região diminuíram, em média, 9% (decrécimo de 1% no total das empresas). O rácio de pressão financeira da região situou-se em 11% em 2019.

De acordo com a informação da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, no final de 2020, os empréstimos concedidos pelo setor bancário residente em Portugal às empresas da região do Alentejo representavam 6% dos empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente ao total das empresas. O rácio de empréstimos vencidos na região era de 3,1%, uma percentagem inferior à verificada no total das empresas (3,4%). A parcela de empresas com crédito em incumprimento na região era de 16,9% no final de 2020. Esta proporção diminuiu 10 pp entre 2015 e 2020.

Em 2019, o financiamento por créditos comerciais representava 19% do passivo das empresas da região do Alentejo (17% no total das empresas). No entanto, o financiamento líquido por dívida comercial era negativo, num montante equivalente a 1,6% do volume de negócios, valor idêntico ao observado no total das empresas.

Índice

Nota prévia | **3**

Sumário | **5**

I Análise das empresas da região do Alentejo | **9**

1 Introdução | **11**

2 Estrutura e demografia | **14**

2.1 Estrutura | **14**

2.2 Demografia | **30**

3 Análise económica e financeira | **32**

3.1 Atividade e rendibilidade | **32**

Caixa 1 • A relevância do mercado externo para a região do Alentejo | **36**

Caixa 2 • Análise DuPont da rendibilidade dos capitais próprios | **47**

3.2 Situação financeira | **54**

Caixa 3 • Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente | **60**

II Anexo | **70**

1 Síntese metodológica | **72**

Siglas e acrónimos | **75**

Referências | **76**

Estudos da Central de Balanços | **77**

I Análise das empresas da região do Alentejo

1 Introdução

2 Estrutura e demografia

3 Análise económica e financeira

1 Introdução

O presente estudo avalia a situação económica e financeira das empresas¹ da **região do Alentejo**, e tem por base a informação da Central de Balanços do Banco de Portugal². Este estudo integra um conjunto de análises regionais, a partir da desagregação do território nacional atendendo à Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS)³.

Os resultados apresentados complementam os dados agregados sobre empresas não financeiras apurados igualmente a partir da Central de Balanços e divulgados nas publicações estatísticas do Banco de Portugal⁴.

Este estudo é especificamente orientado para uma análise regional, na qual os dados agregados das empresas não financeiras residentes em Portugal são desagregados pelas regiões que constituem o território de Portugal, de acordo com a NUTS. Considerou-se, para este efeito, o conjunto das empresas da região do Alentejo, decompostas consoante os territórios que a compõem: **Alentejo Litoral, Baixo Alentejo, Lezíria do Tejo, Alto Alentejo e Alentejo Central**⁵.

- ¹ Por uma questão de simplificação utilizam-se neste estudo as expressões “empresa” e “sociedade” de forma indiferenciada; ambas as expressões são referentes às empresas que integram o setor institucional das sociedades não financeiras (SNF). O setor das SNF constitui um dos setores institucionais da economia. A setorização institucional dos agentes económicos é efetuada de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 2010 (SEC 2010), aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho através do Regulamento n.º 549/2013, de 21 de maio. O SEC 2010 constitui o referencial harmonizado sobre a metodologia de compilação e prazo de disponibilização das contas nacionais dos países da União Europeia, incluindo estatísticas sob a responsabilidade do Banco de Portugal. As séries em estudo têm subjacente a delimitação do universo SEC 2010. Segundo o normativo das contas nacionais, os empresários em nome individual (ENI) estão incluídos no setor institucional dos particulares. Desta forma, todos os dados apresentados neste estudo para o setor das SNF excluem os ENI (representativos de cerca de dois terços do número de empresas em Portugal, mas de apenas 5% do respetivo volume de negócios). Foram ainda excluídas da presente análise as empresas classificadas nas Secções K – *Atividades Financeiras e de Seguros*, O – *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória*, T – *Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio* e U – *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais*, bem como na Subclasse 70100 – *Atividades das sedes sociais* da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3).
- ² A Central de Balanços do Banco de Portugal é uma base de dados com informação económica e financeira sobre as SNF em Portugal. A informação baseia-se nos dados contabilísticos anuais comunicados no âmbito da Informação Empresarial Simplificada (IES) e nos dados contabilísticos trimestrais reportados pelas empresas através do Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras (ITENF). Os dados anuais cobrem a quase totalidade das SNF e os dados trimestrais cobrem cerca de quatro mil empresas, representativas de 50% do volume de negócios do setor. A informação apresentada neste estudo reflete, essencialmente, dados recolhidos através da IES e tratados pela Central de Balanços do Banco de Portugal, incorporando ainda uma parcela estimada para a não-resposta à IES. São também consideradas, em alguns casos, formas alternativas de apresentação dos indicadores económico-financeiros agregados das empresas, que podem resultar em diferenças face a elementos apresentados em outros produtos estatísticos produzidos com base em informação da Central de Balanços, tendo em vista uma leitura mais ajustada ao fenómeno em estudo. Para mais detalhe relativamente à atividade da Central de Balanços, podem ser consultados os *Suplementos ao Boletim Estatístico 1/2008 – Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços* e *2/2013 – Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas* e o Estudo da Central de Balanços n.º 36 – *Quadros da setor e quadros da empresa e do setor*, de fevereiro de 2019.
- ³ A situação das empresas da região do Alentejo, assim como das restantes regiões portuguesas (Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores), foi analisada no Estudo da Central de Balanços n.º 31 – *Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016*, de abril de 2018.
- ⁴ As estatísticas da Central de Balanços são publicadas nos Quadros do Setor, disponíveis no *site* do Banco de Portugal. São igualmente disponibilizadas no *BPstat*, sob o domínio “Empresas da central de balanços”.
- ⁵ Correspondentes ao nível de decomposição do território nacional com base em NUTS III.

A região à qual pertencem as empresas é identificada com referência à localização da respetiva sede, tal como consta no universo de referência das sociedades não financeiras do Banco de Portugal⁶, independentemente da existência de estabelecimentos localizados noutras regiões do país ou no estrangeiro.

A análise incide essencialmente sobre o período 2015-2019, com base nos dados reportados através da Informação Empresarial Simplificada (IES). O ano de 2020 é mencionado sempre que existe informação relativa ao mesmo, como acontece na análise relativa ao financiamento por empréstimos concedidos pelo setor bancário residente, baseada em dados obtidos a partir da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal.

Para alguns indicadores selecionados, decompõe-se o diferencial registado entre o valor agregado de cada uma das sub-regiões que integram a região do Alentejo e o valor relativo ao total das empresas da região do Alentejo, ou entre os valores destas regiões e o do total do território nacional. O diferencial é decomposto no efeito resultante da distinta composição setorial e no efeito decorrente das características intrínsecas das empresas. Esta decomposição segue a metodologia definida pelo Banco Central Europeu (2017)⁷.

A análise inicia-se, no Capítulo 2, com uma caracterização das empresas da região do Alentejo. É detalhada a estrutura da região por setores de atividade económica e sub-regiões e analisada a especialização setorial das sub-regiões que a integram. É ainda descrita a estrutura das empresas da região por classes de dimensão e de maturidade e apresentada informação sobre a demografia empresarial.

No Capítulo 3, analisa-se a evolução recente da atividade das empresas desta região e determina-se em que medida esta se reflete nas rendibilidades obtidas. Para tal, decompõem-se os efeitos que influem sobre estas rendibilidades, entre as componentes operacional e financeira da atividade das empresas. Na Caixa 1, “A relevância do mercado externo para a região do Alentejo”, analisa-se o peso do setor exportador nas empresas da região, bem como o contributo do mercado externo para a evolução do volume de negócios. Na Caixa 2, “Análise DuPont da rendibilidade dos capitais próprios”, é apresentada uma análise da rendibilidade dos capitais próprios atendendo a um conjunto de fatores explicativos obtidos a partir da Análise DuPont⁸ para a decomposição deste indicador. Na Caixa 3, “Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente”, são fornecidos detalhes sobre a dívida remunerada das empresas da região, no que respeita aos empréstimos concedidos pelo setor bancário residente.

⁶ O universo de referência das sociedades não financeiras é uma base de dados que integra, para todas as empresas não financeiras residentes em Portugal, um conjunto de informação estrutural (NIPC, setor de atividade, localização da sede, entre outras) e conjuntural (volume de negócios anual, total do ativo, pessoas ao serviço e capital social). O *Suplemento ao Boletim Estatístico 2/2013 – Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas* contém informação detalhada sobre as fontes de informação da Central de Balanços.

⁷ O diferencial entre o valor de um rácio numa dada sub-região e o seu valor para o total das empresas da região do Alentejo pode decompor-se entre o efeito da componente intrínseca (efeito intrínseco – associado ao facto de as empresas de uma dada sub-região apresentarem determinadas características que fazem com que se diferenciem da globalidade da região nos níveis dos indicadores analisados) e o efeito da composição estrutural do mesmo (efeito de composição – associado à composição setorial de cada sub-região e à forma como estas estruturas condicionam os valores dos respetivos indicadores agregados). A metodologia utilizada encontra-se detalhada no estudo do Banco Central Europeu *Decomposition techniques for financial ratios of European non-financial listed groups*, de maio de 2017.

⁸ A Análise DuPont é amplamente referida na literatura sobre análise financeira das empresas, podendo ser consultada, por exemplo, em Ross et. al. (2010) e Brandão (2003). No presente estudo, a decomposição da rendibilidade dos capitais próprios efetuada procura explicitar as três componentes principais da decomposição de DuPont: rendibilidade das vendas, eficiência na utilização dos ativos e avoalancagem financeira. No entanto, esta decomposição permite a adoção de outras formulações através da expansão da componente associada à rendibilidade das vendas, contemplando rácios que permitem captar, por exemplo, os efeitos associados à rendibilidade operacional, aos gastos de financiamento e ao imposto sobre o rendimento do exercício.

Neste estudo são ainda explorados os dados microeconómicos, cuja análise permite detalhar o comportamento da generalidade das empresas da região. Para esse efeito, são referidos ocasionalmente indicadores baseados na distribuição dos valores individuais das empresas, que fornecem medidas isentas das distorções que os valores agregados podem apresentar pela eventual presença de dados extremos. Analisam-se também os contributos dos setores de atividade económica e das classes de dimensão para os resultados agregados da região.

Nesta publicação, compara-se os resultados obtidos para a região do Alentejo com os do total das empresas em Portugal. Para um maior detalhe sobre o total das empresas, poderá ser consultado o Estudo da Central de Balanços n.º 46 – *Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2019*, de março de 2021.

No *site* do Banco de Portugal estão disponíveis, em ficheiro Excel, as séries estatísticas analisadas. Na área “Empresas” do *site* do Banco de Portugal, cada empresa pode obter o seu Quadro da Empresa e do Setor. Esta informação permite à empresa comparar a sua situação económica e financeira com a das restantes empresas do mesmo setor de atividade e classe de dimensão, atendendo a um vasto conjunto de indicadores. No *site* do Banco de Portugal é ainda possível a qualquer utilizador aceder aos Quadros do Setor, os quais possibilitam a obtenção de informação agregada para o mesmo conjunto de indicadores sobre qualquer setor de atividade e classe de dimensão.

2 Estrutura e demografia

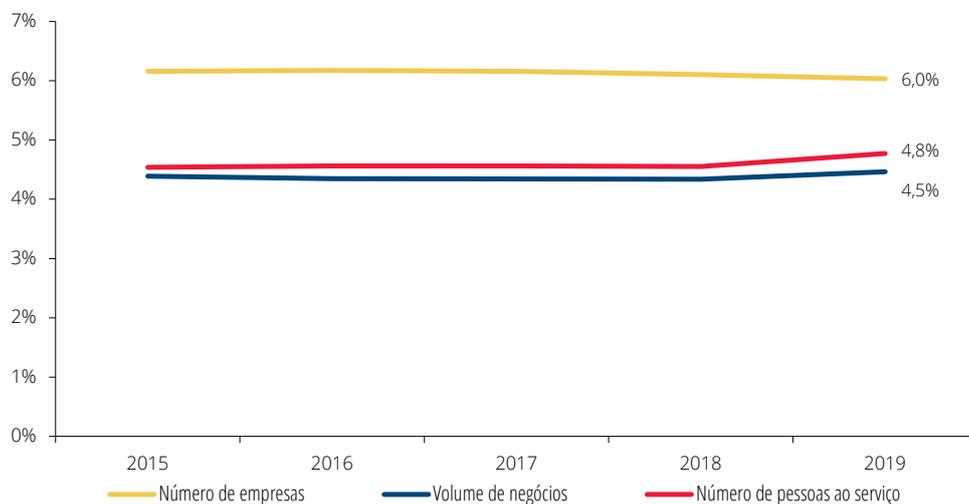
Em 2019, as empresas sediadas na região do Alentejo representavam 6% das sociedades não financeiras em Portugal. Na região, operavam maioritariamente microempresas, ainda que as pequenas e médias empresas agregassem as maiores parcelas do volume de negócios e do número de pessoas ao serviço. O peso das grandes empresas era inferior ao observado no total das empresas. A sub-região da Lezíria do Tejo reunia um terço das empresas da região e as maiores parcelas do volume de negócios e do número de pessoas ao serviço. Os serviços (comércio e outros serviços) representavam a maioria das empresas da região e as maiores parcelas do volume de negócios e do número de pessoas ao serviço. São de destacar, ainda, os pesos da agricultura e pescas e da indústria. A maioria das empresas da região tinha menos de 10 anos de atividade.

O número de empresas em atividade na região do Alentejo aumentou em 2019. Esse crescimento foi inferior ao verificado no total das empresas, pelo terceiro ano consecutivo.

2.1 Estrutura

Em 2019, estavam sediadas na região do Alentejo 28 mil empresas, o correspondente a 6% das sociedades não financeiras a operar em Portugal. Estas empresas agregavam 4,5% do volume de negócios das empresas portuguesas (17,6 mil milhões de euros) e 4,8% das respetivas pessoas ao serviço (152 mil pessoas) (Gráfico I.2.1).

Gráfico I.2.1 • Peso da região do Alentejo no total das empresas



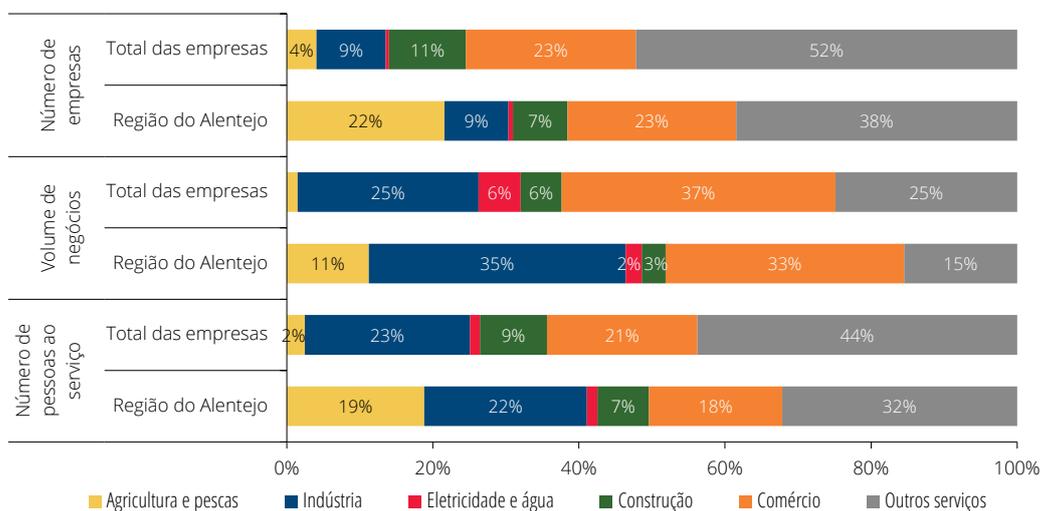
Atendendo ao número de empresas, a relevância da região do Alentejo no total das empresas diminuiu marginalmente entre 2015 e 2019, não obstante ter aumentado quando considerado o volume de negócios e o número de pessoas ao serviço (0,1 pp e 0,2 pp, respetivamente). No período 2009-2019, o aumento da preponderância das empresas da região foi transversal aos vários indicadores: 0,1 pp atendendo ao número de empresas, 0,7 pp tendo em conta o volume de negócios e 0,4 pp quando considerado o número de pessoas ao serviço.

2.1.1 Por setores de atividade económica

Estrutura

Em 2019, a região do Alentejo apresentava uma estrutura setorial distinta da registada na totalidade do território nacional. Ainda que 62% das empresas da região estivessem associadas aos setores dos serviços (23% ao comércio e 38% ao conjunto dos outros serviços), destacava-se o peso assumido pela agricultura e pescas. Este setor agregava 22% das empresas da região e era responsável por 11% do volume de negócios e 19% do número de pessoas ao serviço (Gráfico I.2.2). A indústria, representativa de apenas 9% das empresas da região, era responsável por 35% do volume de negócios e 22% das pessoas ao serviço. Os setores dos serviços agregavam, em conjunto, 48% do volume de negócios da região (33% associado ao comércio e 15% aos outros serviços) e 50% das pessoas ao serviço, salientando-se os outros serviços, com 32% das pessoas ao serviço da região. Face a 2015, destaque para o aumento do peso da agricultura e pescas e dos outros serviços, compensado pela menor relevância do comércio, algo transversal aos vários indicadores.

Gráfico I.2.2 • Estruturas | Por setores de atividade económica (2019)⁹



Em comparação com o observado no total das empresas, a agricultura e pescas era mais relevante na região do Alentejo: 18 pp atendendo ao número de empresas, 16 pp tendo em conta o número de pessoas ao serviço e 10 pp em termos do volume de negócios. Também a parcela do volume de negócios afeta ao setor da indústria era 10 pp superior à registada quando considerado o total das empresas. Em contrapartida, a relevância do setor dos serviços na região era inferior, em 14 pp, independentemente do indicador, situação igualmente verificada na construção, ainda que com diferenças inferiores.

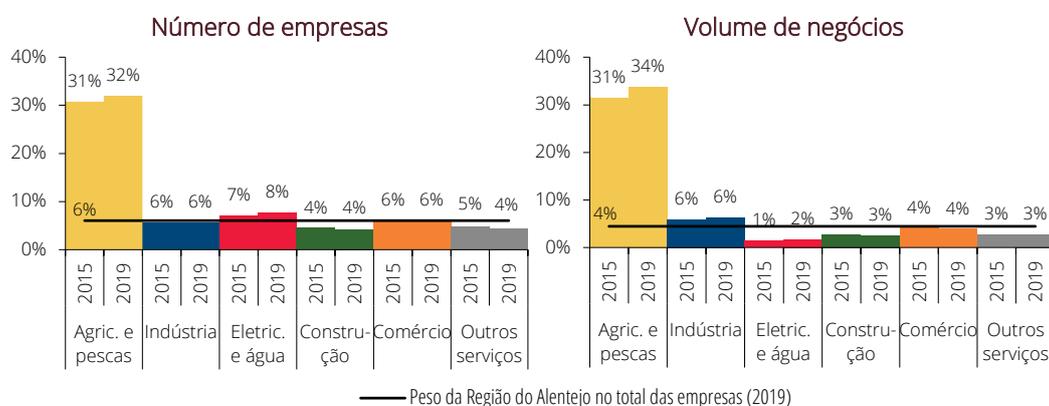
⁹ Por questões de arredondamento, os totais dos gráficos e quadros apresentados neste estudo podem não corresponder à soma das parcelas.

Peso relativo

Além da repartição das empresas da região do Alentejo por setores de atividade económica, analisa-se o peso relativo que estas assumiam no total das empresas de cada setor de atividade.

Atendendo ao número de empresas e ao volume de negócios, as empresas da região do Alentejo assumiam maior expressão na agricultura e pescas. Em 2019, a região agregava 32% das empresas deste setor e 34% do respetivo volume de negócios (Gráfico I.2.3). Além deste setor, apenas a eletricidade e água apresentava uma importância acima do peso médio da região no total das empresas, tendo em conta o número de empresas (2 pp). Considerando o volume de negócios, destacava-se, ainda, a indústria como um dos setores no qual o peso da região era superior ao peso desta no total das empresas (2 pp).

Gráfico I.2.3 • Peso da região do Alentejo no total das empresas | Por setores de atividade económica



Tendo em conta o número de empresas, a relevância da região do Alentejo nos vários setores de atividade praticamente não se alterou entre 2015 e 2019, tendo apenas aumentado 1 pp na agricultura e pescas e na eletricidade e água. Em termos do volume de negócios, é de destacar o aumento do peso da região na agricultura e pescas (2 pp).

2.1.2 Por localização geográfica

Estrutura

Um terço das empresas da região do Alentejo tinha sede na sub-região da Lezíria do Tejo. Em 2019, esta sub-região era responsável por 40% do volume de negócios da região e 35% do número de pessoas ao serviço (Gráfico I.2.4).

Gráfico I.2.4 • Estruturas | Por localização geográfica (NUTS III, 2019)

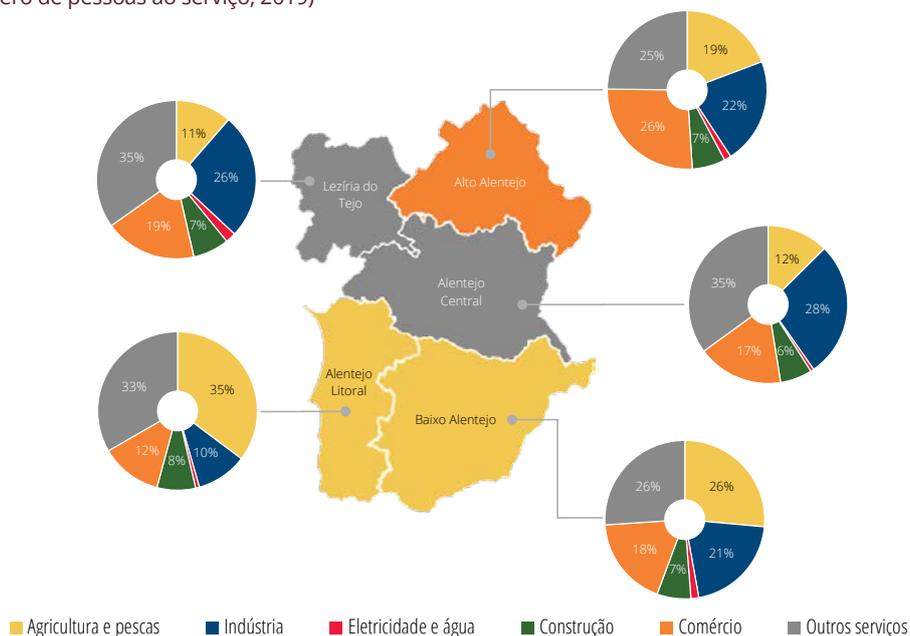


O Alentejo Central constituía a segunda sub-região mais relevante, ao agregar 24% das empresas, responsáveis por 16% do volume de negócios e 21% das pessoas ao serviço da região do Alentejo. Estas duas sub-regiões representavam, em conjunto, 56% das empresas e das pessoas ao serviço e 57% do volume de negócios da região. As parcelas remanescentes repartiam-se de forma semelhante pelas demais sub-regiões, não obstante o maior peso do Alentejo Litoral, considerando o volume de negócios e o número de pessoas ao serviço, e a maior importância do Baixo Alentejo, em termos do número de empresas.

A estrutura por sub-regiões praticamente não se alterou entre 2015 e 2019, ainda que o peso da Lezíria do Tejo tenha diminuído 2 pp, tendo em conta o número de empresas e o volume de negócios, e 3 pp atendendo ao número de pessoas ao serviço. Em contrapartida, o peso do Alentejo Litoral registou uma subida de 3 pp, no que respeita ao volume de negócios e ao número de pessoas ao serviço das empresas da região.

Os outros serviços eram o setor mais relevante na maioria das sub-regiões que integram a região do Alentejo, representando entre 29% das empresas, no Baixo Alentejo, e 44% das empresas, no Alentejo Litoral. Na sub-região do Baixo Alentejo, a agricultura e pescas era a atividade mais significativa, ao agregar, em 2019, 37% das empresas da sub-região, situação igualmente observada em termos do número de pessoas ao serviço (26%). O Alentejo Litoral era a única sub-região a registar um cenário similar, com 35% das pessoas ao serviço associadas ao setor da agricultura e pescas (Gráfico I.2.5). Já no Alto Alentejo, considerando o número de pessoas ao serviço, o setor do comércio era o mais preponderante: representava 23% das empresas e 26% das pessoas ao serviço. Nas demais sub-regiões, a maior parcela do respetivo número de pessoas ao serviço estava associada aos outros serviços.

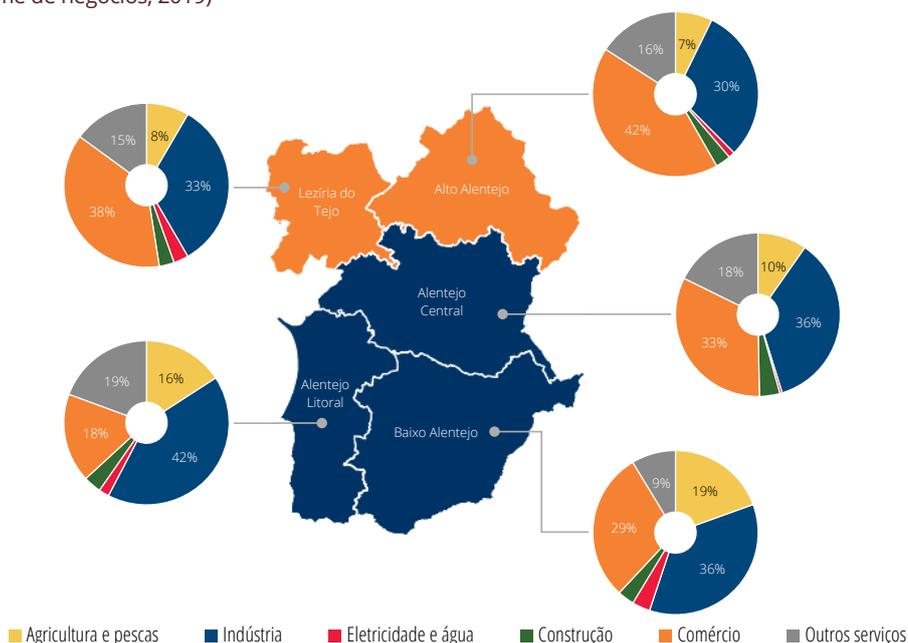
Gráfico I.2.5 • Estruturas | Por setores de atividade económica e por localização geográfica (NUTS III)
(número de pessoas ao serviço, 2019)



Nota: Em cada uma das sub-regiões, no mapa, a cor atribuída corresponde ao setor de atividade económica com o maior peso em termos do número de pessoas ao serviço.

No que respeita ao volume de negócios, a indústria era o setor mais relevante na maior parte das sub-regiões, não obstante o maior peso relativo do setor do comércio, comparativamente com o registado quanto ao número de empresas e de pessoas ao serviço para a quase totalidade das sub-regiões. Em 2019, as empresas associadas à indústria eram responsáveis por 42% do volume de negócios gerado no Alentejo Litoral e 36% no Baixo Alentejo e no Alentejo Central (Gráfico I.2.6). Este setor era igualmente relevante nas demais sub-regiões: representava 33% do volume de negócios gerado na Lezíria do Tejo e 30% no Alto Alentejo, ainda que, nestas sub-regiões, o setor do comércio assumisse maior destaque: 42% do volume de negócios no Alto Alentejo e 38% na Lezíria do Tejo.

Gráfico I.2.6 • Estruturas | Por setores de atividade económica e por localização geográfica (NUTS III)
(volume de negócios, 2019)



Nota: Em cada uma das sub-regiões, no mapa, a cor atribuída corresponde ao setor de atividade económica com o maior peso em termos do volume de negócios.

Entre 2015 e 2019, destaca-se o aumento do peso do setor da agricultura e pescas na estrutura empresarial das várias sub-regiões: 5 pp no Baixo Alentejo, 2 pp no Alentejo Litoral e no Alto Alentejo e 1 pp na Lezíria do Tejo e no Alentejo Central. Em contraponto, o peso do comércio diminuiu nas várias sub-regiões, com as variações a oscilarem entre 1 pp, na Lezíria do Tejo, e 3 pp, no Baixo Alentejo e no Alto Alentejo.

No mesmo período, as oscilações registadas na estrutura setorial de cada sub-região, considerando o número de pessoas ao serviço, apresentaram um padrão semelhante. Destaque-se o aumento do peso da agricultura e pescas em quase todas as sub-regiões, com especial repercussão no Alentejo Litoral (15 pp), não obstante a diminuição de 2 pp registada na Lezíria do Tejo. Verificou-se, igualmente, a diminuição do peso do comércio, compreendida entre 1 pp, na Lezíria do Tejo e no Alentejo Central, e 6 pp, no Alentejo Litoral. Atendendo ao número de pessoas ao serviço, destacou-se ainda o aumento quase generalizado da relevância dos outros serviços, em particular na Lezíria do Tejo e no Baixo Alentejo (5 pp e 4 pp, respetivamente), e a diminuição do peso da indústria em todas as sub-regiões, especialmente no Baixo Alentejo e no Alentejo Litoral (5 pp e 4 pp, respetivamente).

Atendendo ao volume de negócios nas várias sub-regiões, entre 2015 e 2019, verificou-se igualmente um aumento quase generalizado da relevância da agricultura e pescas, assim como uma diminuição do peso do comércio em todas as sub-regiões. No primeiro caso, o Baixo Alentejo e o Alentejo Litoral registaram os maiores aumentos (4 pp e 3 pp, respetivamente). No segundo, destaque-se a diminuição do peso do comércio no Alto Alentejo (5 pp), que foi compensada pelo aumento, de igual magnitude, da relevância dos outros serviços.

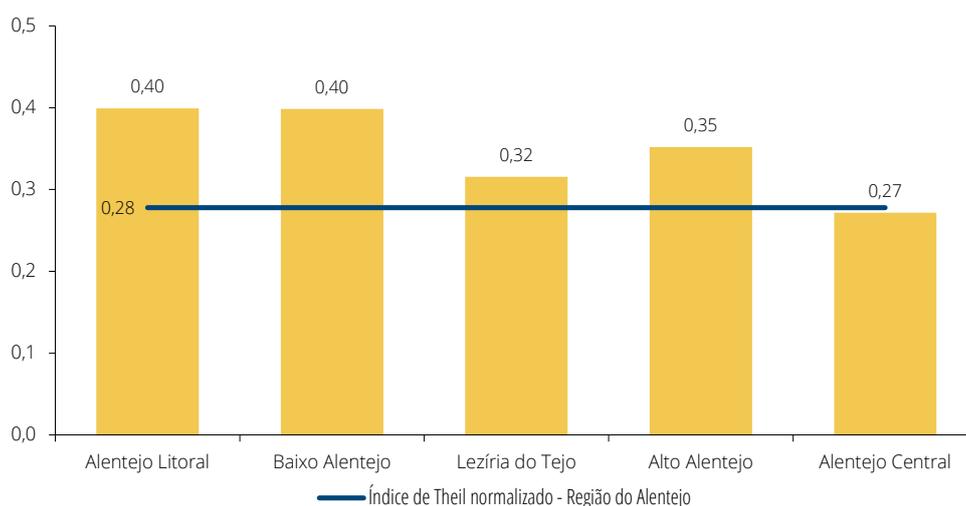
Especialização setorial

Nesta secção analisa-se o grau de especialização da região do Alentejo por setores de atividade económica. O índice de Theil normalizado quantifica o grau de concentração do volume de negócios gerado num território em determinadas atividades económicas, variando entre 0 (diversificação máxima) e 1 (especialização máxima). Este indicador depende apenas da estrutura setorial do território em análise, pelo que os valores resultantes não recorrem à utilização de um agregado territorial de referência. Ainda assim, este índice pode, em alguns casos, refletir a elevada concentração do volume de negócios (ou do número de pessoas ao serviço, nos casos em que a análise tem por base esta variável) associada a um conjunto relativamente reduzido de empresas do agregado territorial em causa.

O índice de especialização setorial da região do Alentejo como um todo foi, em 2019, inferior aos valores registados pela maior parte das sub-regiões que a integram (Gráfico I.2.7). Este resultado mostra a existência de maior diversificação de atividades na região, em comparação com o verificado na maioria das suas sub-regiões, que apresentaram, individualmente, níveis superiores de especialização setorial.

Em particular, destacam-se os índices de especialização mais elevados do Alentejo Litoral e do Baixo Alentejo (0,40, em ambos os casos), bem como do Alto Alentejo (0,35), em comparação com o verificado na região do Alentejo como um todo (0,28). No Alentejo Litoral, destacava-se a fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos, ao reunir 34% do volume de negócios, seguindo-se a agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados, representativa de 14% do volume de negócios da sub-região. Esta última atividade agregava também 19% do volume de negócios gerado no Baixo Alentejo, percentagem similar à associada à extração e preparação de minérios metálicos. No Alto Alentejo, a maior especialização setorial decorreu do peso assumido pelas empresas ligadas ao comércio por grosso (inclui agentes) e a retalho, exceto de veículos automóveis e motocicletas, que, em conjunto, foram responsáveis por 36% do volume de negócios gerado nesta sub-região.

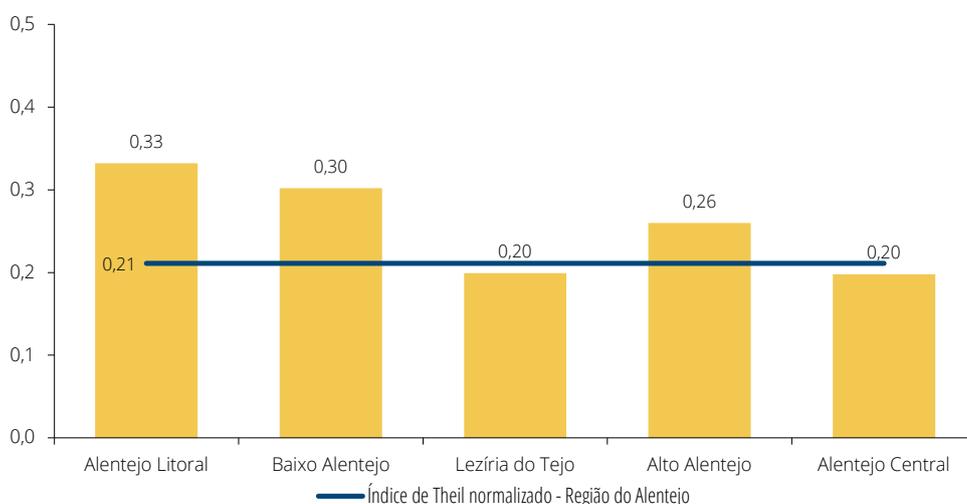
Gráfico I.2.7 • Grau de especialização setorial por localização geográfica (NUTS III) | Índice de Theil normalizado (volume de negócios, 2019)



Nota: O índice de Theil normalizado é um índice sintético que permite medir o grau de especialização de um agregado territorial. O valor para este índice está contido entre 0 (máxima diversificação) e 1 (máxima especialização). Na Síntese metodológica é apresentado maior detalhe sobre este indicador.

Quando considerado o número de pessoas ao serviço, a região do Alentejo e a generalidade das sub-regiões que a integram apresentavam índices de especialização setorial mais baixos do que os registados com base no volume de negócios (Gráfico I.2.8). Em 2019, a Lezíria do Tejo e o Alentejo Central denotaram maior diversificação setorial: a agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados era responsável pela maior parcela de pessoas ao serviço nas respetivas sub-regiões (cerca de 10%). O maior peso desta atividade foi transversal ao Alentejo Litoral, ao Baixo Alentejo e ao Alto Alentejo (33%, 26% e 17% das respetivas pessoas ao serviço), sub-regiões que, à semelhança do observado na análise com base no volume de negócios, registaram os níveis de especialização mais elevados.

Gráfico I.2.8 • Grau de especialização setorial por localização geográfica (NUTS III) | Índice de Theil normalizado (número de pessoas ao serviço, 2019)



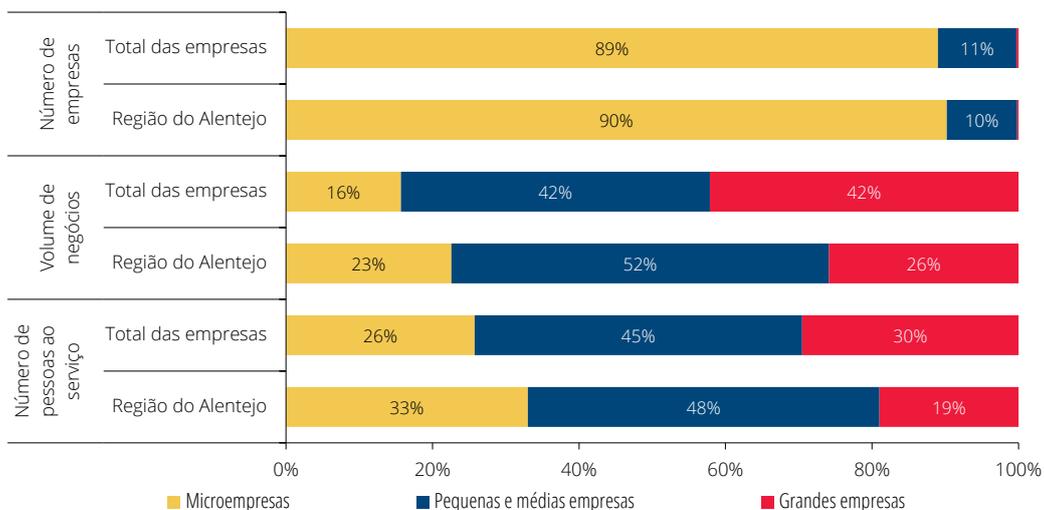
Nota: O índice de Theil normalizado é um índice sintético que permite medir o grau de especialização de um agregado territorial. O valor para este índice está contido entre 0 (máxima diversificação) e 1 (máxima especialização). Na Síntese metodológica é apresentado maior detalhe sobre este indicador.

2.1.3 Por classes de dimensão¹⁰

Em 2019, 90% das empresas sediadas na região do Alentejo eram microempresas e eram responsáveis por 23% do volume de negócios e 33% do número de pessoas ao serviço, pesos superiores aos registados no total das empresas (Gráfico I.2.9). Apesar de representarem 10% das empresas da região (11% no total das empresas), as pequenas e médias empresas agregavam as maiores percentagens do volume de negócios (52%) e do número de pessoas ao serviço (48%), pesos superiores em 9 pp e 3 pp, respetivamente, aos registados no total das empresas. As grandes empresas, representativas de 0,2% das empresas da região, agregavam 26% do volume de negócios e 19% do número de pessoas ao serviço, pesos inferiores em 16 pp e 11 pp, respetivamente, aos registados no total das empresas.

¹⁰ A definição das classes de dimensão das empresas utilizada neste estudo reflete os critérios da Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas e encontra-se detalhada em anexo.

Gráfico I.2.9 • Estruturas | Por classes de dimensão (2019)

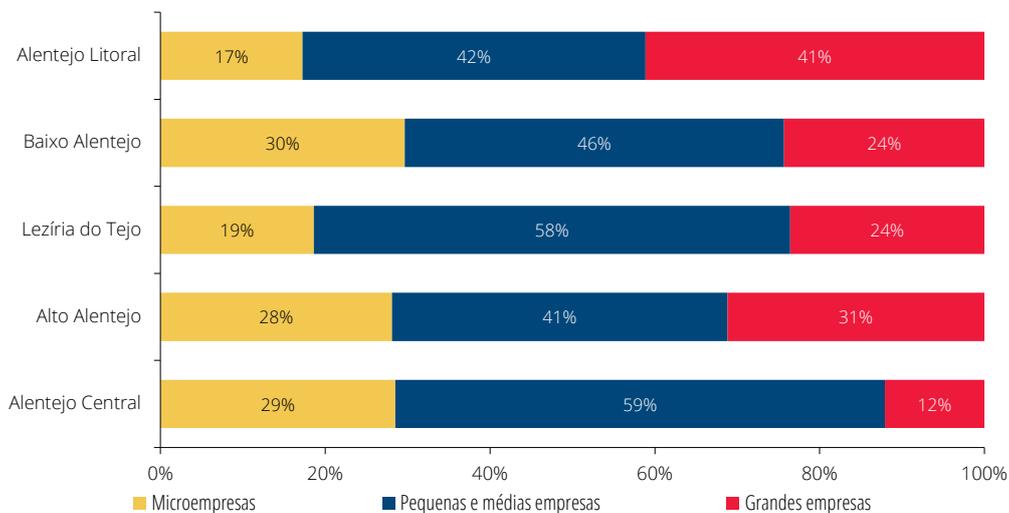


Entre 2015 e 2019, a estrutura empresarial da região do Alentejo, por classes de dimensão, não variou significativamente, ainda que o peso das grandes empresas, atendendo ao número de pessoas ao serviço e ao volume de negócios, tenha aumentado 4 pp e 2 pp, respetivamente, em contrapartida, no primeiro caso, da diminuição do peso das microempresas (5 pp).

Em 2019, as microempresas eram a classe de dimensão maioritária em todas as sub-regiões que integram a região do Alentejo, com pesos entre os 88% no Alentejo Litoral e os 92% no Alto Alentejo.

Apesar das semelhanças no que respeita à estrutura empresarial das várias sub-regiões em termos do número de empresas, as estruturas das sub-regiões atendendo à repartição do volume de negócios por classes de dimensão, apresentavam diferenças relevantes. As pequenas e médias empresas eram responsáveis pela maior percentagem do volume de negócios nas várias sub-regiões: entre 41% no Alto Alentejo e 59% no Alentejo Central. Já a relevância das grandes empresas variava entre 12% no Alentejo Central e 41% no Alentejo Litoral. Ao comparar com os pesos registados no total da região do Alentejo destacava-se ainda o maior peso das microempresas no Baixo Alentejo, no Alentejo Central e no Alto Alentejo (30%, 29% e 28% dos respetivos volumes de negócios), e das grandes empresas no Alentejo Litoral e no Alto Alentejo: 41% e 31% do volume de negócios gerado nestas sub-regiões, respetivamente (Gráfico I.2.10).

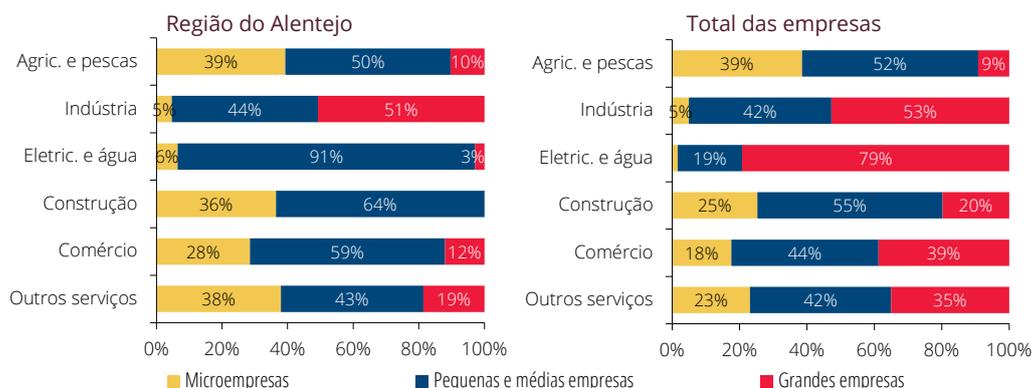
Gráfico I.2.10 • Estruturas | Por classes de dimensão e por localização geográfica (NUTS III) (volume de negócios, 2019)



Entre 2015 e 2019, tendo em conta a repartição do volume de negócios gerado em cada sub-região, o peso das grandes empresas aumentou 2 pp no Alentejo Litoral e no Alto Alentejo, em detrimento da relevância das restantes classes de dimensão. No Baixo Alentejo registou-se a situação inversa: diminuição do peso das grandes empresas (em 2 pp), por contrapartida do aumento da relevância das microempresas.

Na região do Alentejo, as microempresas eram a classe de dimensão mais relevante em todos os setores de atividade. O seu peso oscilava, em 2019, entre 75% das empresas, na eletricidade e água, e 93% das empresas, nos outros serviços. As pequenas e médias empresas eram, no entanto, responsáveis pelas maiores percentagens do volume de negócios na maioria dos setores de atividade, representando entre 43% nos outros serviços e 91% na eletricidade e água (Gráfico I.2.11). Constituía exceção a indústria, com 51% do volume de negócios a estar associado a grandes empresas.

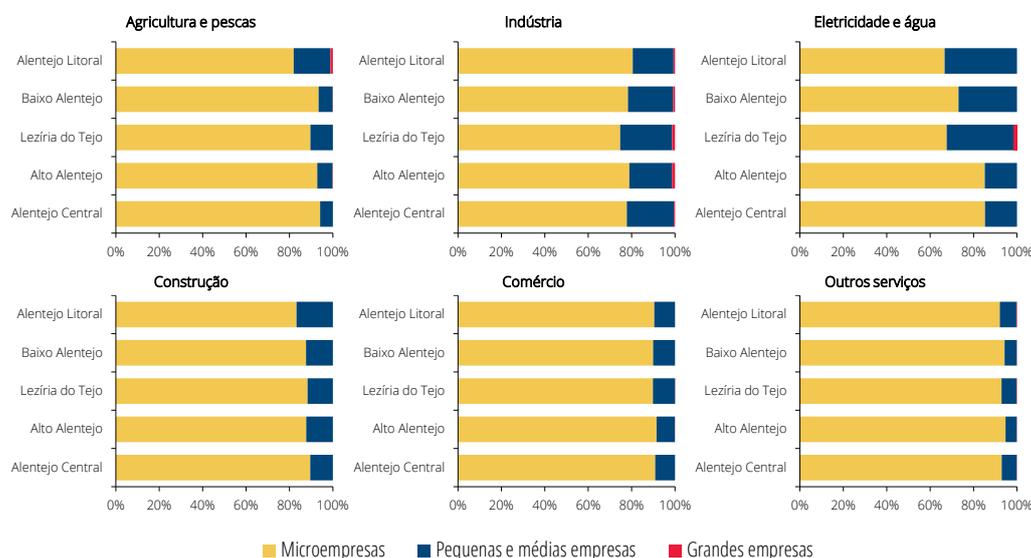
Gráfico I.2.11 • Estruturas | Por classes de dimensão e por setores de atividade económica (volume de negócios, 2019)



Entre 2015 e 2019, a parcela do volume de negócios associada às grandes empresas aumentou 10 pp na indústria (compensado pela diminuição de igual magnitude do peso das pequenas e médias empresas), e 3 pp, na agricultura e pescas. A relevância das pequenas e médias empresas aumentou no comércio e nos outros serviços, 7 pp e 4 pp, respetivamente, em detrimento, sobretudo, do peso das grandes empresas. Na construção, o peso das microempresas aumentou 6 pp, por contrapartida das restantes classes de dimensão, ao passo que, na eletricidade e água, a repartição do volume de negócios por classes de dimensão praticamente não se alterou.

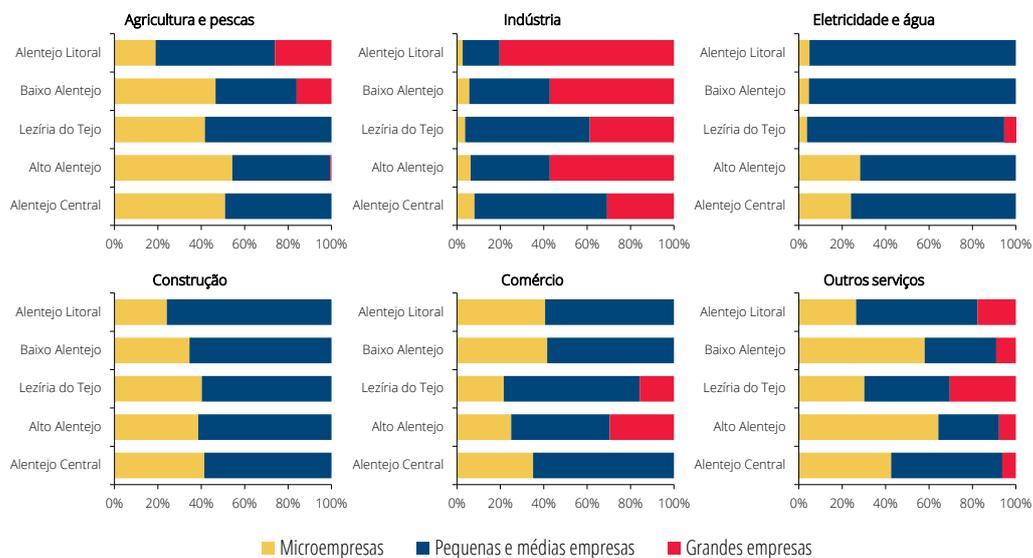
Em 2019, a repartição por classes de dimensão das empresas de cada setor de atividade em cada uma das sub-regiões era similar. Destacava-se, ainda assim, o menor peso relativo das microempresas da agricultura e pescas no Alentejo Litoral, e a maior relevância das microempresas da eletricidade e água no Alto Alentejo e no Alentejo Central (Gráfico I.2.12).

Gráfico I.2.12 • Estruturas | Por classes de dimensão, atendendo à sub-região e ao setor de atividade económica (número de empresas, 2019)



As estruturas do volume de negócios de cada setor de atividade, por classes de dimensão, eram, no que respeita ao setor da construção, semelhantes nas várias sub-regiões, destacando-se o maior peso das pequenas e médias empresas (Gráfico I.2.13). As pequenas e médias empresas eram igualmente responsáveis pelas maiores parcelas do volume de negócios na eletricidade e água, em todas as sub-regiões. Na agricultura e pescas, as microempresas agregavam as maiores parcelas do volume de negócios no Alto Alentejo, no Alentejo Central e no Baixo Alentejo, enquanto as pequenas e médias empresas assumiam maior relevo nas demais sub-regiões. Na indústria, destacava-se o maior peso das grandes empresas em todas as sub-regiões, em particular no Alentejo Litoral, no Baixo Alentejo e no Alto Alentejo. Pelo contrário, nos outros serviços e no comércio, assumiam maior peso as empresas de menor dimensão, com as microempresas a sobressaírem nos outros serviços, em particular no Alto Alentejo e no Baixo Alentejo, e as pequenas e médias empresas a destacarem-se, de forma transversal, nas estruturas relativas ao setor do comércio.

Gráfico I.2.13 • Estruturas | Por classes de dimensão, atendendo à sub-região e ao setor de atividade económica (volume de negócios, 2019)

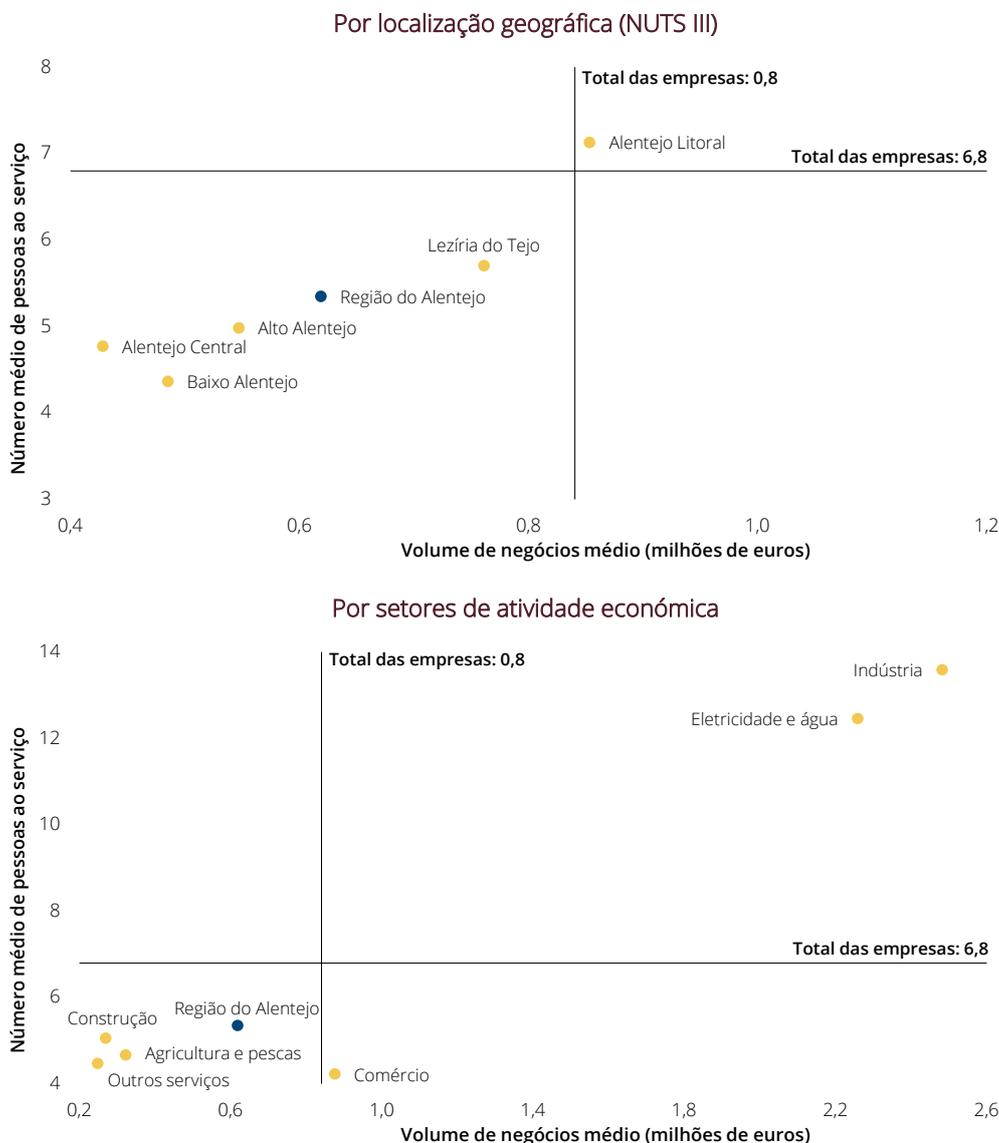


2.1.4 Empresa média¹¹

Em 2019, as empresas da região do Alentejo geraram um volume de negócios médio de 619 mil euros (Gráfico I.2.14), montante inferior à média nacional (836 mil euros). O número médio de pessoas ao serviço das empresas da região (5,3 pessoas ao serviço) era também inferior ao registado a nível nacional (6,8 pessoas ao serviço).

¹¹ A empresa média da região do Alentejo corresponde ao valor total do volume de negócios ou do número de pessoas ao serviço da região dividido pelo número de empresas aí sediadas. A mesma metodologia é utilizada para determinar os valores associados às empresas médias de cada uma das sub-regiões, do total do território nacional (total das empresas) e das atividades económicas (no caso, com base apenas nas empresas da região do Alentejo associadas a cada atividade).

Gráfico I.2.14 • Volume de negócios médio e número médio de pessoas ao serviço das empresas da região do Alentejo (2019)



Por localização geográfica, as empresas do Alentejo Litoral e da Lezíria do Tejo apresentaram os volumes de negócios médios mais elevados: 853 mil euros e 761 mil euros, respetivamente, valores equivalentes a 102% e 91% do valor associado à empresa média nacional. As empresas destas sub-regiões empregavam, em média, 7,1 e 5,7 pessoas, valores correspondentes a 106% e 84%, respetivamente, do associado à empresa média nacional. No Baixo Alentejo e no Alentejo Central, as empresas empregavam, em média, 4,4 e 4,8 pessoas, valores equivalentes a 65% e 71% do associado à empresa média nacional, respetivamente. Estas sub-regiões registaram, de igual modo, os volumes de negócios médios mais baixos: 485 mil euros, no primeiro caso, e 428 mil euros, no segundo caso. Estes valores correspondiam, respetivamente, a 58% e 51% do volume de negócios médio da empresa nacional.

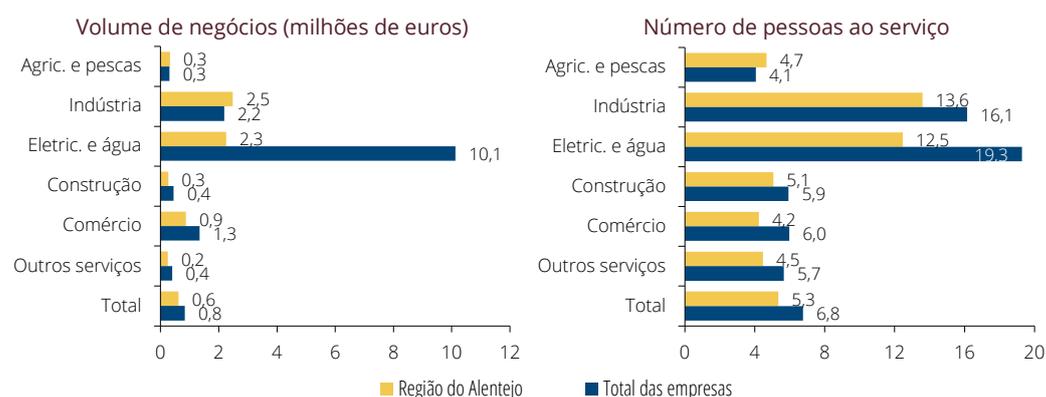
Por setores de atividade económica, em 2019, a indústria gerou o volume de negócios médio mais elevado da região: 2,5 milhões de euros, valor 3,0 vezes superior ao da empresa média nacional. Seguiu-se a eletricidade e água, com um volume de negócios médio de 2,3 milhões de euros

(2,7 vezes superior ao valor médio nacional). Estes setores registavam igualmente os números médios de pessoas ao serviço mais elevados na região, ao empregarem 13,6 e 12,5 pessoas, em média, valores correspondentes a, respetivamente, 2,0 e 1,8 vezes o número médio de pessoas ao serviço do total das empresas.

De uma forma genérica, a empresa média de cada setor de atividade apresentava, na região do Alentejo, um volume de negócios inferior ao da empresa média nacional do mesmo setor de atividade. Constituíam exceções a indústria e a agricultura e pescas, com as empresas médias a gerar, na região do Alentejo, um volume de negócios 14% e 6% superior, respetivamente, ao das empresas médias destes setores na totalidade do território nacional (Gráfico I.2.15). Destaque para o facto de, na eletricidade e água, a empresa média da região gerar um volume de negócios médio equivalente a 22% do gerado pela empresa média do setor quando considerada a totalidade do território nacional.

Apenas o setor da agricultura e pescas apresentava, na região, um número médio de pessoas ao serviço superior ao verificado pelo mesmo setor na totalidade do território nacional (equivalente a 115% do número médio de pessoas ao serviço no setor, em todo o território nacional).

Gráfico I.2.15 • Volume de negócios médio e número médio de pessoas ao serviço das empresas da região do Alentejo, por setores de atividade económica (2019)



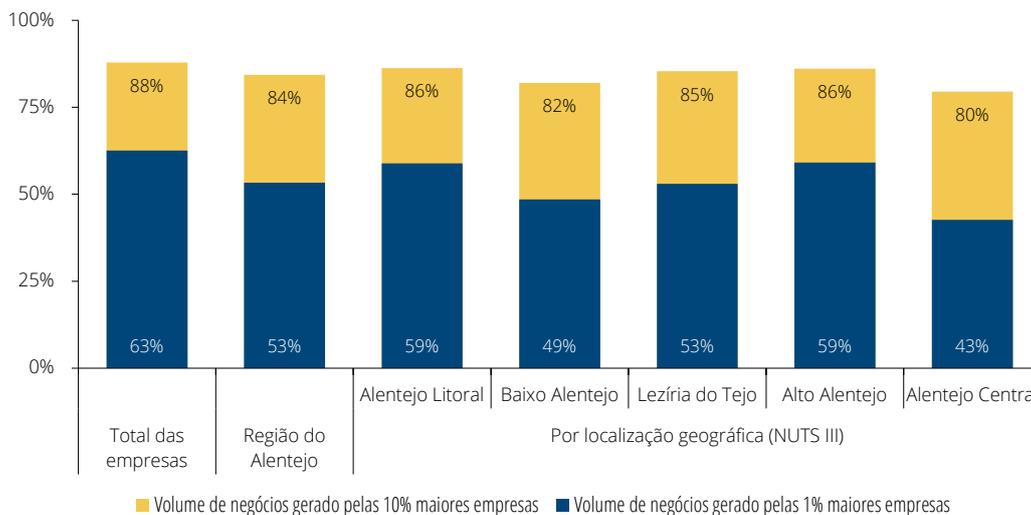
As empresas da região geraram, em 2019, 116 mil euros de volume de negócios por pessoa ao serviço, valor abaixo dos 124 mil euros registados quando considerada a totalidade do território nacional. Apenas a Lezíria do Tejo apresentou um volume de negócios médio por pessoa ao serviço superior ao verificado no total das empresas (133 mil euros).

2.1.5 Concentração

Em 2019, a região do Alentejo registava um nível de concentração empresarial inferior ao observado no total das empresas. As 1% maiores empresas da região agregaram 53% do volume de negócios (63% no total das empresas), enquanto as 10% maiores empresas geraram 84% do volume de negócios (88% no total das empresas) (Gráfico I.2.16).

Todas as sub-regiões apresentaram níveis de concentração inferiores aos registados no total das empresas. O Alentejo Litoral e o Alto Alentejo registaram os níveis de concentração mais elevados, com 59% do volume de negócios associado às 1% maiores empresas e 86% do volume de negócios gerado pelas 10% maiores empresas, em ambas as sub-regiões. Seguiu-se a Lezíria do Tejo, com 85% do volume de negócios associado às 10% maiores empresas. Em oposição, o Alentejo Central registou o nível de concentração mais baixo: as 1% maiores empresas eram responsáveis por 43% do volume de negócios e as 10% maiores empresas por 80%.

Gráfico I.2.16 • Volume de negócios gerado pelas 10% e 1% maiores empresas | Em percentagem do volume de negócios total (2019)



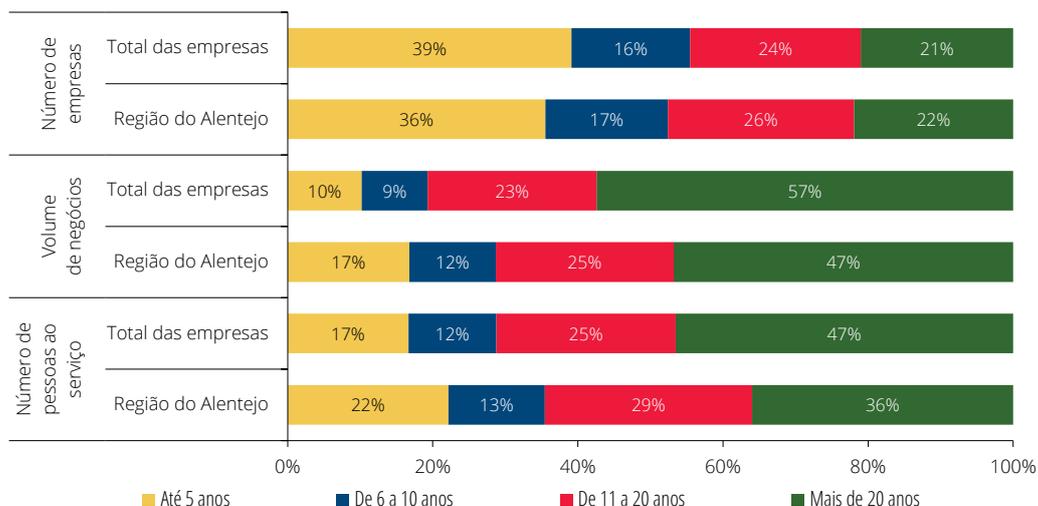
Na região do Alentejo, também o nível de concentração do número de pessoas ao serviço era inferior face ao apresentado no total das empresas. Em 2019, 35% das pessoas ao serviço da região estavam associadas às 1% maiores empresas (43% no total das empresas), ao passo que as 10% maiores empresas da região reuniam 68% das pessoas ao serviço (73% no total das empresas). O Alentejo Litoral registava o nível de concentração mais elevado: as 10% maiores empresas agregavam 72% das pessoas ao serviço. No entanto, quando consideradas as 1% maiores empresas, o nível de concentração era mais elevado no Alto Alentejo (38% das pessoas ao serviço). Os menores níveis de concentração registavam-se no Alentejo Central, com 32% das pessoas ao serviço associadas às 1% maiores empresas e com 65% das pessoas ao serviço ligadas às 10% maiores empresas da sub-região.

2.1.6 Por classes de maturidade¹²

A estrutura empresarial da região do Alentejo por classes de maturidade era similar à verificada no total das empresas (Gráfico I.2.17). Em 2019, 52% das empresas em atividade na região tinham até 10 anos de atividade (55% no total das empresas). No entanto, as maiores parcelas do volume de negócios e das pessoas ao serviço da região estavam ligadas a empresas em atividade há mais de 20 anos, as quais agregavam 47% do volume de negócios da região e 36% do número de pessoas ao serviço. Nesta região, era de destacar o maior peso das empresas mais jovens, em comparação com o observado no total das empresas: 17% do volume de negócios da região e 22% das pessoas ao serviço estavam associados a empresas com até 5 anos de atividade, parcelas que comparavam com 10% e 17%, respetivamente, quando considerado o total das empresas.

¹² A maturidade das empresas corresponde à idade das empresas na data de referência da análise. Consideram-se quatro classes de maturidade: até cinco anos, de seis a dez anos (inclusive); de 11 a 20 anos (inclusive); e mais de 20 anos.

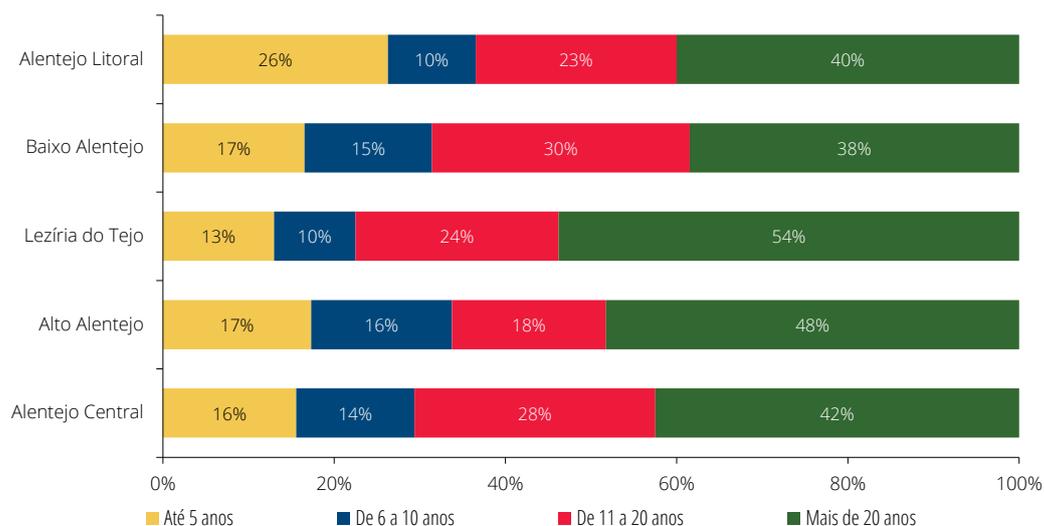
Gráfico I.2.17 • Estruturas | Por classes de maturidade (2019)



Entre 2015 e 2019, o peso das empresas associadas às classes extremas (com maturidades até 5 anos ou superiores a 20 anos) aumentou 5 pp, considerando o volume de negócios, e 4 pp, tendo em conta o número de empresas e o número de pessoas ao serviço, ainda que, genericamente, com maior contributo da classe das empresas com maturidade até 5 anos.

A repartição do volume de negócios por classes de maturidade nas sub-regiões do Alentejo denotava um maior peso das empresas mais jovens no Alentejo Litoral, com 26% do volume de negócios gerado na sub-região associado a empresas com maturidade até 5 anos (17% no total da região) (Gráfico I.2.18). Pelo contrário, na Lezíria do Tejo, assumia maior preponderância o conjunto de empresas com maturidade superior a 20 anos, ao ser responsável por 54% do volume de negócios (47% no total da região do Alentejo).

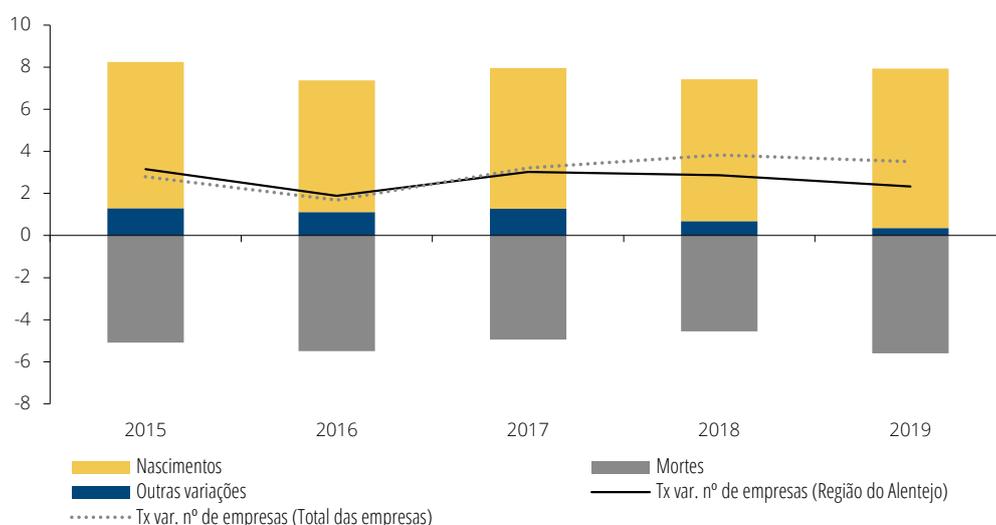
Gráfico I.2.18 • Estruturas | Por classes de maturidade e por localização geográfica (NUTS III) (volume de negócios, 2019)



2.2 Demografia

Entre 2018 e 2019, o número de empresas em atividade na região do Alentejo aumentou 2,3%, um crescimento inferior ao observado para o total das empresas (3,5%). Esta situação verificou-se pelo terceiro ano consecutivo (Gráfico I.2.19). Entre 2015 e 2019, o número de empresas em atividade na região do Alentejo aumentou 10,5%, abaixo do crescimento de 12,8% registado no total das empresas.

Gráfico I.2.19 • Número de empresas da região do Alentejo | Contributos (em pp) para a taxa de variação (em percentagem)¹³



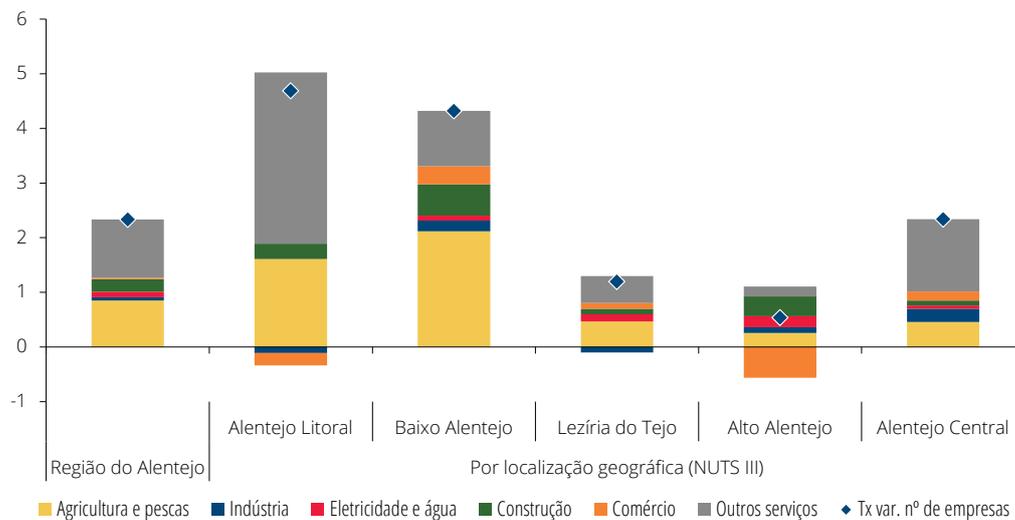
Em 2019, os nascimentos de empresas representaram 7,6% do número de empresas em atividade na região do Alentejo, enquanto as cessações de empresas ascenderam a 5,6%. Ambos os pesos foram inferiores aos observados no total das empresas: 9,3% e 6,1%, respetivamente. Esta situação registou-se em todo o período 2015-2019, refletindo uma menor volatilidade das empresas em atividade na região face ao registado no total das empresas.

O aumento do número de empresas em atividade, em 2019, foi transversal a todas as sub-regiões. As subidas mais significativas registaram-se no Alentejo Litoral (5%) e no Baixo Alentejo (4%).

Entre 2018 e 2019, o crescimento do número de empresas em atividade na região teve origem, essencialmente, nos setores dos outros serviços (2,8%) e da agricultura e pescas (4,0%), que contribuíram em 1,1 pp e 0,9 pp, respetivamente, para o crescimento registado na região, (Gráfico I.2.20). Os demais setores também contribuíram para o aumento do número de empresas em atividade na região, ainda que marginalmente.

¹³ A variação anual do número de empresas em atividade é determinada pela criação de novas empresas (nascimentos), pela cessação de atividade de empresas que integravam o agregado analisado (mortes) e ainda por outras variações, nas quais se incluem entradas e saídas do setor institucional das sociedades não financeiras e, em particular, da região em análise (por alteração da sede das empresas que passam a integrar/deixam de integrar a região analisada).

Gráfico I.2.20 • Número de empresas | Contributos (em pp) para a taxa de variação (em percentagem), por setores de atividade económica (2019)



À semelhança do verificado na região do Alentejo como um todo, os outros serviços e a agricultura e pescas foram os setores que, em 2019, mais contribuíram para o aumento do número de empresas em atividade na maioria das sub-regiões. Entre 2018 e 2019, os outros serviços foram particularmente relevantes no Alentejo Litoral e no Alentejo Central, ao contribuírem com 67% e 56% das respetivas variações do número de empresas em atividade (contributos de 3,1 pp e 1,3 pp para as taxas de crescimento do número de empresas destas sub-regiões, respetivamente). Na Lezíria do Tejo, os outros serviços contribuíram igualmente para o aumento do número de empresas em atividade, num nível similar ao da agricultura e pescas. No Baixo Alentejo, o setor da agricultura e pescas foi o principal responsável pelo aumento do número de empresas em atividade, contribuindo em 2,1 pp para a subida verificada na sub-região. No sentido oposto, destaque-se o contributo negativo do comércio para a evolução do número de empresas sediadas no Alto Alentejo e no Alentejo Litoral.

3 Análise económica e financeira

Em 2019, o volume de negócios e os gastos da atividade operacional das empresas da região do Alentejo aumentaram 6,6% e 6,7%, respetivamente, crescimentos superiores aos registados no total das empresas. O EBITDA gerado pelas empresas da região também aumentou a um ritmo superior ao verificado no total das empresas do país. A rentabilidade dos capitais próprios das empresas da região aumentou, em contraste com o registado no total das empresas, voltando a registar um valor positivo.

A autonomia financeira média das empresas da região era superior à observada no total das empresas. A dívida remunerada constituía a parcela maioritária do passivo das empresas da região e estava maioritariamente associada a empréstimos bancários. A redução da dívida remunerada contribuiu, sobretudo, para a contração do passivo das empresas da região. Os gastos de financiamento também diminuíram (mais do que no total das empresas). O efeito conjunto da redução dos gastos de financiamento e do aumento do EBITDA determinou a diminuição da pressão financeira sobre as empresas da região.

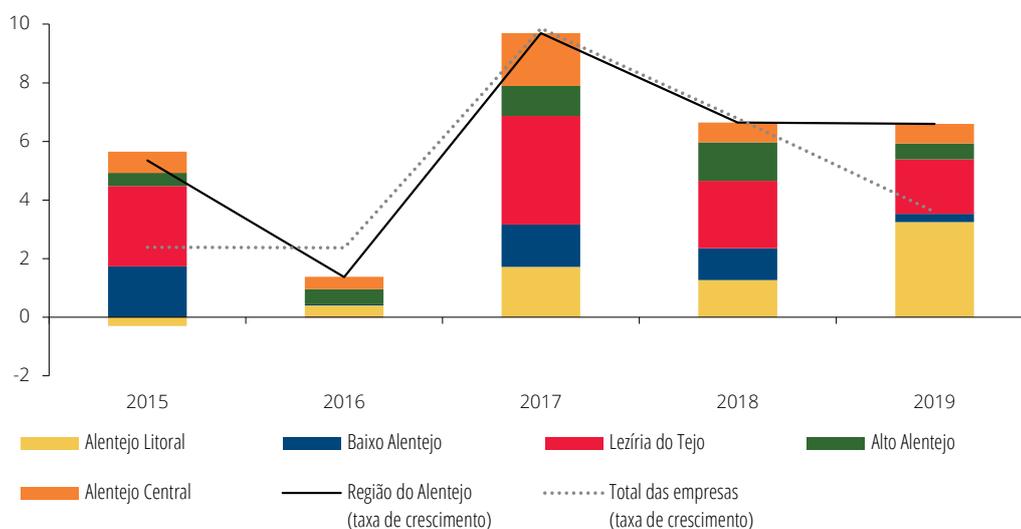
O financiamento líquido por dívida comercial das empresas da região registou valores negativos no período analisado (à semelhança do verificado no total das empresas), indicando que, em termos líquidos, os créditos comerciais não constituíram uma fonte de financiamento das empresas.

3.1 Atividade e rentabilidade

3.1.1 Volume de negócios

Em 2019, o volume de negócios da região do Alentejo aumentou 6,6%, subida que representou uma manutenção da taxa de crescimento registada em 2018. O volume de negócios das empresas da região cresceu a um ritmo superior ao observado no total das empresas (aumento de 3,6% em 2019), situação que não acontecia desde 2015 (Gráfico I.3.1).

Gráfico I.3.1 • Volume de negócios | Contributos (em pp) para a taxa de crescimento anual (em percentagem)



Em 2019, o volume de negócios aumentou em todos os setores de atividade económica na região do Alentejo. A construção, a eletricidade e água e a agricultura e pescas registaram as taxas de crescimento mais elevadas (16%, 13% e 10%, respetivamente), ainda que a indústria tenha apresentado o maior contributo para a subida do volume de negócios da região: 3 pp, associado a um crescimento de 7% do volume de negócios do setor. A maior parte dos setores de atividade registou uma aceleração do volume de negócios em 2019: destacaram-se, a este nível, a construção e a eletricidade e água, com acelerações de 15 pp e 7 pp, respetivamente. Apenas o comércio e os outros serviços apresentaram desacelerações do volume de negócios (de 2 pp, em ambos os casos), registando crescimentos de 3% e 8%, respetivamente.

Por classes de dimensão, o volume de negócios aumentou 5% nas microempresas e nas pequenas e médias empresas (contributos de 1 pp e 3 pp, respetivamente, para o aumento do volume de negócios da região) e 11% nas grandes empresas (contributo de 3 pp).

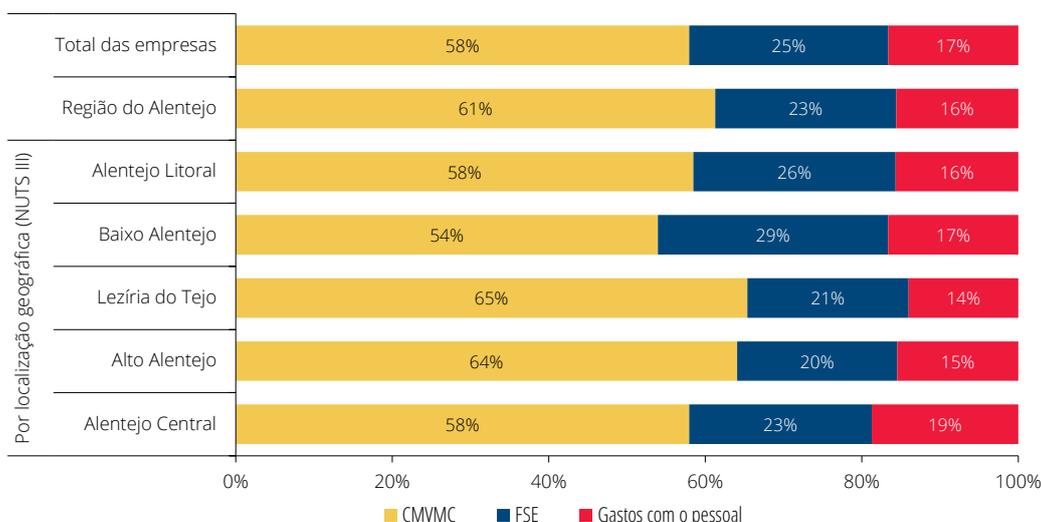
O crescimento do volume de negócios foi transversal a todas as sub-regiões que integram a região do Alentejo. A sub-região que mais contribuiu para esse crescimento foi o Alentejo Litoral (3 pp), na sequência de um aumento de 20% do respetivo volume de negócios, seguindo-se a Lezíria do Tejo, com um contributo de 2 pp. O Baixo Alentejo apresentou a menor taxa de crescimento do volume de negócios (2%), e a menor contribuição para o aumento do volume de negócios da região em 2019 (0,3 pp). O Alentejo Litoral foi a única sub-região a verificar uma aceleração do volume de negócios: aumento da taxa de crescimento de 12 pp. Nas demais sub-regiões, destacaram-se as desacelerações do volume de negócios no Alto Alentejo e no Baixo Alentejo (decréscimos das taxas de crescimento de 7 pp e 6 pp, respetivamente).

3.1.2 Gastos da atividade operacional¹⁴

Em 2019, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) era a principal componente dos gastos associados à atividade operacional das empresas da região do Alentejo (61%), seguindo-se os fornecimentos e serviços externos (FSE) (23%) e os gastos com o pessoal (16%) (Gráfico I.3.2). A estrutura dos gastos da atividade operacional da região aproximava-se da observada no total das empresas nacionais e praticamente não se alterou entre 2015 e 2019.

¹⁴ O agregado “gastos da atividade operacional” compreende o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), os fornecimentos e serviços externos (FSE) e os gastos com o pessoal.

Gráfico I.3.2 • Gastos da atividade operacional | Estrutura (2019)



A estrutura dos gastos da atividade operacional era, na maioria das sub-regiões, similar à registada quando considerada a região como um todo, em 2019. Destacava-se, ainda assim, o maior peso do CMVMC na Lezíria do Tejo e no Alto Alentejo: 65% e 64% dos respetivos gastos da atividade operacional. A sub-região da Lezíria do Tejo era também a que apresentava a menor relevância dos gastos com o pessoal (14% dos gastos da atividade operacional). Esta componente era mais expressiva no Alentejo Central, constituindo 19% dos gastos da atividade operacional da sub-região. Os FSE apresentavam maior peso no Baixo Alentejo e no Alentejo Litoral: 29% e 26%, respetivamente. Em contrapartida, nestas sub-regiões, o CMVMC assumia menor relevância, especialmente no Baixo Alentejo, onde esta componente representava 54% dos gastos da atividade operacional.

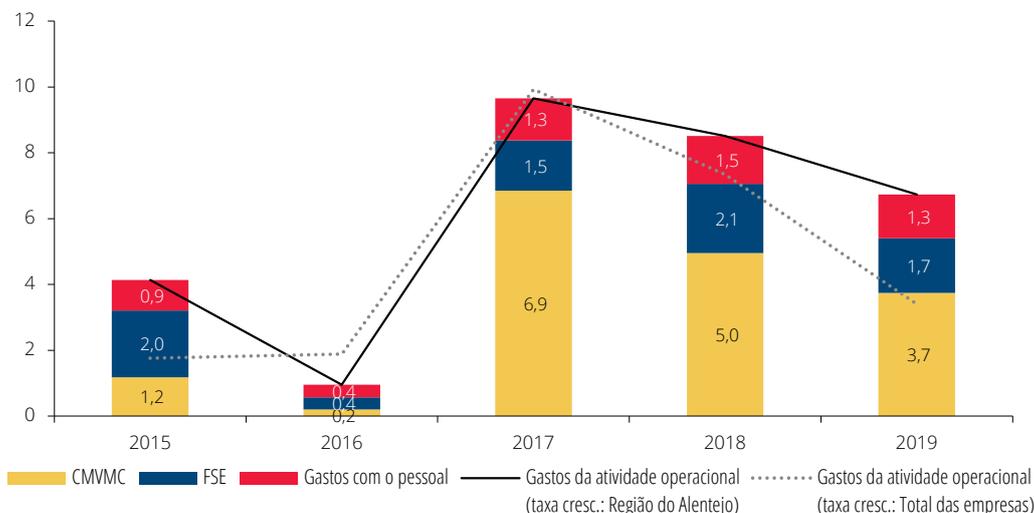
Por setores de atividade económica, o CMVMC era a componente mais importante dos gastos da atividade operacional do comércio (82%), da indústria (67%) e da agricultura e pescas (46%). Os FSE assumiam maior relevância na eletricidade e água (64%), nos outros serviços (45%) e na construção (39%). O peso dos gastos com o pessoal era mais elevado nestes dois últimos setores, representando 33% e 31% dos respetivos gastos da atividade operacional.

A maior relevância do CMVMC na estrutura dos gastos da atividade operacional era transversal às várias classes de dimensão, em particular nas grandes empresas e nas pequenas e médias empresas (64% e 63% dos respetivos gastos da atividade operacional, em comparação com 54% nas microempresas).

Em 2019, os gastos da atividade operacional das empresas da região do Alentejo aumentaram 6,7%, uma subida superior à apresentada pelo total das empresas (3,4%), mas similar ao aumento do volume de negócios da região no mesmo ano (6,6%).

O CMVMC foi a componente que mais contribuiu para o aumento dos gastos da atividade operacional da região: 4 pp, associado a um aumento de 6%. Não obstante, os gastos com o pessoal e os FSE registaram taxas de crescimento superiores: 9% e 7%, respetivamente (Gráfico I.3.3).

Gráfico I.3.3 • Gastos da atividade operacional | Contributos (em pp) para a taxa de crescimento anual (em percentagem)



O crescimento dos gastos associados à atividade operacional foi, em 2019, transversal às sub-regiões que compõem a região do Alentejo, embora mais expressivo no Alentejo Litoral (17%). Para o aumento verificado nesta sub-região, contribuíram todas as componentes, destacando-se o CMVMC (11 pp, na sequência de um aumento de 20%) e os FSE (4 pp, associado a um aumento de 16%). No extremo oposto, os gastos da atividade operacional aumentaram 4% no Alentejo Central. Todas as rubricas contribuíram positivamente para o aumento dos gastos da atividade operacional em todas as sub-regiões.

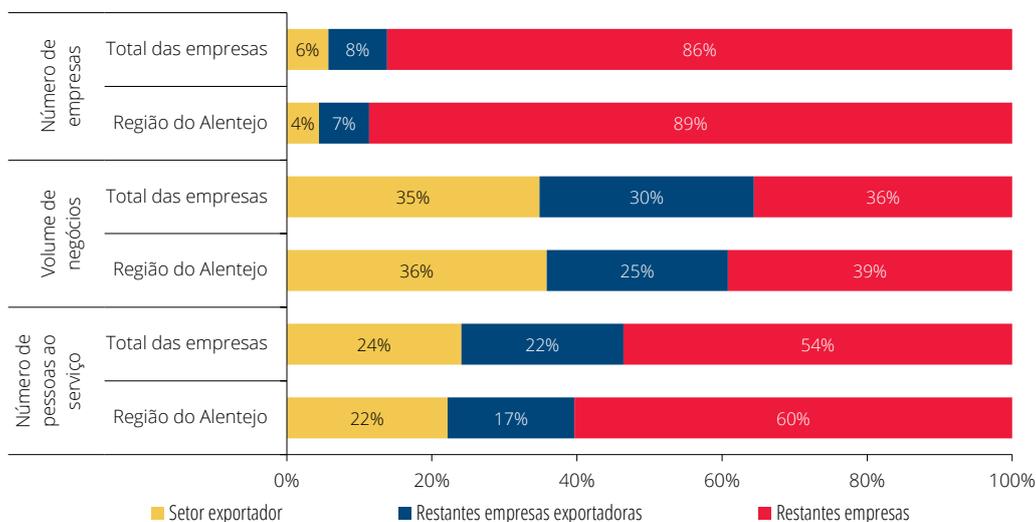
Tendo em conta a importância do mercado externo e das relações com o exterior para a atividade das empresas da região do Alentejo e das suas sub-regiões, apresenta-se informação sobre o contributo das exportações e das importações para essa atividade na Caixa 1, "A relevância do mercado externo para a região do Alentejo". Em 2019, 11% das empresas da região realizaram exportações e 4% integravam o setor exportador, o qual foi responsável por 36% do respetivo volume de negócios.

Caixa 1 • A relevância do mercado externo para a região do Alentejo

Os indicadores apresentados nesta caixa permitem analisar com maior detalhe a importância do mercado externo para as empresas da região do Alentejo.

Em 2019, a região do Alentejo representava 5% das exportações e 4% das importações do total das empresas, pesos em linha com a relevância assumida pela região atendendo a indicadores como o volume de negócios ou o número de pessoas ao serviço. Nesse ano, 11% das empresas da região do Alentejo realizaram exportações e 4% integravam o setor exportador¹⁵ (14% e 6% no total das empresas, respetivamente) (Gráfico C1.1). As empresas pertencentes ao setor exportador foram responsáveis por 36% do volume de negócios gerado pelas empresas da região, uma percentagem 1 pp superior à registada no total das empresas.

Gráfico C1.1 • Estruturas | Atendendo à integração no setor exportador (2019)



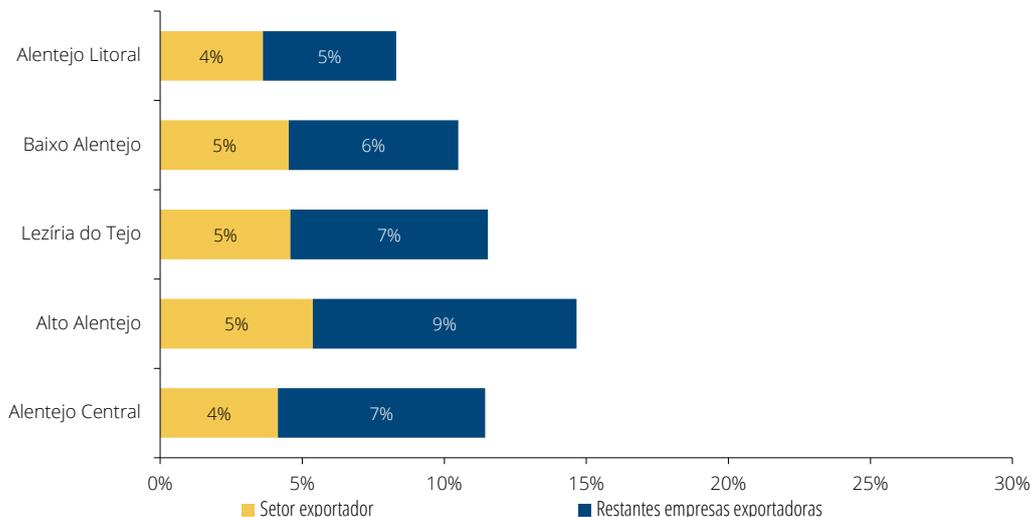
Entre 2015 e 2019, o peso do setor exportador na região praticamente não se alterou.

Em 2019, integravam o setor exportador 5% das empresas do Alto Alentejo, da Lezíria do Tejo e do Baixo Alentejo, e 4% das empresas associadas às demais sub-regiões (Gráfico C1.2). Entre 2015 e 2019, a proporção de empresas associadas ao setor exportador variou marginalmente na maioria das sub-regiões, tendo aumentado 1 pp no Baixo Alentejo.

As 1% maiores empresas exportadoras da região do Alentejo foram responsáveis por 92% do total das exportações em 2019, valor que comparava com 89% no total das empresas. Esta concentração era ainda superior no Alentejo Litoral e no Baixo Alentejo, com 96% e 93% dos respetivos volumes de exportações a terem origem nas 1% maiores empresas exportadoras. A Lezíria do Tejo e o Alto Alentejo apresentavam os níveis de concentração mais baixos, com 88% dos respetivos volumes de exportações a terem origem nas 1% maiores empresas exportadoras de cada uma destas sub-regiões.

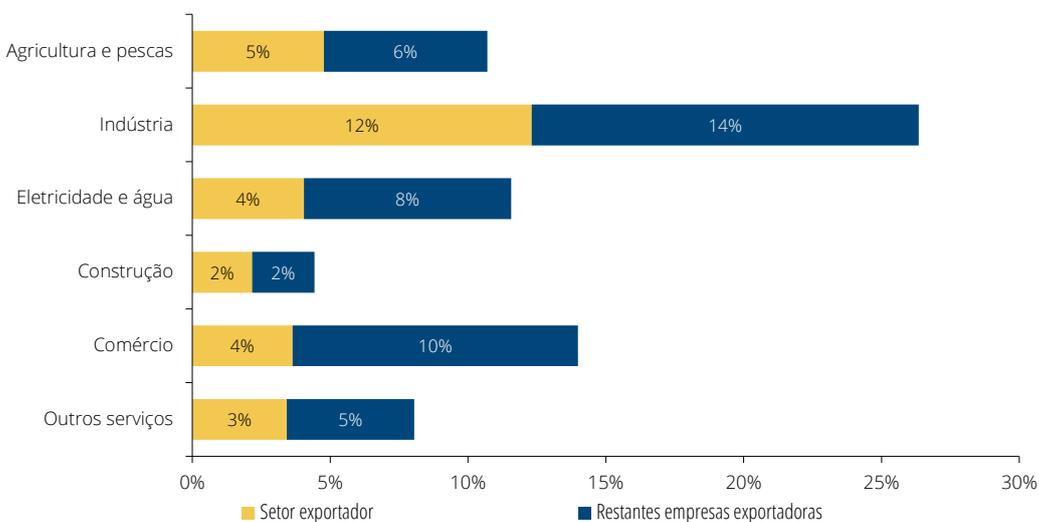
¹⁵ O setor exportador engloba o subconjunto das empresas que registavam exportações de bens e serviços, para as quais: (i) estas exportações representavam pelo menos metade do volume de negócios; ou (ii) em que pelo menos 10% do volume de negócios decorresse de exportações de bens e serviços, quando estas fossem superiores a 150 mil euros. Uma análise detalhada do setor exportador consta do Estudo da Central de Balanços n.º 22 – *Análise das empresas do setor exportador em Portugal*, de junho de 2015, atualizada em dezembro de 2017 através da Nota de Informação Estatística 122|2017. As restantes empresas exportadoras compreendem as empresas que realizaram exportações abaixo dos limiares definidos para inclusão no setor exportador.

Gráfico C1.2 • Estruturas | Atendendo à integração no setor exportador e por localização geográfica (NUTS III) (número de empresas, 2019)



No mesmo ano, a percentagem de empresas pertencentes ao setor exportador na região do Alentejo situou-se entre 2%, na construção, e 12%, na indústria. Considerando as empresas da região que realizaram exportações, essa proporção ascendia a 26% na indústria (Gráfico C1.3).

Gráfico C1.3 • Estruturas | Atendendo à integração no setor exportador e por setores de atividade económica (região do Alentejo, número de empresas, 2019)



Na região do Alentejo, o setor exportador era menos relevante, comparando com o observado no total das empresas, na generalidade dos setores de atividade económica. O maior diferencial registava-se na indústria e na construção, setores nos quais o peso do setor exportador era, na região, 3 pp menor do que o registado no total das empresas. O peso do setor exportador na região apenas foi superior ao valor registado no total nacional no setor da agricultura e pescas (em 1 pp).

O peso do volume de negócios gerado pelo setor exportador na região era igualmente inferior ao apresentado no total das empresas, na maioria dos setores de atividade económica. O setor da eletricidade e água registava o maior diferencial, com o setor exportador a representar 20% do respetivo volume de negócios na região, menos 15 pp do que no total das empresas. Uma vez

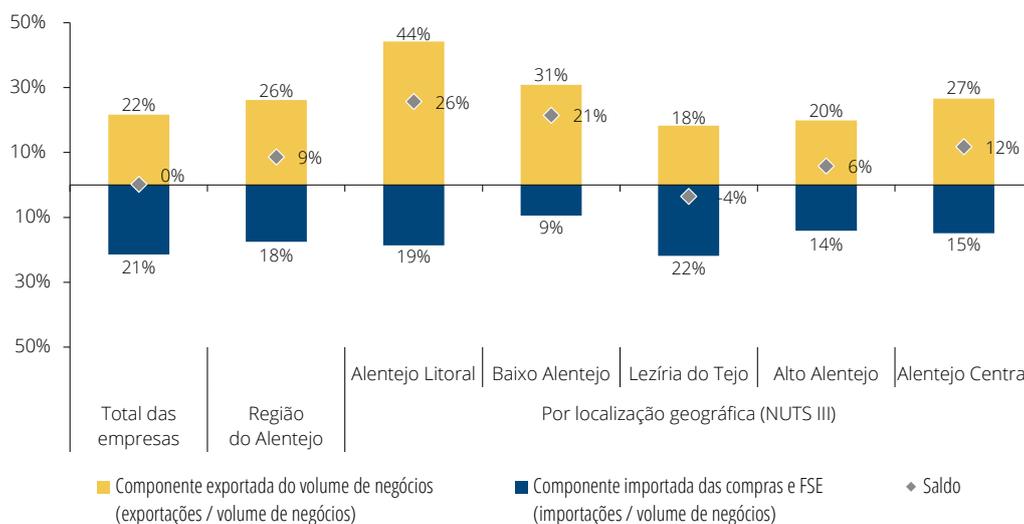
mais, o peso do setor exportador na região era superior ao verificado no total do país apenas na agricultura e pescas (em 7 pp).

Em 2019, as exportações representaram 26% do volume de negócios das empresas da região do Alentejo, em comparação com 22% no total das empresas (Gráfico C1.4). O peso das exportações no volume de negócios foi superior no Alentejo Litoral e no Baixo Alentejo (44% e 31%, respetivamente), em contraste com o menor peso verificado na Lezíria do Tejo (18%).

O diferencial entre a componente exportada do volume de negócios e a componente importada das compras e FSE foi positivo, na região, equivalendo a 9% do respetivo volume de negócios (marginalmente positivo no total das empresas).

O diferencial entre a componente exportada do volume de negócios e a componente importada das compras e FSE foi positivo na generalidade das sub-regiões, constituindo a Lezíria do Tejo a única exceção. O diferencial foi maior no Alentejo Litoral e no Baixo Alentejo, correspondendo a 26% e 21% dos respetivos volumes de negócios, consequência dos elevados pesos das exportações nos volumes de negócios destas sub-regiões. No caso do Baixo Alentejo, este diferencial deveu-se também ao menor peso da componente importada de compras e FSE, representativa de apenas 9% do volume de negócios da sub-região, em comparação com 18% na região do Alentejo e 21% no total das empresas. Na Lezíria do Tejo, o diferencial foi negativo, numa proporção equivalente a 4% do respetivo volume de negócios, situação associada, simultaneamente, ao menor peso das exportações no volume de negócios da sub-região e ao maior peso relativo das importações (22%, o mais elevado de entre as sub-regiões analisadas).

Gráfico C1.4 • Componente exportada do volume de negócios e componente importada das compras e FSE | Em percentagem do volume de negócios (2019)

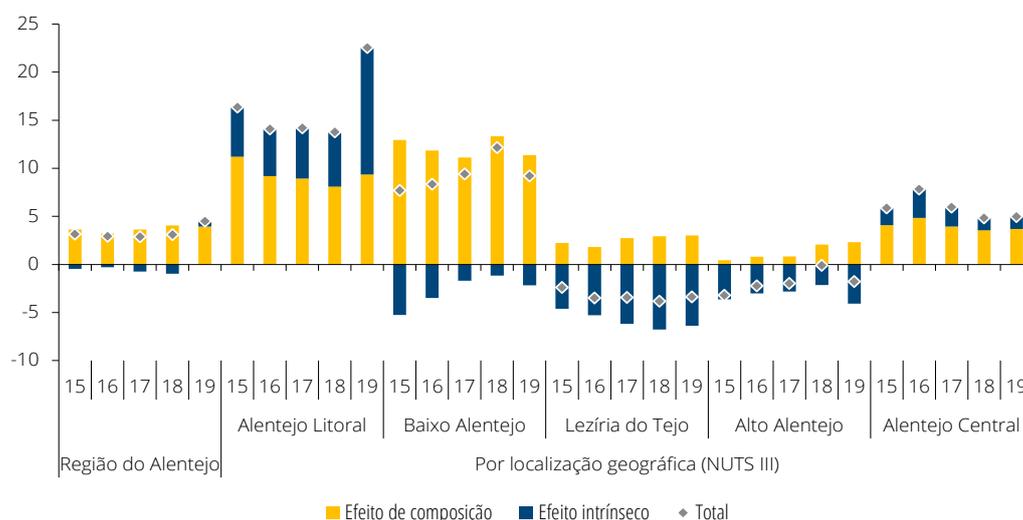


Nota: A componente importada das compras e FSE encontra-se representada na parte inferior do gráfico. Apesar de apresentar valores positivos, esta componente contribui negativamente para o saldo das transações com o exterior, que corresponde à diferença entre a componente exportada do volume de negócios e a componente importada das compras e FSE.

Estes indicadores, como os demais referidos nesta análise, dependem, entre outros fatores, da composição do tecido empresarial dos territórios analisados. Adicionalmente, também as características intrínsecas das empresas, tal como a sua dimensão, o tipo de gestão e outros fatores individuais podem condicionar os indicadores agregados. Para analisar o contributo de cada um destes efeitos, decompôs-se o diferencial entre os indicadores de cada uma das sub-regiões da região do Alentejo (e desta, como um todo) e os do total das empresas, de acordo com a metodologia definida pelo Banco Central Europeu (2017).

O maior peso das exportações no volume de negócios das empresas da região do Alentejo, por comparação com o total das empresas, resultou da respetiva composição setorial, cenário registado no período 2015-2019 (Gráfico C1.5). Em contrapartida, as características intrínsecas das empresas da região contribuíram, em geral, negativamente para este diferencial, situação que apenas não se verificou em 2019.

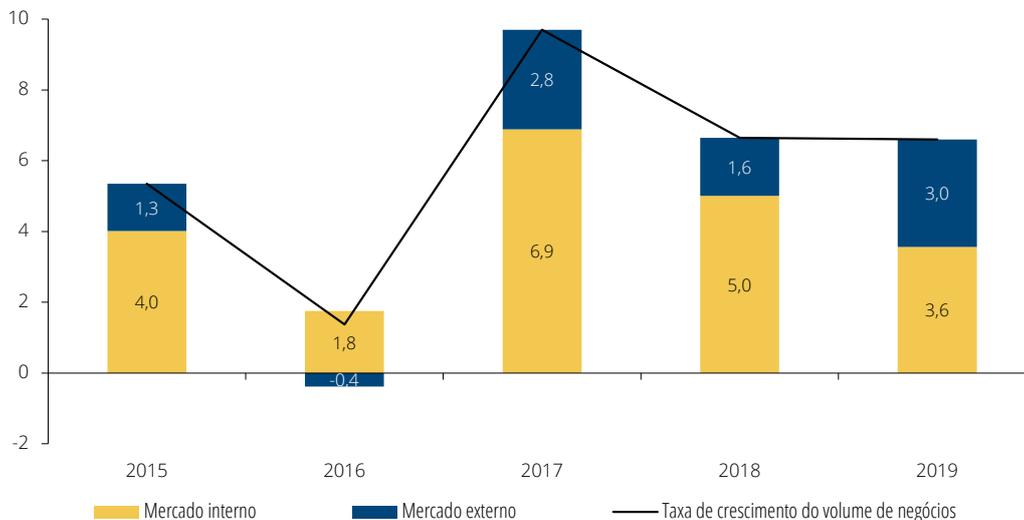
Gráfico C1.5 • Peso das exportações no volume de negócios | Decomposição do diferencial face ao total das empresas (em pp)



À semelhança do verificado na região do Alentejo como um todo, também nas sub-regiões que a constituem o efeito de composição contribuiu positivamente para os diferenciais registados em relação ao total das empresas, quando considerado o mesmo indicador. Esta situação, particularmente notória no Baixo Alentejo e no Alentejo Litoral, indica a existência de um maior peso relativo de setores em que o peso das exportações no volume de negócios é tipicamente superior. Na Lezíria do Tejo e no Alto Alentejo, no entanto, este efeito foi mais do que compensado pelo contributo negativo do efeito intrínseco, o que indica que as características intrínsecas das empresas destas sub-regiões determinaram um menor peso das exportações no respetivo volume de negócios, comparativamente com o registado nos mesmos setores, quando considerado o total das empresas. O aporte negativo do efeito intrínseco verificou-se igualmente no Baixo Alentejo, ainda que, neste caso, não tenha sido suficiente para que o diferencial da sub-região face ao total das empresas deixasse de ser positivo no período 2015-2019. Destaque-se ainda a contribuição positiva do efeito intrínseco para o diferencial entre o peso das exportações no volume de negócios do Alentejo Litoral e o do total das empresas, tendo inclusivamente, em 2019, assumido maior preponderância que o contributo associado ao efeito de composição.

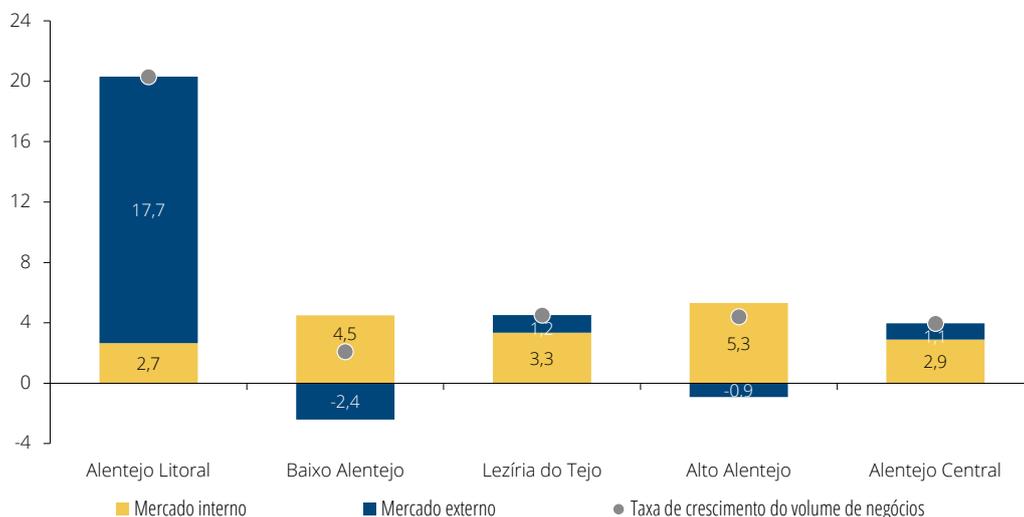
Entre 2015 e 2019, o mercado externo contribuiu para os aumentos do volume de negócios da região do Alentejo, com exceção de 2016, ano em que as exportações das empresas da região decresceram 2% (Gráfico C1.6).

Gráfico C1.6 • Volume de negócios | Contributos (em pp) para a taxa de crescimento anual (região do Alentejo, em percentagem)



Em 2019, destacou-se o contributo do mercado externo para o crescimento do volume de negócios das empresas do Alentejo Litoral: 18 pp, em comparação com o contributo de 3 pp do mercado interno. Pelo contrário, no Baixo Alentejo e no Alto Alentejo, o mercado externo contribuiu negativamente para a evolução dos respetivos volumes de negócios, em 2 pp e 1 pp, respetivamente (Gráfico C1.7).

Gráfico C1.7 • Volume de negócios | Contributos (em pp) para a taxa de crescimento anual, por localização geográfica (NUTS III) (em percentagem, 2019)

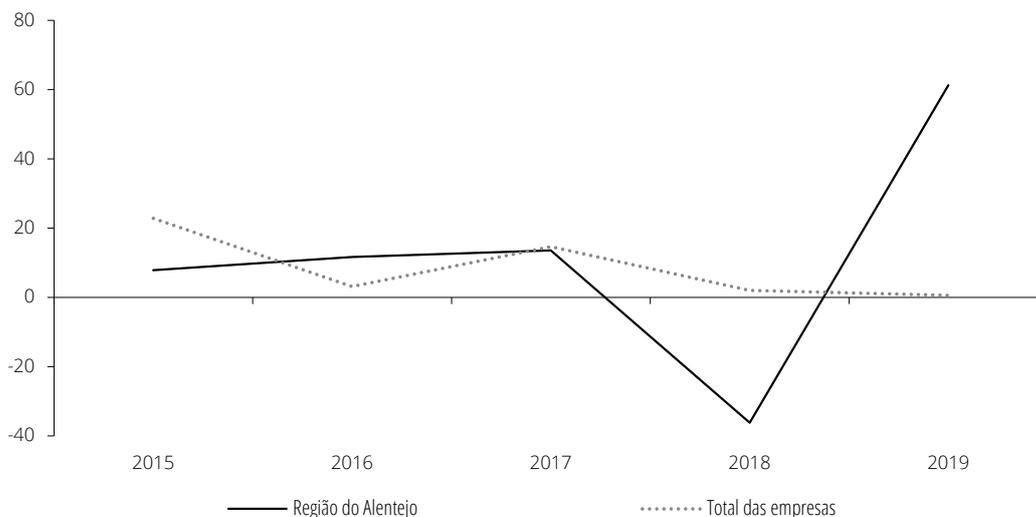


A eletricidade e água e a indústria foram os setores nos quais o mercado externo mais contribuiu para o crescimento dos respetivos volumes de negócios: 14 pp e 7 pp, respetivamente, para subidas do volume de negócios de 13% e 7%.

3.1.3 EBITDA¹⁶

Em 2019, o EBITDA gerado pelas empresas da região do Alentejo aumentou 61% (crescimento de 1% no total das empresas), depois de um decréscimo de 36% registado no ano anterior (evoluções condicionadas pela evolução anual do EBITDA de um conjunto reduzido de empresas com sede na região, em particular na sequência do registo de imparidade e provisões). No período 2015-2019, o EBITDA da região aumentou 31% (21% no total das empresas). A subida anual do EBITDA das empresas da região do Alentejo foi, no entanto, inferior à registada no total das empresas do território nacional em 2015 (em 15 pp), em 2017 (em 1 pp) e em 2018 (em 38 pp), ainda que apenas em 2018 o EBITDA da região tenha diminuído (Gráfico I.3.4).

Gráfico I.3.4 • EBITDA | Taxa de crescimento anual (em percentagem)

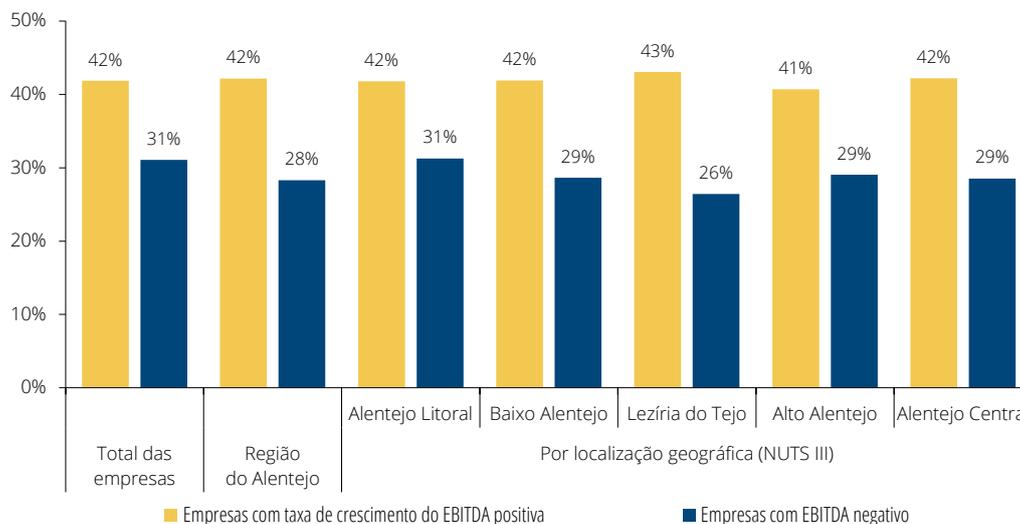


Para o aumento do EBITDA na região, em 2019, contribuíram, em maior medida, as empresas da Lezíria do Tejo e do Alentejo Litoral: em 54 pp e 10 pp, na sequência de aumentos dos respetivos EBITDA de 487% e 51%. Também a sub-região do Alentejo Central registou um aumento do EBITDA (4%), em contraste com as diminuições registadas no Baixo Alentejo e no Alto Alentejo: 8% e 7%, respetivamente.

O comércio foi o setor que mais contribuiu para o crescimento do EBITDA agregado da região do Alentejo: 51 pp, após um crescimento de 247% do respetivo EBITDA. Os demais setores contribuíram para o aumento do EBITDA da região. No caso da construção, este contributo foi marginal, não obstante a subida de 12% do respetivo EBITDA.

Apesar de, em 2019, o EBITDA das empresas da região ter aumentado em termos agregados, apenas 42% das empresas aí sediadas registaram aumentos deste indicador, proporção similar à registada no total das empresas. Este valor era semelhante nas várias sub-regiões e oscilava entre 41% no Alto Alentejo e 43% na Lezíria do Tejo (Gráfico I.3.5).

¹⁶ EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é o resultado antes de juros, impostos, depreciações e amortizações.

Gráfico I.3.5 • EBITDA | Proporção de empresas com taxa de crescimento do EBITDA positiva e com EBITDA negativo (2019)

Em 2019, 28% das empresas da região apresentaram EBITDA negativo, percentagem inferior à verificada no total das empresas (31%). Esta situação verificou-se no período 2015-2019. No último ano, a sub-região da Lezíria do Tejo registou, à semelhança dos anos anteriores, a menor proporção de empresas com EBITDA negativo (26%). Nas restantes sub-regiões, a parcela de empresas com EBITDA negativo foi de 29% no Baixo Alentejo, no Alto Alentejo e no Alentejo Central e de 31% no Alentejo Litoral.

Por classes de dimensão, 41% das microempresas da região registaram aumentos dos respetivos EBITDA. Esta percentagem foi inferior às registadas nas grandes empresas (58%) e nas pequenas e médias empresas da região (51%). Já a proporção das empresas da região com EBITDA negativo era mais elevada nas microempresas: 30%, em comparação com 13% nas pequenas e médias empresas e 4% nas grandes empresas.

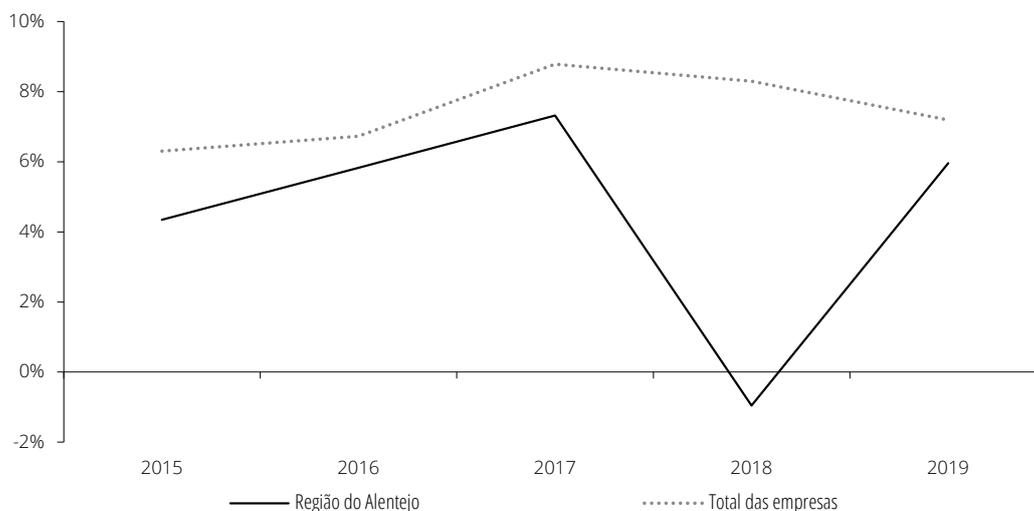
Por setores de atividade económica, a parcela de empresas da região com aumento do EBITDA variou entre 37% na eletricidade e água e 44% na indústria. Já o peso das empresas com EBITDA negativo situou-se entre 26% na agricultura e pescas e 31% na indústria.

3.1.4 Rendibilidade

A rendibilidade dos capitais próprios¹⁷ das empresas da região do Alentejo foi, em 2019, de 6% (7% no total das empresas), depois de ter sido negativa (em 1%), em 2018. O crescimento de 7 pp da rendibilidade da região contrastou com o decréscimo de 1 pp da rendibilidade dos capitais próprios do total das empresas (Gráfico I.3.6). Os níveis de rendibilidades da região foram inferiores aos registados no total das empresas no período 2015-2019, mantendo-se as diferenças relativamente estáveis, em torno de 1 pp, exceção feita a 2018 – esta situação deveu-se ao desempenho operacional de um conjunto circunscrito de empresas sediadas na região com impacto no EBITDA e no resultado líquido agregados.

¹⁷ A rendibilidade dos capitais próprios é calculada através do rácio entre o resultado líquido do período e os capitais próprios e mede o retorno obtido pelo capital investido pelos acionistas/sócios.

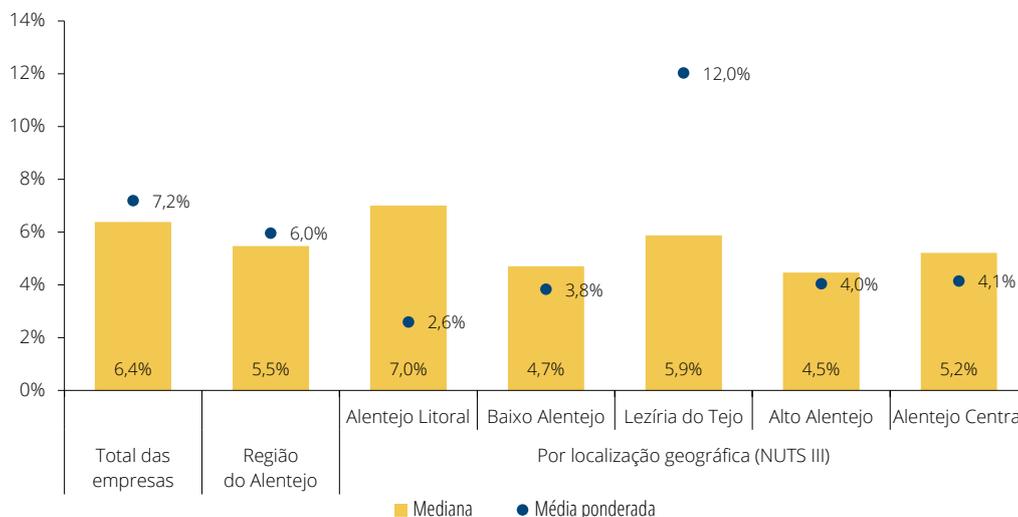
Gráfico I.3.6 • Rendibilidade dos capitais próprios



A rendibilidade dos capitais próprios foi, em 2019, positiva em todas as sub-regiões. A Lezíria do Tejo foi a única sub-região a apresentar uma rendibilidade superior à observada na região como um todo (em 6 pp). A rendibilidade dos capitais próprios foi de 3% no Alentejo Litoral e de 4% nas restantes sub-regiões.

Não obstante o nível de rendibilidade da região, em termos agregados, metade das empresas apresentou rendibilidade dos capitais próprios igual ou inferior a 5,5% (6,4% no total das empresas), percentagem similar às registadas nas várias sub-regiões (Gráfico I.3.7). A rendibilidade média das empresas da sub-região da Lezíria do Tejo foi de 12,0%. Contudo, metade das empresas desta sub-região apresentou rendibilidades iguais ou inferiores a 5,9%. Esta sub-região foi a única que apresentou uma rendibilidade média superior à mediana. Nas restantes sub-regiões, as medianas da rendibilidade dos capitais próprios superaram os respetivos valores médios agregados, contrariamente ao verificado no total da região, destacando-se o Alentejo Litoral, com um diferencial de 4,4 pp.

Gráfico I.3.7 • Rendibilidade dos capitais próprios | Média ponderada e mediana da distribuição (2019)



No período 2015-2019, a rendibilidade dos capitais próprios na região do Alentejo foi crescente com a classe de dimensão. Em 2019, a rendibilidade dos capitais próprios foi de 3% nas microempresas, 5% nas pequenas e médias empresas e 16% nas grandes empresas.

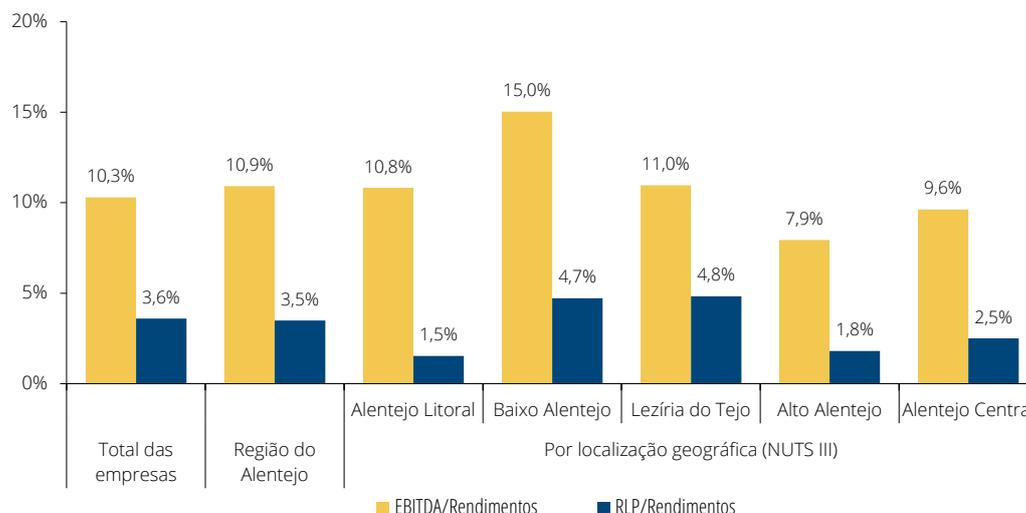
No mesmo ano, a rendibilidade dos capitais próprios agregada foi positiva nos vários setores de atividade económica associados à região do Alentejo, oscilando entre os 2% na agricultura e pescas e na construção e os 18% no comércio. A maior parte dos setores registou subidas da rendibilidade face ao registado em 2018, com exceção da agricultura e pescas e dos outros serviços, cujas rendibilidades diminuíram 1 pp, face ao ano anterior.

Em 2019, a margem operacional das empresas da região do Alentejo (EBITDA/rendimentos¹⁸) foi de 10,9%, superando a observada para o conjunto das empresas nacionais (10,3%). A margem líquida (resultado líquido do período (RLP)/rendimentos) das empresas da região foi marginalmente inferior à verificada no total das empresas: 3,5% e 3,6%, respetivamente (Gráfico I.3.8).

Os gastos de amortização e de depreciação foram responsáveis pela maior parte do diferencial entre as margens operacional e líquida na região, contribuindo em 5 pp para este diferencial (4 pp, no total das empresas). Já os gastos de financiamento e os impostos sobre o rendimento das empresas contribuíram, em ambos os casos, em 1 pp para o referido diferencial (valores similares aos registados no total das empresas nacionais).

¹⁸ Por uma questão de simplificação utiliza-se neste estudo a expressão “rendimentos” que corresponde ao “total de rendimentos líquidos”, obtido através da soma das seguintes componentes: volume de negócios, variações nos inventários de produção, trabalhos para a própria entidade, subsídios à exploração, outros rendimentos e ganhos e juros e outros rendimentos similares.

Gráfico I.3.8 • Resultados | Peso face aos rendimentos (2019)



No período 2015-2019, os diferenciais entre as margens operacional e líquida das empresas da região do Alentejo e os registados no total das empresas resultaram, sobretudo, do efeito intrínseco. Em 2019, as características intrínsecas das empresas da região contribuíram para que esta apresentasse margens operacional e líquida superiores às observadas no total das empresas em 1,5 pp e 0,4 pp, respetivamente. Já o efeito da composição setorial contribuiu para que a região registasse margens inferiores em 0,9 pp e 0,5 pp, respetivamente.

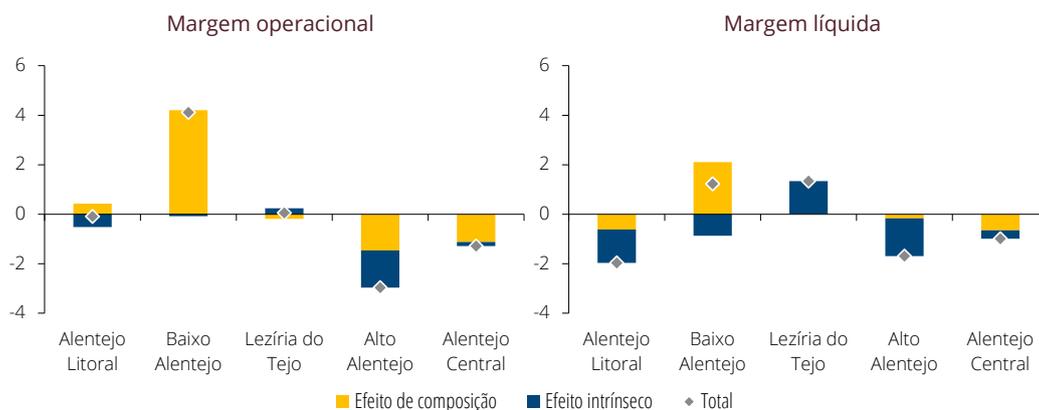
Entre 2015 e 2019, o efeito intrínseco contribuiu, em geral, para margens operacionais superiores, na região, e margens líquidas inferiores, em relação ao total das empresas, o que indica que as empresas da região do Alentejo registaram, em regra, margens operacionais superiores e margens líquidas inferiores às das empresas dos mesmos setores de atividade do total nacional. Já o efeito da composição setorial contribuiu essencialmente para que a região apresentasse margens inferiores às do total das empresas.

Por localização geográfica, a margem operacional foi superior no Baixo Alentejo (15%). As empresas da sub-região do Alto Alentejo apresentaram a margem operacional mais reduzida (7,9%, em 2019) e registaram, igualmente, a margem líquida mais baixa (1,5%). A margem líquida foi mais elevada no Baixo Alentejo e na Lezíria do Tejo: perto de 5%, em qualquer dos casos.

Os diferenciais das margens das sub-regiões relativamente à região como um todo podem, de igual modo, depender das características intrínsecas das empresas de cada sub-região e da composição do seu tecido empresarial. Sub-regiões com maiores proporções de empresas em atividades mais rentáveis terão margens globalmente superiores, mesmo que, intrinsecamente, as margens das empresas sejam semelhantes.

Na região do Alentejo, a decomposição dos diferenciais registados entre as sub-regiões e a região como um todo para as margens operacional e líquida, mostra que foram genericamente definidos pelo efeito intrínseco, especialmente quando considerada a margem líquida. As características intrínsecas das empresas contribuíram para margens inferiores às da região como um todo na generalidade das sub-regiões, à exceção da Lezíria do Tejo. No Baixo Alentejo e no Alentejo Central, os diferenciais das margens operacional e líquida face aos valores registados na região foram determinados, principalmente, pelo efeito de composição, demonstrando, no primeiro caso, um maior peso de atividades genericamente mais rentáveis (Gráfico I.3.9).

Gráfico I.3.9 • Margem operacional e margem líquida | Decomposição do diferencial face ao total da região do Alentejo (2019, em pp)



Em 2019, as margens operacional e líquida eram mais elevadas nas grandes empresas da região do Alentejo (13% e 6%, respetivamente) e menores nas pequenas e médias empresas (10% e 3%, respetivamente) e nas microempresas (11% e 3%, respetivamente). Entre 2015 e 2019, as grandes empresas apresentaram, de forma geral, as margens operacional e líquida mais elevadas.

Por setores de atividade económica, a eletricidade e água apresentou, em 2019, as margens mais elevadas; margem operacional de 47% e margem líquida de 14%. Em sentido contrário, o comércio registou a margem operacional mais reduzida (6%), posição ocupada, no que respeita à margem líquida, pela indústria e pela construção (2%).

Na Caixa 2, “Análise DuPont da rentabilidade dos capitais próprios” é apresentada uma análise da rentabilidade dos capitais próprios que decompõe este indicador em função da rentabilidade das vendas, da rotação do ativo e da alavancagem financeira. No período 2015-2019, a rentabilidade dos capitais próprios das empresas da região do Alentejo ficou genericamente abaixo da registada no total das empresas. Esta situação decorre de menores níveis de rotação do ativo e de alavancagem financeira. A diminuição da rentabilidade dos capitais próprios registada em 2018, no entanto, aparenta estar associada, em maior medida, a uma redução da rentabilidade das vendas.

Caixa 2 • Análise DuPont da rentabilidade dos capitais próprios

De acordo com a Análise DuPont para a decomposição da rentabilidade dos capitais próprios, este indicador decompõe-se em três fatores, de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{rentabilidade dos capitais próprios} = \frac{\text{RLP}}{\text{CP}} = \frac{\text{RLP}}{\text{VN}} \times \frac{\text{VN}}{\text{ativo}} \times \frac{\text{ativo}}{\text{CP}}$$

O primeiro fator desta decomposição DuPont é a **rentabilidade das vendas**:

$$\frac{\text{resultado líquido do período (RLP)}}{\text{volume de negócios (VN)}} = \text{rentabilidade das vendas}$$

O valor deste rácio, medido em percentagem, indica a parcela do volume de negócios convertida em resultado líquido do período; é, desta forma, um indicador da capacidade das empresas obterem margens de lucro com a sua atividade.

Um aumento deste rácio, com tudo o resto constante, tem um impacto positivo sobre a rentabilidade dos capitais próprios.

O segundo fator da decomposição DuPont da rentabilidade dos capitais próprios é a **rotação do ativo**:

$$\frac{\text{volume de negócios (VN)}}{\text{ativo}} = \text{rotação do ativo}$$

Este rácio indica o volume de negócios gerado por cada euro de ativo investido, traduzindo o nível de eficiência das empresas na utilização dos seus recursos.

Quanto maior a rotação do ativo, com tudo o resto constante, maior a capacidade das empresas para remunerar os seus capitais próprios.

O terceiro fator da decomposição DuPont da rentabilidade dos capitais próprios é a **alavancagem financeira**:

$$\frac{\text{ativo}}{\text{capitais próprios (CP)}} = \text{alavancagem financeira}$$

O valor deste rácio reflete a dimensão do ativo em relação aos capitais próprios. Este rácio será tanto mais elevado quanto menor o peso dos capitais próprios na estrutura de financiamento, indicando uma maior alavancagem.

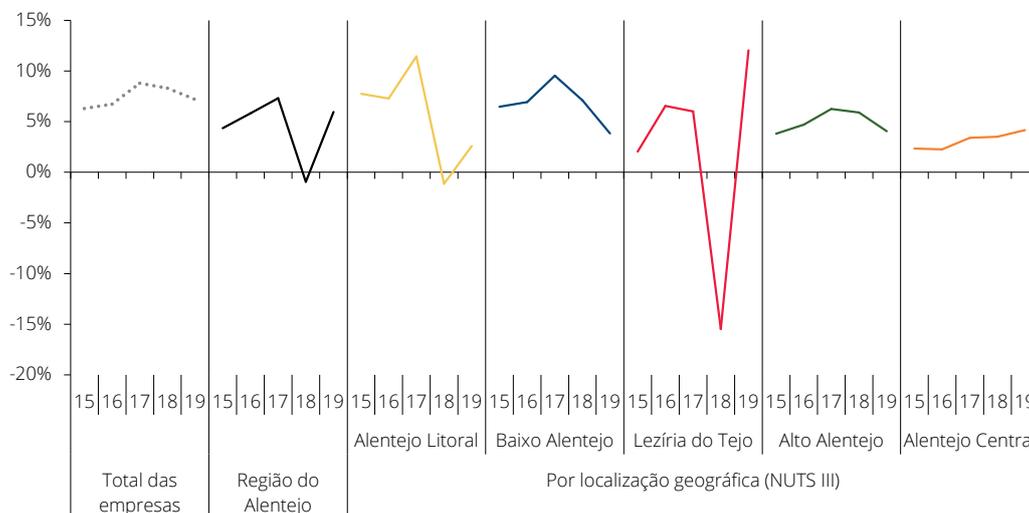
Um aumento da alavancagem financeira, com tudo o resto constante, tem um impacto positivo sobre a rentabilidade dos capitais próprios, já que traduz uma redução da proporção dos capitais próprios a remunerar.

Esta análise considera o impacto de cada um dos três fatores sobre a rentabilidade dos capitais próprios de forma autónoma (mantendo os restantes constantes), pelo que não são analisadas as relações de dependência entre eles. Em particular, uma variação da alavancagem financeira terá impacto na rentabilidade das vendas, na medida em que, em geral, os instrumentos de capital alheio têm um custo associado. Esse custo implica uma redução da rentabilidade das vendas e é tendencialmente crescente com o nível de endividamento e de risco. Por uma questão de simplificação, estas interdependências não são consideradas nesta análise.

Em 2019, a rentabilidade dos capitais próprios das empresas da região do Alentejo foi de 6%, um valor inferior ao observado no total das empresas (7%) e 7 pp acima do registado em 2018. Esta subida surgiu depois de a rentabilidade das empresas da região ter sido negativa, em 1%, em 2018, consequência das rentabilidades agregadas negativas das empresas da Lezíria do Tejo e do Alentejo Litoral (15% e 1%, respetivamente). Nos anos anteriores, a rentabilidade da região

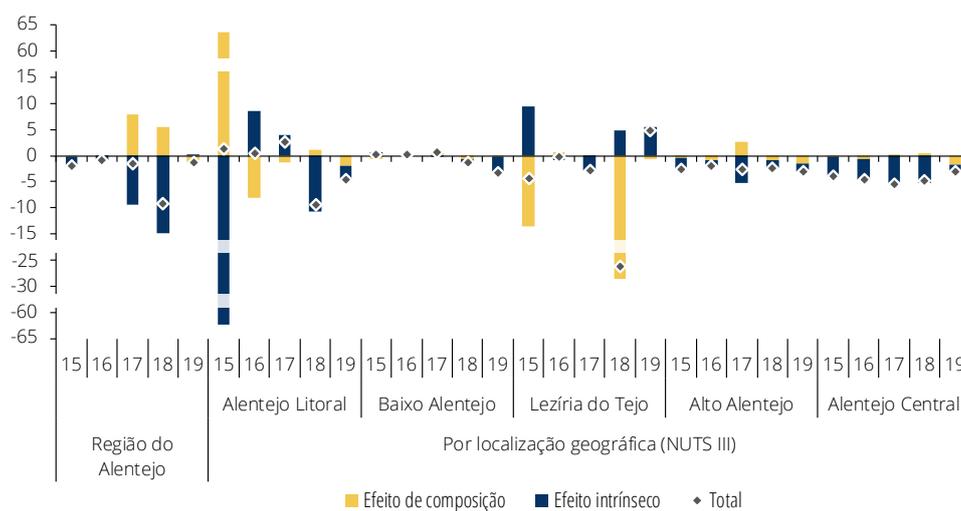
acompanhou, genericamente, a evolução registada no total das empresas, mesmo que num nível consistentemente inferior (Gráfico C2.1).

Gráfico C2.1 • Rendibilidade dos capitais próprios



No período 2015-2019, os diferenciais entre as rendibilidades dos capitais próprios registadas na região do Alentejo (e nas respetivas sub-regiões) e a observada no total das empresas do território nacional decorreram, sobretudo, das características intrínsecas das empresas (Gráfico C2.2). Em alguns períodos, a composição setorial também determinou significativamente os diferenciais apresentados (no Alentejo Litoral ou na Lezíria do Tejo, por exemplo).

Gráfico C2.2 • Rendibilidade dos capitais próprios | Decomposição do diferencial face ao total das empresas (em pp)



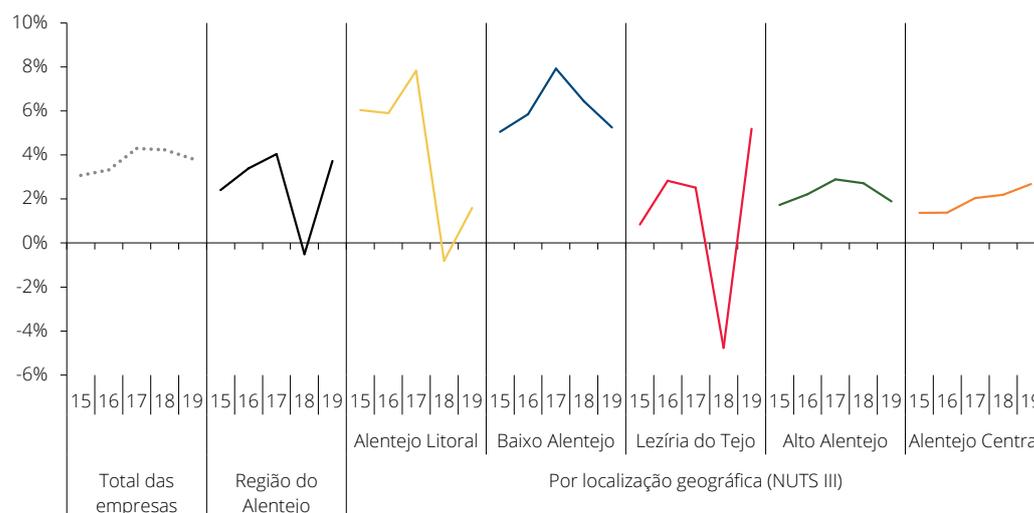
Rendibilidade das vendas

A rendibilidade das vendas é um indicador da margem obtida pelas empresas, que quantifica a capacidade de as empresas transformarem os seus rendimentos, na sua maioria provenientes do volume de negócios, em resultados líquidos, depois de deduzidos os gastos relacionados com a sua atividade.

Em 2019, a rendibilidade das vendas das empresas da região do Alentejo foi positiva em 3,7%, valor similar ao registado considerando o total das empresas (3,8%) e representativo de um crescimento de 4 pp face ao observado na região em 2018 (Gráfico C2.3). A recuperação da rendibilidade das vendas na região do Alentejo esteve essencialmente associada às subidas registadas na Lezíria do Tejo e no Alentejo Litoral. Em oposição, no Baixo Alentejo e no Alto Alentejo, a rendibilidade das vendas diminuiu.

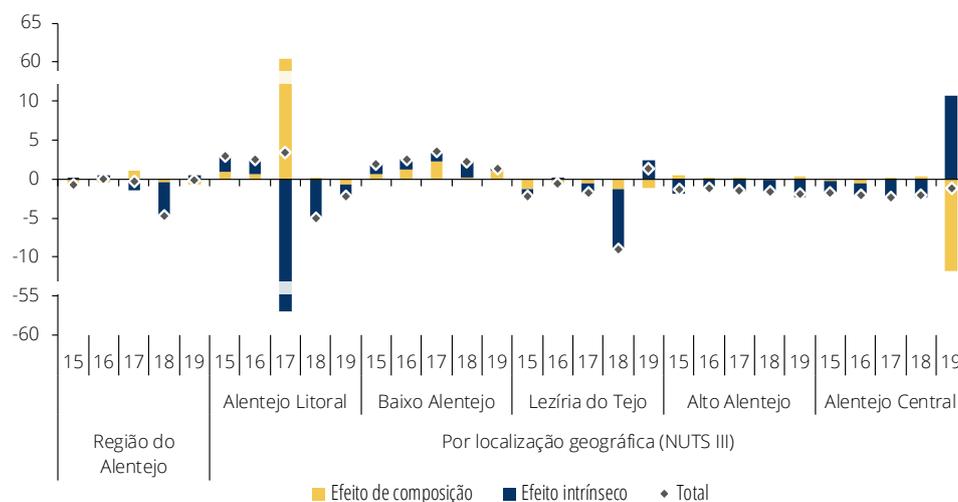
Entre 2015 e 2019, a rendibilidade das vendas das empresas da região do Alentejo foi positiva na maior parte dos anos. Por sub-regiões, a rendibilidade das vendas foi, em geral, inferior à registada no total das empresas na Lezíria do Tejo (com exceção do verificado em 2019), no Alto Alentejo e no Alentejo Central. No Alentejo Litoral, este indicador situou-se, entre 2015 e 2017, acima do valor registado no total das empresas do território nacional. Já no Baixo Alentejo, a rendibilidade das vendas foi superior à do total das empresas em todo o período analisado.

Gráfico C2.3 • Rendibilidade das vendas



Os diferenciais entre as rendibilidades das vendas das empresas da região do Alentejo (e das sub-regiões que a integram) e as observadas no total das empresas foram, no período 2015-2019, determinados, essencialmente, pelas características intrínsecas das empresas de cada agregado territorial. O contributo do efeito intrínseco para os diferenciais registados face ao total das empresas deu-se, em geral, ao longo deste período, no sentido do diferencial total, ou seja, contributos negativos desta componente determinaram tendencialmente diferenciais negativos, e vice-versa (Gráfico C2.4). Esta tendência foi particularmente notória no Alto Alentejo e no Alentejo Central (exceto em 2019, no segundo caso), o que evidencia níveis de rendibilidade das vendas inferiores aos registados quando consideradas empresas dos mesmos setores no total das empresas. O Baixo Alentejo destacou-se ao apresentar sistematicamente empresas com rendibilidades das vendas superiores às do total das empresas, como consequência do efeito intrínseco e do efeito de composição, sugerindo uma maior relevância de setores com maiores níveis de rendibilidade no tecido empresarial desta sub-região.

Gráfico C2.4 • Rendibilidade das vendas | Decomposição do diferencial face ao total das empresas (em pp)



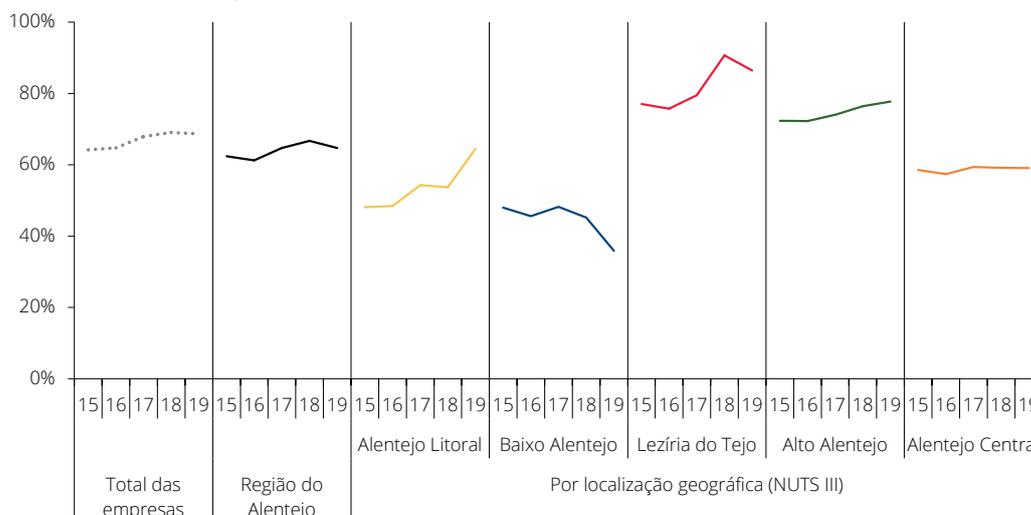
Rotação do ativo

A rotação do ativo é um dos fatores explicativos da rentabilidade das empresas, por relacionar os montantes investidos nos ativos com os rendimentos por estes gerados. Ao quantificar a percentagem dos ativos coberta pelo volume de negócios anual, toma-se como referência o valor 100, percentagem acima da qual o volume de negócios gerado anualmente pelas empresas permite cobrir integralmente o valor do ativo. O inverso deste rácio permite ainda avaliar o número de anos de atividade necessários para cobrir o valor dos ativos.

Em 2019, o volume de negócios na região do Alentejo correspondia a 65% do ativo, menos 4 pp do que no total das empresas. As empresas da região apresentaram, no período analisado, de forma estrutural, níveis de rotação do ativo inferiores aos do total das empresas.

A rotação do ativo era mais elevada na Lezíria do Tejo (86%) e no Alto Alentejo (78%). As restantes sub-regiões registavam níveis de rotação do ativo inferiores aos verificados na totalidade das empresas, situação observada consistentemente no período 2015-2019 (Gráfico C2.5). Neste período, a rotação do ativo aumentou 2 pp na região do Alentejo (5 pp no total das empresas). Este aumento foi superior no Alentejo Litoral (16 pp), na Lezíria do Tejo (9 pp) e no Alto Alentejo (5 pp), em contraste com a diminuição registada no Baixo Alentejo (12 pp).

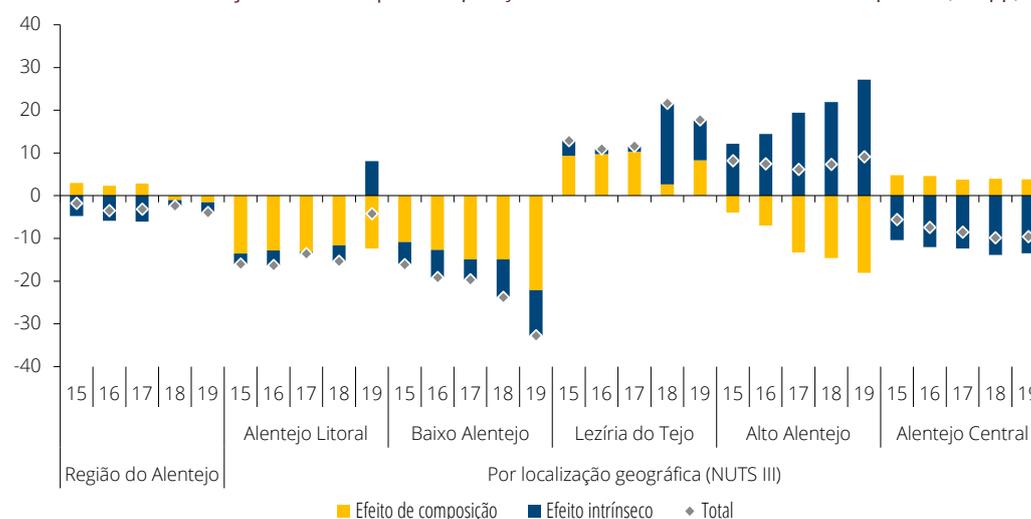
Gráfico C2.5 • Rotação do ativo



No período 2015-2019, os menores níveis de rotação do ativo das empresas da região do Alentejo, em comparação com o total das empresas, foram determinados, genericamente, pelas características intrínsecas das empresas, tendo a composição setorial contribuído, entre 2015 e 2017, para que o diferencial da região face ao total das empresas fosse menos negativo (Gráfico C2.6).

Também nas sub-regiões do Alto Alentejo e do Alentejo Central foram as características intrínsecas a determinar, ao longo do período em análise, os diferenciais face ao total das empresas em termos da rotação do ativo, o que contribuiu, no Alto Alentejo, para diferenciais positivos e, no Alentejo Central, para diferenciais negativos. Em ambas as situações, o efeito associado à composição setorial de cada sub-região compensou parcialmente os contributos associados ao efeito intrínseco. Pelo contrário, no Alentejo Litoral e no Baixo Alentejo, o aporte do efeito de composição assumiu maior relevância e, em geral, foi reforçado pelo contributo do efeito intrínseco, em termos de menores níveis de rotação do ativo das empresas destas sub-regiões. Na Lezíria do Tejo, a maior rotação do ativo face à do total das empresas foi, até 2017, determinada pela composição do respetivo tecido empresarial, passando o diferencial a estar associado, desde então, em maior medida, às características intrínsecas das empresas.

Gráfico C2.6 • Rotação do ativo | Decomposição do diferencial face ao total das empresas (em pp)



Alavancagem financeira

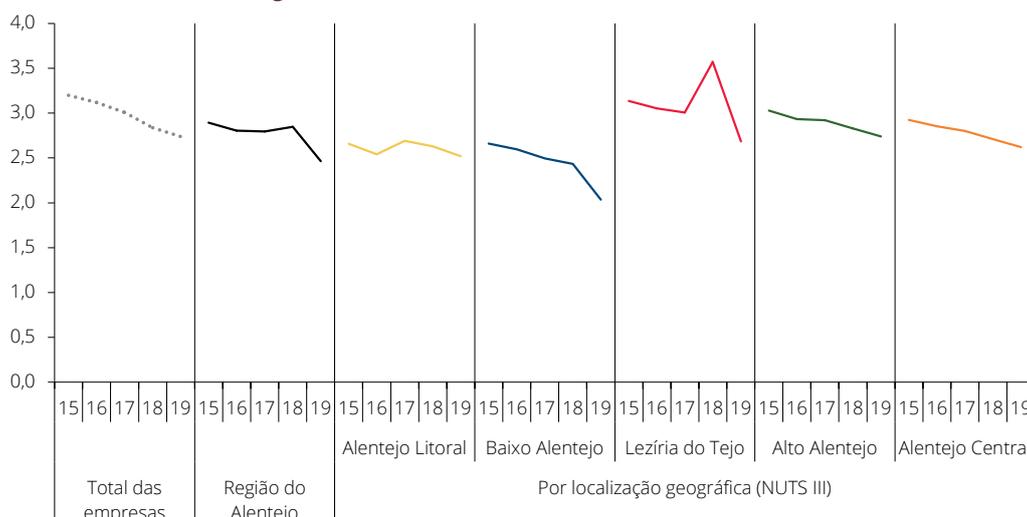
A estrutura de financiamento das empresas é igualmente um dos fatores determinantes para a rentabilidade dos capitais próprios, ao refletir qual a proporção dos ativos (que as empresas utilizam na obtenção de rendimentos) financiados pelos acionistas. Quanto menor for essa proporção, considerando tudo o resto constante, maior será o retorno por unidade de capitais próprios. Além dos capitais próprios, as empresas podem recorrer a capitais alheios para financiar os seus ativos, os quais incluem a dívida remunerada (títulos de dívida, empréstimos bancários, financiamentos de empresas do grupo e outros financiamentos), os créditos comerciais e outros passivos.

A alavancagem financeira permite quantificar a combinação de capitais próprios e de capitais alheios utilizada pelas empresas, ao indicar o número de vezes que os capitais próprios são cobertos pelo ativo. Este rácio será tanto maior quanto maior o recurso a capitais alheios. Em empresas rentáveis, o aumento da alavancagem financeira contribui positivamente para o nível de rentabilidade dos capitais próprios, considerando tudo o resto constante. No entanto, o seu efeito sobre a rentabilidade dos capitais próprios não deve ser avaliado sem considerar as implicações genericamente associadas a maiores níveis de alavancagem financeira, já que o maior recurso a capitais alheios pode implicar uma maior vulnerabilidade e exposição ao risco da empresa ou do agregado em causa.

Em 2019, o ativo das empresas da região do Alentejo representava 2,5 vezes o valor dos respetivos capitais próprios, valor ligeiramente inferior ao registado no total das empresas (Gráfico C2.7). No período 2015-2019, as empresas da região apresentaram níveis de alavancagem financeira inferiores aos do total das empresas. O valor deste indicador diminuiu 0,4 unidades, uma redução, ainda assim, inferior à observada no total das empresas (0,5 unidades).

Apenas no Baixo Alentejo a alavancagem financeira era inferior à da região do Alentejo, em 2019. No período em análise, todas as sub-regiões verificaram reduções dos respetivos valores de alavancagem financeira, tendo o Baixo Alentejo registado a mais significativa: 0,6 unidades. Em 2019, o nível de alavancagem financeira era superior na Lezíria de Tejo, no Alto Alentejo (2,7 unidades, em ambos os casos) e no Alentejo Central (2,6 unidades).

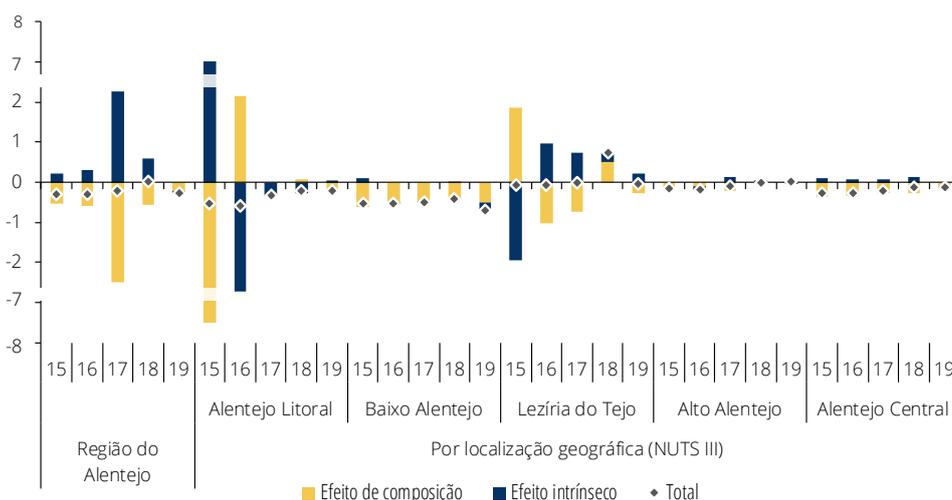
Gráfico C2.7 • Alavancagem financeira



Os menores níveis de alavancagem financeira registados na região do Alentejo como um todo, em comparação com o verificado no total das empresas, foram determinados, em maior escala, pela composição setorial do respetivo tecido empresarial (Gráfico C2.8), o que indica a preponderância de setores com níveis de alavancagem financeira mais reduzidos na região. Este contributo foi compensado, em grande parte dos casos, pelas características intrínsecas das empresas, sugerindo a presença, na região, de empresas com níveis mais elevados de alavancagem financeira, comparativamente com o registado no total das empresas, nos mesmos setores de atividade.

Entre 2015 e 2019, o efeito de composição contribuiu negativamente para as diferenças registadas entre os níveis de alavancagem financeira do Baixo Alentejo, do Alentejo Central e da região do Alentejo como um todo, face ao total das empresas. Este efeito foi predominante na definição de níveis de alavancagem financeira inferiores aos do total das empresas, ainda que, por vezes, com uma compensação parcial de aportes positivos associados ao efeito intrínseco. Nas sub-regiões do Alentejo Litoral e da Lezíria do Tejo, observou-se uma maior volatilidade dos sinais associados a cada um dos efeitos.

Gráfico C2.8 • Alavancagem financeira | Decomposição do diferencial face ao total das empresas (em unidades)



A rendibilidade dos capitais próprios das empresas da região do Alentejo situou-se, entre 2015 e 2019, genericamente, abaixo da registada no total das empresas, o que parece decorrer de menores níveis de rotação do ativo e de alavancagem financeira na região, afetando a respetiva rendibilidade dos capitais próprios, devido à maior parcela de capitais próprios a remunerar. A tendência genérica registada no período analisado não explica, no entanto, a diminuição da rendibilidade dos capitais próprios registada em 2018 e a sua recuperação em 2019, evoluções associadas, em maior medida, ao comportamento da rendibilidade das vendas, cujas diferenças face ao total das empresas foram explicadas, essencialmente, pelas características intrínsecas das empresas da região, no período em análise.

No que respeita às sub-regiões, os menores níveis de rendibilidade dos capitais próprios registados em 2019 no Alentejo Litoral, no Baixo Alentejo, no Alto Alentejo e no Alentejo Central, face ao verificado no total das empresas, apresentaram fatores explicativos distintos. No Alentejo Litoral e no Alentejo Central, a menor rendibilidade dos capitais próprios terá sido determinada pela menor rendibilidade das vendas (remuneração inferior pelas vendas efetuadas), de rotação do ativo (indicando menores níveis de eficiência tendo em conta os ativos empregues por unidade

de volume de negócios gerada) e de alavancagem financeira (ativos financiados em maior medida por capitais próprios). No Alto Alentejo, a rentabilidade dos capitais próprios da sub-região terá sido determinada pela respetiva rentabilidade das vendas, enquanto no Baixo Alentejo a menor rentabilidade dos capitais próprios terá resultado dos menores níveis de rotação do ativo e de alavancagem financeira. Pelo contrário, na Lezíria do Tejo, a maior rentabilidade das vendas e o maior nível de rotação do ativo terão determinado a maior rentabilidade dos capitais próprios.

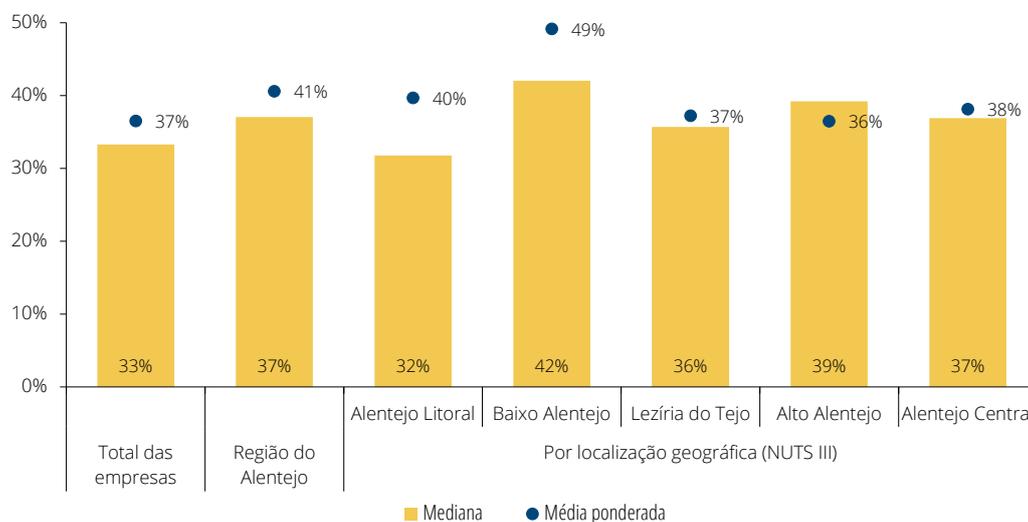
3.2 Situação financeira

3.2.1 Capitais próprios

Em 2019, a autonomia financeira das empresas da região do Alentejo era de 41% (35% em 2018), valor superior em 4 pp ao registado no total das empresas (Gráfico I.3.10). Entre 2015 e 2019, a autonomia financeira da região aumentou 6 pp (5 pp no total das empresas). Neste período, a autonomia financeira da região foi genericamente superior ao valor observado no total das empresas, à exceção de 2018.

A autonomia financeira agregada das empresas da região do Alentejo era, em 2019, 4 pp superior ao valor da mediana da distribuição associada aos valores individuais das respetivas empresas (37%). Entre 2015 e 2019, a mediana da autonomia financeira das empresas da região foi, em geral, inferior ao valor agregado do indicador.

Gráfico I.3.10 • Autonomia financeira | Média ponderada e mediana da distribuição (2019)



As empresas do Baixo Alentejo apresentaram, em 2019, a autonomia financeira média mais elevada (49%), seguindo-se o Alentejo Litoral (40%). A mediana dos valores de autonomia financeira era igualmente mais elevada no Baixo Alentejo (42%). Esta sub-região e o Alentejo Litoral destacavam-se ao registarem os maiores diferenciais entre os valores médios e medianos de autonomia financeira: 7 pp e 8 pp, respetivamente. O Alto Alentejo era a única sub-região na qual o valor da autonomia financeira agregada (36%) era inferior ao valor registado por pelo menos metade das respetivas empresas (39%).

Entre 2015 e 2019, a autonomia financeira agregada aumentou em todas as sub-regiões do Alentejo, destacando-se o aumento de 12 pp no Baixo Alentejo.

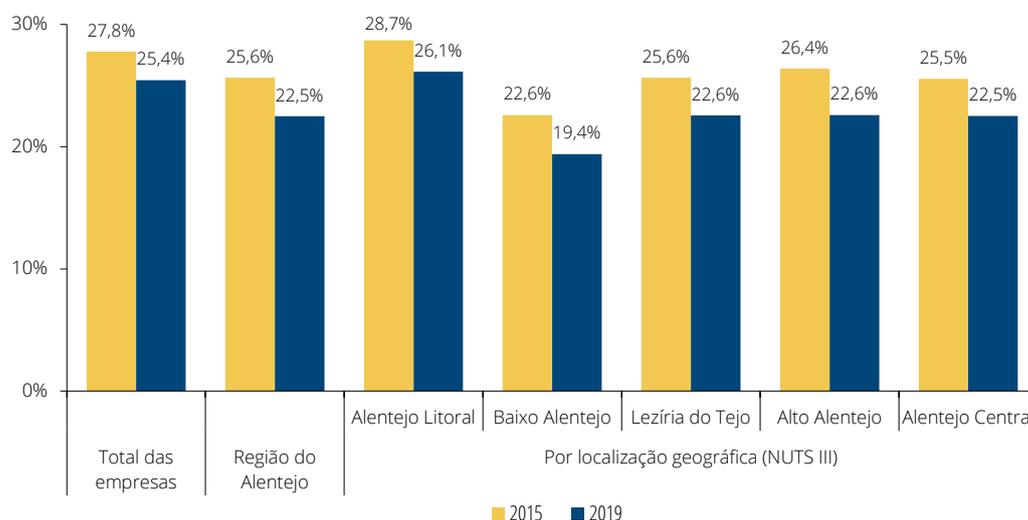
A composição setorial da região do Alentejo contribuiu sistematicamente para que a região registasse níveis mais elevados de autonomia financeira do que o verificado no total das empresas no período analisado. Já os contributos do efeito intrínseco tenderam para menores autonomias financeiras na região, com exceção de 2019, ano em que o efeito intrínseco reforçou o aporte positivo do efeito de composição, provocando um maior diferencial positivo entre a autonomia financeira da região e a registada pelo total das empresas.

Para o diferencial positivo registado entre a autonomia financeira das empresas do Baixo Alentejo e a das empresas da região do Alentejo (9 pp) contribuiu, em maior medida, a composição setorial da sub-região (5 pp). Este efeito foi positivo na maioria das sub-regiões, à exceção do Alentejo Central e da Lezíria do Tejo: em ambos os casos, o contributo negativo do efeito de composição (2 pp) foi reforçado pelo contributo negativo do efeito intrínseco associado às características específicas das empresas destas sub-regiões (de 2 pp, na Lezíria do Tejo; marginal, no Alentejo Central).

Em 2019, a autonomia financeira das empresas da região do Alentejo foi de 39% nas pequenas e médias empresas, 42% nas microempresas e 43% nas grandes empresas. Por setores de atividade económica, a agricultura e pescas apresentava a autonomia financeira mais elevada (45%), seguindo-se os outros serviços (44%) e a indústria (40%). Nos restantes setores, os níveis de autonomia financeira oscilaram entre 33%, na eletricidade e água, e 37%, na construção.

No mesmo ano, 22,5% das empresas da região apresentavam capitais próprios negativos, uma percentagem inferior em 3,0 pp à registada no total das empresas (Gráfico I.3.11). Entre 2015 e 2019, a proporção de empresas da região nesta situação diminuiu 3,2 pp, um decréscimo superior ao observado no total das empresas (2,3 pp).

Gráfico I.3.11 • Proporção de empresas com capitais próprios negativos



Entre 2015 e 2019, o peso das empresas com capitais próprios negativos decresceu em todas as sub-regiões. Essa diminuição foi mais acentuada no Alto Alentejo (3,8 pp, para 22,6%). Em 2019, o Baixo Alentejo era a sub-região com a percentagem mais baixa de empresas com capitais próprios negativos: 19,4%. Em contrapartida, a sub-região do Alentejo Litoral registava a parcela mais

elevada de empresas com capitais próprios negativos (26,1%), situação transversal ao período 2015-2019.

Em 2019, 24% das microempresas, 9% das pequenas e médias empresas e 5% das grandes empresas sediadas na região do Alentejo apresentavam capitais próprios negativos. Por setores de atividade, o comércio, os outros serviços e a indústria registavam as maiores percentagens de empresas com capitais próprios negativos (25%, no primeiro caso, e 24%, nos dois últimos casos). A agricultura e pescas apresentava a parcela mais reduzida de empresas nesta situação (17%), seguindo-se a eletricidade e água (19%) e a construção (20%). Entre 2015 e 2019, a diminuição do peso das empresas com capitais próprios negativos foi transversal aos vários setores de atividade, embora mais significativa nos outros serviços (4 pp).

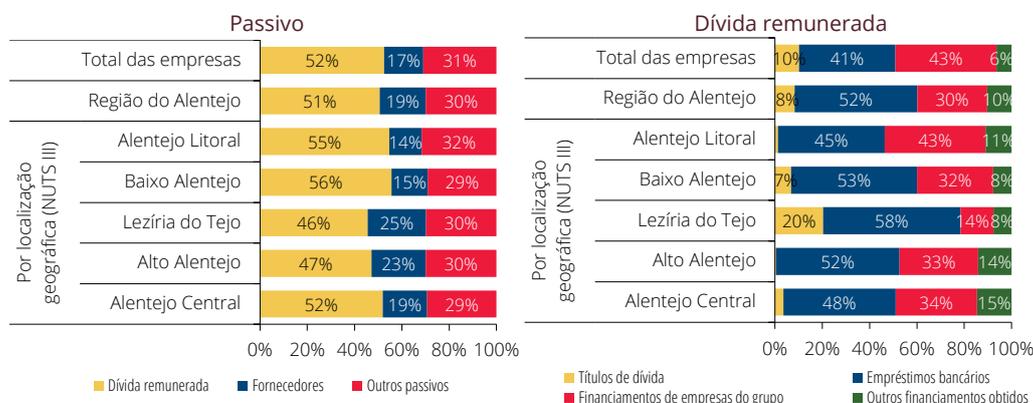
3.2.2 Capitais alheios

Em 2019, o financiamento com recurso a capitais alheios constituía a principal forma de financiamento da atividade das empresas da região do Alentejo, em linha com o observado quando considerada a totalidade das empresas em Portugal.

A dívida remunerada¹⁹ era a principal fonte de capital alheio das empresas da região do Alentejo e representava 51% do passivo das empresas da região, percentagem abaixo dos 52% registados no total das empresas (Gráfico I.3.12). As dívidas a fornecedores (créditos comerciais) correspondiam a 19% do passivo da região (17% no total das empresas) e a restante parcela estava associada a outros passivos²⁰.

Em 2019, a estrutura do passivo das empresas da região do Alentejo não diferia significativamente da evidenciada nos anos anteriores.

Gráfico I.3.12 • Passivo | Estrutura (2019)



¹⁹ A dívida remunerada corresponde ao conjunto dos financiamentos remunerados obtidos, designadamente, através da emissão de títulos de dívida, empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras, financiamentos junto de empresas do grupo e outros financiamentos obtidos.

²⁰ A classe "Outros passivos" incorpora as dívidas ao Estado e outros entes públicos, a acionistas e sócios (não remuneradas), outros passivos correntes e outras contas a pagar.

A dívida remunerada era a parcela mais relevante do passivo das empresas da região do Alentejo, independentemente da sub-região considerada, com pesos a oscilarem entre os 46%, na Lezíria do Tejo, e os 56%, no Baixo Alentejo.

Os empréstimos bancários²¹ constituíam a componente mais expressiva da dívida remunerada das empresas da região. Em 2019, esta componente representava 52% da dívida remunerada, um peso superior em 11 pp ao observado no total das empresas. Seguiam-se os financiamentos de empresas do grupo (30% da dívida remunerada, que compara com 43% no total das empresas), os outros financiamentos obtidos (10%, mais 4 pp do que no total das empresas) e os títulos de dívida (8%, menos 2 pp do que no total das empresas).

A ordenação da importância das diferentes componentes da dívida remunerada nas sub-regiões era idêntica à da região do Alentejo como um todo, com exceção da sub-região da Lezíria do Tejo, onde a dívida titulada era a segunda rubrica mais relevante, com um peso de 20% do total da dívida remunerada.

Considerando os pesos de cada componente da dívida remunerada, os empréstimos bancários assumiam maior relevância na Lezíria do Tejo, no Baixo Alentejo e no Alto Alentejo (58%, 53% e 52%, respetivamente), por contrapartida da menor expressividade dos financiamentos de empresas do grupo. Esta situação era particularmente notória na Lezíria do Tejo, sub-região na qual os financiamentos de empresas do grupo representavam 14% da respetiva dívida remunerada. Em oposição, esta componente assumia maior importância na dívida remunerada das empresas do Alentejo Litoral (43% da respetiva dívida remunerada).

A estrutura da dívida remunerada das empresas da região do Alentejo era, em 2019, similar à registada nos anos anteriores, no que respeita ao posicionamento relativo das componentes. Entre 2015 e 2019, os pesos dos empréstimos bancários e dos títulos de dívida na dívida remunerada da região diminuíram 4 pp e 2 pp, respetivamente, por contrapartida do aumento de 7 pp registado no peso dos financiamentos de empresas do grupo. A diminuição do peso dos empréstimos bancários registou-se na generalidade das sub-regiões, destacando-se as reduções verificadas no Alentejo Litoral, no Baixo Alentejo e no Alto Alentejo (16 pp, no primeiro caso, e 8 pp, nos restantes), em benefício do aumento do peso dos financiamentos de empresas do grupo. Constituiu exceção a Lezíria do Tejo, com um aumento de 5 pp do peso dos empréstimos bancários na estrutura da respetiva dívida remunerada, entre 2015 e 2019, em detrimento do peso assumido pela dívida titulada.

A dívida remunerada era a componente mais significativa do passivo das empresas da região, independentemente da classe de dimensão a que pertenciam, apresentando pesos semelhantes aos observados no total da região. A sua composição diferia, no entanto, entre as várias classes de dimensão: à semelhança do verificado no total da região, os empréstimos bancários eram a principal fonte de financiamento remunerado das pequenas e médias empresas e das microempresas (54% e 52%, respetivamente); nas grandes empresas, os financiamentos de empresas do grupo correspondiam à maior parcela da dívida remunerada (43%), em contraponto com o menor peso relativo dos empréstimos bancários (42%).

Por setores de atividade económica, a dívida remunerada representava, em 2019, a maior parcela do passivo da generalidade dos agregados, na região do Alentejo. O comércio era a única exceção, com os créditos comerciais a assumirem maior importância no passivo deste setor (38%). A dívida titulada correspondia à maior parcela da dívida remunerada na eletricidade e água (58%), posição assumida pelos empréstimos bancários nos restantes setores de atividade (pesos entre 44%, na

²¹ A Caixa 3 “Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente” disponibiliza informação complementar sobre esta fonte de financiamento.

construção, e 76%, no comércio). Os financiamentos de empresas do grupo assumiam maior destaque na dívida remunerada da construção (41%).

O passivo das empresas da região do Alentejo aumentou 0,6%, em 2019 (2,1% no total das empresas) (Quadro I.3.1). Esta subida foi determinada pelos outros passivos, com um contributo de 1,3 pp (associado a um aumento de 4,6% da rubrica), apesar dos contributos negativos de 0,7 pp e 0,1 pp da dívida remunerada e dos passivos associados a fornecedores, respetivamente (na sequência de decréscimos de 1,3% e 0,6% destas rubricas face a 2018).

Em 2019, os outros financiamentos obtidos foram responsáveis pelo principal contributo para a diminuição da dívida remunerada das empresas da região (contributo negativo de 2 pp, associado a um decréscimo da rubrica de 19%). Os financiamentos de empresas do grupo compensaram parcialmente o aporte anterior, em 1 pp, após um aumento de 4% em relação a 2018. As restantes componentes apresentaram contribuições marginais.

Quadro I.3.1 • Passivo | Taxa de crescimento anual (2019)

	Dívida remunerada	Fornecedores	Outros passivos	Passivo
Total das empresas	2,0%	2,0%	2,4%	2,1%
Região do Alentejo	-1,3%	-0,6%	4,6%	0,6%
Alentejo Litoral	-4,4%	5,5%	-2,4%	-2,5%
Por localização geográfica (NUTS III)				
Baixo Alentejo	11,3%	9,9%	11,4%	11,1%
Lezíria do Tejo	-5,5%	-8,7%	1,4%	-4,4%
Alto Alentejo	-5,4%	6,3%	7,4%	0,7%
Alentejo Central	-2,0%	2,1%	10,3%	2,1%

Nota: O sombreado escuro destaca a sub-região com a variação mais significativa do passivo e de cada uma das suas componentes. O sombreado claro identifica todas as variações positivas que não as consideradas no conjunto anterior.

O passivo das empresas das sub-regiões do Baixo Alentejo, do Alentejo Central e do Alto Alentejo aumentou 11,1%, 2,1% e 0,7%, respetivamente. As empresas do Baixo Alentejo apresentaram aumentos de todas as componentes do passivo. As demais sub-regiões registaram diminuições da dívida remunerada (entre 2,0% no Alentejo Central, e 5,5%, na Lezíria do Tejo), tendo as empresas das sub-regiões da Lezíria do Tejo e do Alentejo Litoral observado reduções do passivo.

Por classes de dimensão, os passivos das microempresas e das pequenas e médias empresas da região do Alentejo aumentaram 3% e 2%, respetivamente, em 2019. Para a subida do passivo das microempresas contribuíram particularmente os outros passivos (contributo de 2 pp, associado a um crescimento de 6%), enquanto nas pequenas e médias empresas o aumento do passivo foi determinado, essencialmente, pelo aumento dos créditos comerciais (contributo de 2 pp, associado a um crescimento de 10%). Esta rubrica também foi preponderante para o decréscimo do passivo das grandes empresas da região, de 7%, com um contributo negativo de 7 pp (na sequência de uma diminuição de 22%). Ainda nas grandes empresas, destacaram-se os contributos de 4 pp da dívida remunerada e dos outros passivos para a variação do respetivo passivo: contributo negativo, no caso da dívida remunerada (diminuição de 8%), e positivo, no caso dos outros passivos (aumento de 21%).

Por setores de atividade económica, a agricultura e pescas registou o maior crescimento do passivo (8%). Além deste setor, apenas a indústria registou um aumento do respetivo passivo. Em oposição, a eletricidade e água e o comércio registaram as maiores diminuições dos respetivos passivos: 8% e 6%, respetivamente.

Dada a relevância dos empréstimos bancários na composição do passivo das empresas da região do Alentejo, apresenta-se na Caixa 3 “Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente” informação complementar sobre esta forma de financiamento. Destaque-se a elevada concentração dos empréstimos concedidos junto das pequenas e médias empresas e das empresas da agricultura e pescas e da indústria. As empresas da Lezíria do Tejo agregavam a maior parcela dos empréstimos atribuídos à região do Alentejo. No período analisado, as empresas da região apresentaram, sistematicamente, rácios de empréstimos vencidos inferiores aos registados no total das empresas.

Caixa 3 • Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente²²

Com base na informação da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, analisa-se, nesta caixa, o montante total dos empréstimos obtidos pelas empresas da região do Alentejo junto do sistema bancário residente²³.

No final de 2020, as empresas da região do Alentejo agregavam 6% dos empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente às empresas portuguesas, um peso 1 pp superior ao observado no final de 2015.

As pequenas e médias empresas agregavam 51% dos empréstimos bancários dirigidos às empresas da região, em dezembro de 2020. A restante parcela concentrava-se, essencialmente, nas microempresas (39%), enquanto as grandes empresas reuniam 10% dos empréstimos concedidos às empresas da região (Gráfico C3.1). Entre o final de 2015 e o final de 2020, destacou-se o aumento do peso dos empréstimos concedidos às pequenas e médias empresas (2,1 pp), em detrimento, essencialmente, da parcela relativa às microempresas.

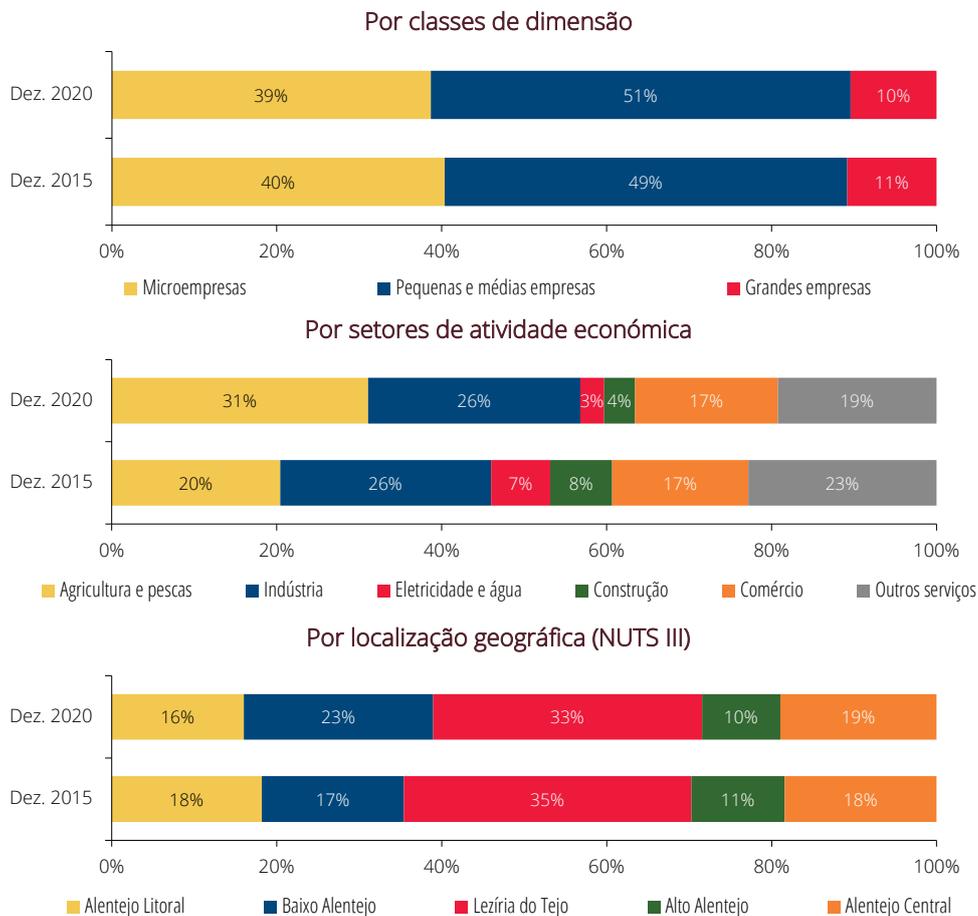
Por setores de atividade económica, a agricultura e pescas e a indústria, em conjunto, agregavam a maioria dos empréstimos bancários concedidos à região pelo sistema bancário residente (31% e 26%, respetivamente), seguindo-se os outros serviços (19%) e o comércio (17%). No período analisado, considerando a repartição dos empréstimos dirigidos a empresas da região por setores de atividade económica, destaque-se o aumento do peso da agricultura e pescas (11 pp), em contraponto com a redução do peso da eletricidade e água, da construção e dos outros serviços (4 pp, em cada um dos casos).

As empresas da sub-região da Lezíria do Tejo eram responsáveis pela maior percentagem dos empréstimos atribuídos às empresas da região do Alentejo (33%), seguindo-se as sub-regiões do Baixo Alentejo (23%), do Alentejo Central (19%) e do Alentejo Litoral (16%). Destaque-se o aumento da parcela associada ao Baixo Alentejo (6 pp, entre o final de 2015 e o final de 2020), em contraste com a menor relevância das regiões da Lezíria do Tejo, do Alentejo Litoral e do Alto Alentejo (2 pp, em cada um dos casos).

²² Informação apurada com base na Central de Responsabilidades de Crédito, uma base de dados gerida pelo Banco de Portugal com informação prestada pelas entidades participantes (instituições residentes) sobre créditos concedidos. Para mais informação, poderá ser consultado o *Caderno n.º 5 do Banco de Portugal, Central de Responsabilidades de Crédito*.

²³ Inclui, nomeadamente, bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

Gráfico C3.1 • Composição do financiamento obtido pelas empresas da região do Alentejo junto do sistema bancário residente (valores em fim de período)



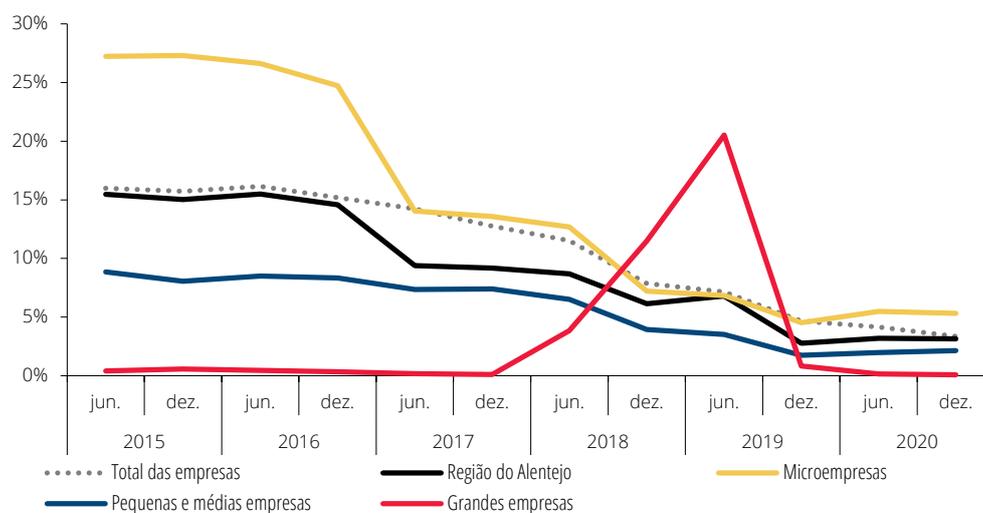
Entre 2015 e 2020, as empresas da região do Alentejo apresentaram, sistematicamente, rácios de empréstimos vencidos²⁴ inferiores aos registados no total das empresas. No final de 2020, o rácio de empréstimos vencidos na região era de 3,1% (3,4% no total das empresas), valor 12 pp abaixo do observado no final de 2015 (redução similar no total das empresas) (Gráfico C3.2).

As microempresas eram o conjunto de empresas com o maior rácio de empréstimos vencidos da região (5,3%), pese embora a diminuição de 22 pp face ao valor registado no final de 2015. O rácio de empréstimos vencidos era, no final de 2020, de 2,1% nas pequenas e médias empresas (menos

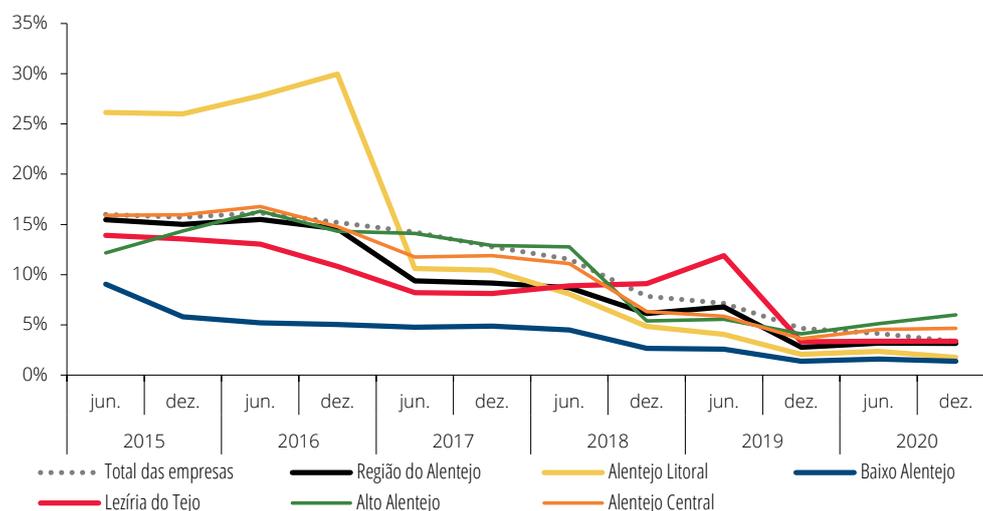
²⁴ Para o rácio de empréstimos vencidos é utilizada a informação da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal sobre empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente, sendo calculada a proporção dos montantes de empréstimos vencidos no total de empréstimos obtidos. Os empréstimos consideram-se vencidos quando se verifica a falta de pagamento das prestações da respetiva amortização relativamente às datas em que estava previsto que o mesmo ocorresse. Os clientes de crédito podem entrar em situação de incumprimento relativamente ao capital e/ou aos juros e outras despesas. Essa situação verifica-se relativamente ao capital, decorridos no máximo 30 dias após o seu vencimento sem que se tenha verificado a respetiva regularização; e, relativamente aos juros e outras despesas, a partir da data em que o pagamento deveria ter sido efetuado. Esta informação tem por base saldos de crédito registados nos balanços das instituições financeiras, os quais podem respeitar a empresas já extintas, atendendo a que, mesmo após o encerramento de uma empresa, a existência de ativos e de garantias pessoais permite que uma parte da dívida possa ainda ser amortizada. Após a cessação de atividade, uma parte significativa do crédito permanece, muitas vezes, registada como empréstimos vencidos, sendo progressivamente substituído por crédito abatido ao ativo. Para mais informações poderá ser consultado o *Boletim Económico* de maio de 2015, disponível em www.bportugal.pt.

6 pp do que no final de 2015) e de 0,1% nas grandes empresas (menos 0,5 pp do que no final de 2015). Em termos setoriais, a construção continuava a registar o rácio de empréstimos vencidos mais elevado (17,3%), apesar da redução de 24 pp face ao valor registado no final de 2015. Seguiu-se o comércio (3,4%, com uma redução de 9 pp face ao valor apresentado no final de 2015), a indústria (3,3%) e os outros serviços (2,3%). A agricultura e pescas e a eletricidade e água apresentavam, no final de 2020, os rácios de empréstimos vencidos mais baixos (1,9%, em ambos os casos). Por sub-regiões, em dezembro de 2020, o rácio de empréstimos vencidos variou entre os 6,0%, no Alto Alentejo, e os 1,4%, no Baixo Alentejo.

Gráfico C3.2 • Rácio de empréstimos vencidos (% do total, valores em fim de período)
Por classes de dimensão



Por localização geográfica (NUTS III)



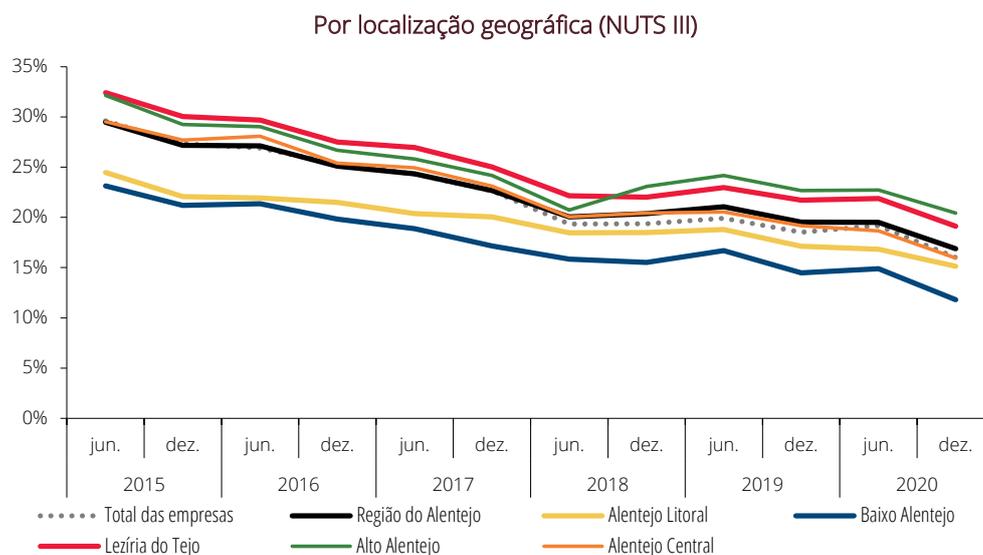
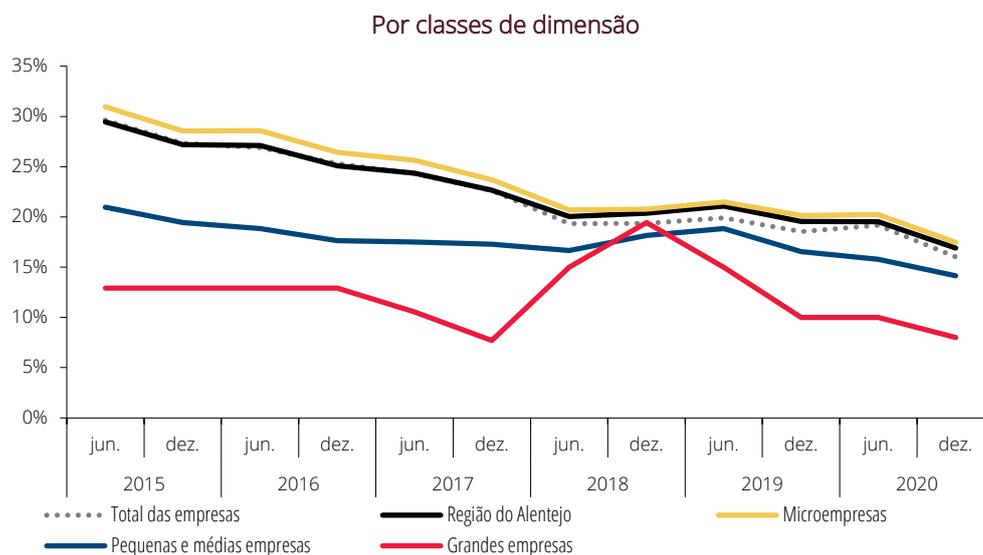
A percentagem de empresas com crédito em incumprimento na região do Alentejo era de 16,9% no final de 2020, mais 1 pp do que no total das empresas (Gráfico C3.3). Entre 2015 e 2020, a percentagem de devedores com empréstimos vencidos diminuiu 10 pp na região, redução superada, ainda assim, pela registada no total das empresas (11 pp).

A percentagem de devedores com empréstimos vencidos decrescia com a classe de dimensão. Em dezembro de 2020, essa percentagem era de 17,5% nas microempresas (menos 11 pp do que no final de 2015), 14,1% nas pequenas e médias empresas e 8,0% nas grandes empresas (menos 5 pp do que no final de 2015, em cada um dos casos).

Por setores de atividade económica, a construção registava a maior percentagem de devedores em incumprimento (26,2%), ainda que tenha apresentado a maior redução face ao final de 2015 (20 pp), seguindo-se a indústria (20,5%), o comércio (19,5%) e a eletricidade e água (18,9%).

Por localização geográfica, destacaram-se as sub-regiões do Alto Alentejo e da Lezíria do Tejo, ao apresentarem as percentagens de devedores com empréstimos vencidos mais elevadas no final de 2020: 20,4% e 19,1%, respetivamente. Ainda assim, estas sub-regiões apresentaram uma diminuição deste indicador face ao final de 2015 (9 pp e 11 pp, respetivamente), em linha com as evoluções registadas nas restantes sub-regiões. Em contraponto, a sub-região do Baixo Alentejo era aquela que, no final de 2020, apresentava a menor percentagem de empresas em incumprimento (11,8%).

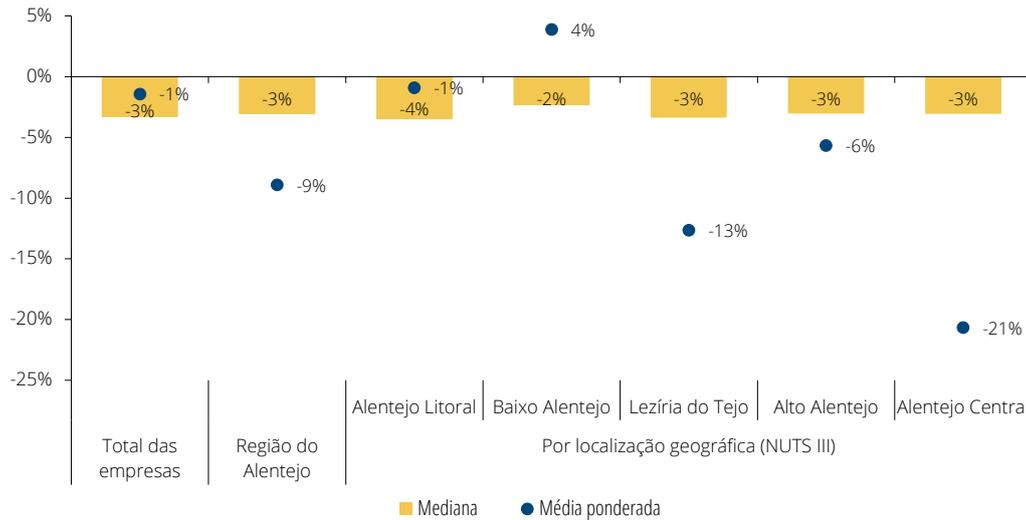
Gráfico C3.3 • Percentagem de devedores com empréstimos vencidos (valores em fim de período)



3.2.3 Gastos de financiamento e solvabilidade

Em 2019, os gastos de financiamento²⁵ das empresas da região do Alentejo diminuiram, em média, 9% em relação a 2018 (decréscimo de 1% no total das empresas) (Gráfico I.3.13). Os gastos de financiamento das empresas da região diminuiram todos os anos durante o período 2015-2019, conduzindo a uma redução acumulada de 30% (28% no total das empresas).

Gráfico I.3.13 • Gastos de financiamento | Média ponderada e mediana da taxa de crescimento anual (2019)



No entanto, em 2019, a redução dos gastos de financiamento, em termos agregados, não representou a situação registada pela maior parte das empresas da região: metade das empresas apresentou uma redução inferior a 3% ou mesmo um aumento dos gastos de financiamento (situação similar à registada quando considerado o total das empresas).

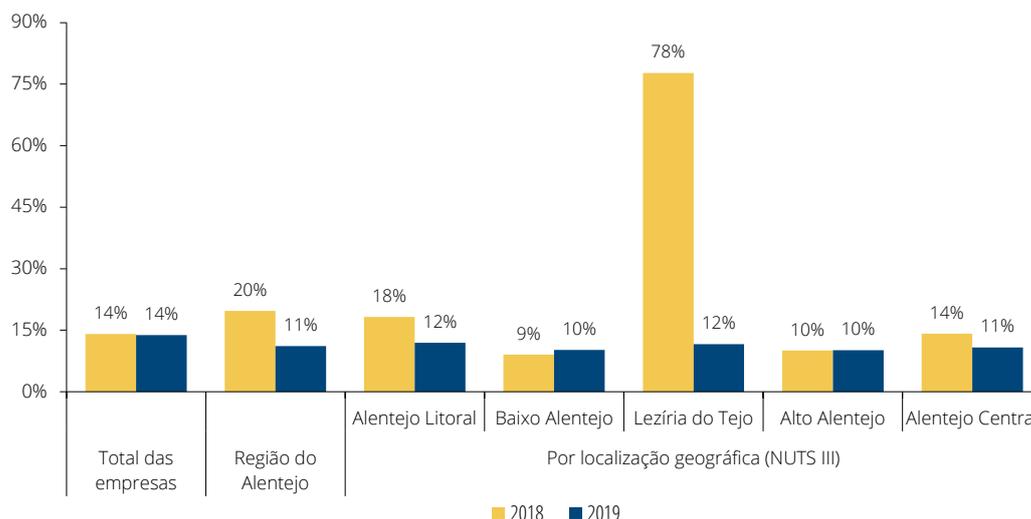
Para a redução dos gastos de financiamento das empresas da região do Alentejo em 2019 contribuíram, essencialmente, as empresas do Alentejo Central e da Lezíria do Tejo, com reduções dos respetivos gastos de financiamento de 21% e 13%, respetivamente. Também o Alto Alentejo e o Alentejo Litoral registaram diminuições dos gastos de financiamento: 6% e 1%, respetivamente. O Baixo Alentejo foi a única sub-região com aumento dos gastos de financiamento (4%). As evoluções mais significativas registadas nas sub-regiões do Alentejo Central, da Lezíria do Tejo e do Baixo Alentejo resultaram, todavia, da evolução dos gastos de financiamento de um conjunto reduzido de empresas sediadas nestas sub-regiões, as quais determinaram uma maior disparidade entre o valor agregado da taxa de crescimento anual dos gastos de financiamento e a mediana das respetivas distribuições individuais deste indicador.

Os gastos de financiamento diminuiram 15% nas grandes empresas da região, 10% nas pequenas e médias empresas e 1% nas microempresas. A redução dos gastos de financiamento foi transversal à maioria dos setores de atividade económica, destacando-se as diminuições registadas no comércio (21%) e nos outros serviços (20%). Em oposição, os gastos de financiamento das empresas da região associadas à agricultura e pescas aumentaram 9%.

²⁵ O agregado “gastos de financiamento” compreende os juros suportados e outros gastos de financiamento.

Em 2019, o rácio de pressão financeira das empresas da região do Alentejo, avaliado pelo peso dos gastos de financiamento no EBITDA, diminuiu 9 pp, para 11% (Gráfico I.3.14). Este rácio foi inferior ao registado no total das empresas (14%), situação genericamente verificada no período 2015-2019 (com exceção de 2018). Nesse período, o rácio de pressão financeira da região diminuiu 10 pp (redução de 9 pp no total das empresas).

Gráfico I.3.14 • Peso dos gastos de financiamento no EBITDA

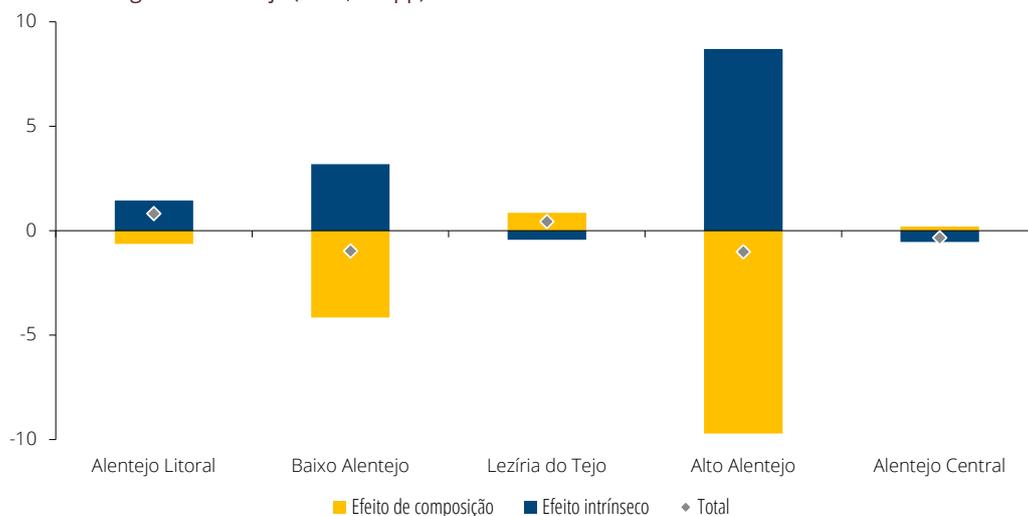


Por localização geográfica, destaque-se a redução do nível de pressão financeira da Lezíria do Tejo, entre 2018 e 2019, de 66 pp, para 12%. Esta descida (reflexo, em grande medida, do comportamento de um conjunto circunscrito de entidades sediadas nesta sub-região), conjuntamente com os decréscimos registados no Alentejo Litoral e no Alentejo Central (de 6 pp no primeiro caso, para 12%; de 3 pp, no segundo, para 11%), determinou a diminuição do indicador de pressão financeira da região como um todo.

Entre 2015 e 2017, a diferença entre a pressão financeira registada na região do Alentejo e a observada no total das empresas decorreu sobretudo do efeito de composição. Nos anos seguintes, assumiu maior preponderância o efeito intrínseco. O efeito de composição contribuiu, na maioria dos períodos, para uma menor pressão financeira na região, exceto em 2018. Nesse ano, tanto o efeito de composição como o efeito intrínseco contribuíram para a subida da pressão financeira na região. Em 2019, no entanto, ambos os efeitos contribuíram para que a pressão financeira na região se situasse abaixo do verificado no conjunto das empresas nacionais.

Contudo, ao analisar o diferencial entre a pressão financeira registada na região do Alentejo como um todo e a apresentada nas sub-regiões que a compõem, verifica-se que, em 2019, foi o contributo do efeito de composição que determinou o sentido do diferencial entre a pressão financeira do Alto Alentejo, do Baixo Alentejo e da Lezíria do Tejo e o total da região, contribuindo, nas duas primeiras sub-regiões, para níveis de pressão financeira mais baixos do que os verificados na região como um todo (Gráfico I.3.15).

Gráfico I.3.15 • Peso dos gastos de financiamento no EBITDA | Decomposição do diferencial face ao total da região do Alentejo (2019, em pp)

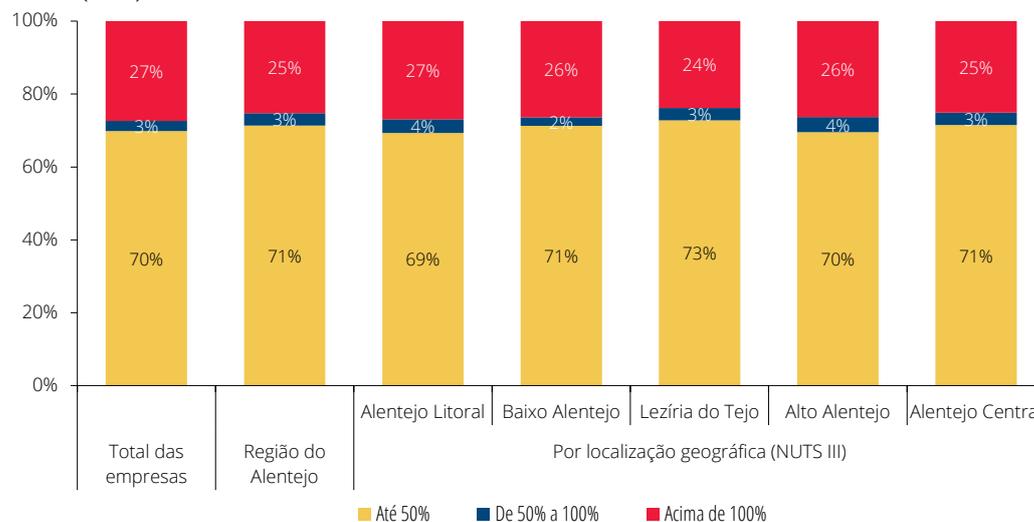


Os valores médios de pressão financeira não representavam, no entanto, a situação observada na maioria das empresas da região do Alentejo e das sub-regiões que a compõem. Em 2019, metade das empresas da região apresentou uma pressão financeira igual ou inferior a 5%, mais 1 pp do que o valor registado no total das empresas e semelhante ao observado nas várias sub-regiões.

Em 2019, comparativamente com o verificado em 2018, a pressão financeira diminuiu 17 pp nas grandes empresas da região, para 6%, 9 pp nas pequenas e médias empresas, para 14%, e 2 pp nas microempresas, para 13%. Em termos setoriais, a pressão financeira diminuiu de forma mais significativa na eletricidade e água e na construção: 6 pp e 5 pp, para 20% e 18%, respetivamente. Estes eram, no entanto, os setores com os níveis mais elevados de pressão financeira. Em oposição, o setor dos outros serviços apresentava a pressão financeira mais reduzida na região do Alentejo (8%), na sequência de uma diminuição de 2 pp deste indicador. O setor da agricultura e pescas foi o único cuja pressão financeira aumentou entre 2018 e 2019: 1 pp, para 14%. É de destacar ainda a evolução da pressão financeira associada ao comércio, setor que apresentou, em 2018, um EBITDA agregado negativo, inviabilizando a análise da respetiva pressão financeira sob a forma de rácio entre os gastos de financiamento e o EBITDA. Em 2019, a pressão financeira associada a este setor na região foi de 9%.

Em 2019, 25% das empresas da região do Alentejo não geraram EBITDA suficiente para cobrir os gastos de financiamento, percentagem inferior à observada no total das empresas (27%) (Gráfico I.3.16). Esta parcela diminuiu 5 pp face a 2015, descida similar à registada no total das empresas.

Gráfico I.3.16 • Peso dos gastos de financiamento no EBITDA | Distribuição das empresas por classes (2019)



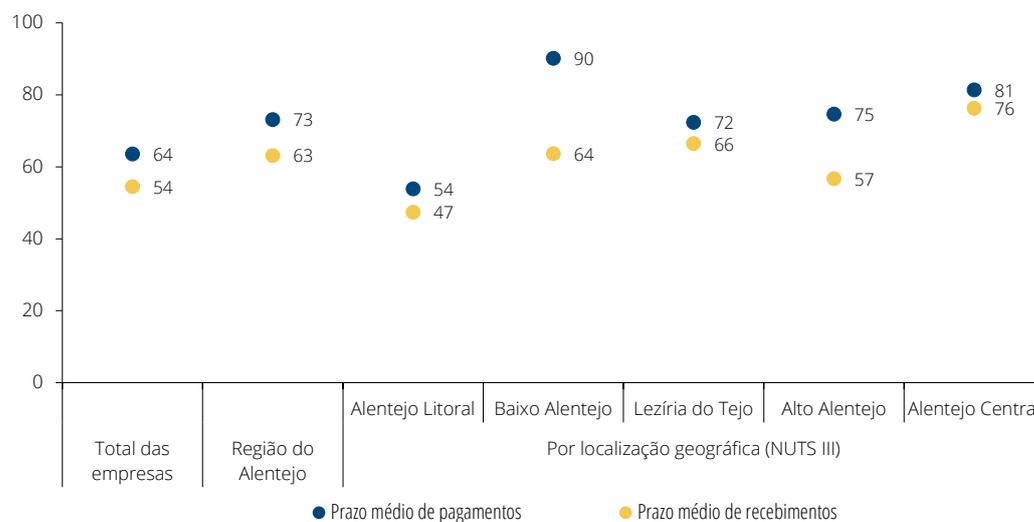
A percentagem de empresas com EBITDA insuficiente para cobrir os gastos de financiamento foi similar, nas várias sub-regiões, à verificada na região do Alentejo, oscilando, em 2019, entre 24%, na Lezíria do Tejo, e 27%, no Alentejo Litoral. Esta percentagem foi de 28% nas microempresas, 13% nas pequenas e médias empresas e 4% nas grandes empresas. Em termos setoriais, esta parcela variou entre 22%, na agricultura e pescas, e 28%, na indústria.

3.2.4 Financiamento por dívida comercial

Em 2019, o financiamento por créditos comerciais representava 19% do passivo das empresas com sede na região do Alentejo (17% no total das empresas), mais 1 pp do que em 2015.

O prazo médio de pagamentos das empresas da região foi de 73 dias, em 2019, em termos agregados, mais 10 dias do que o prazo registado para o total das empresas (Gráfico I.3.17). O prazo médio de recebimentos da região (63 dias) foi igualmente superior ao verificado no total das empresas, em 9 dias.

Gráfico I.3.17 • Prazos médios de pagamentos e de recebimentos | Em dias (2019)



Entre 2015 e 2019, os prazos médios de pagamentos e de recebimentos das empresas da região do Alentejo diminuíram, em termos agregados, 5 e 3 dias, respetivamente (4 e 9 dias, no total das empresas, respetivamente).

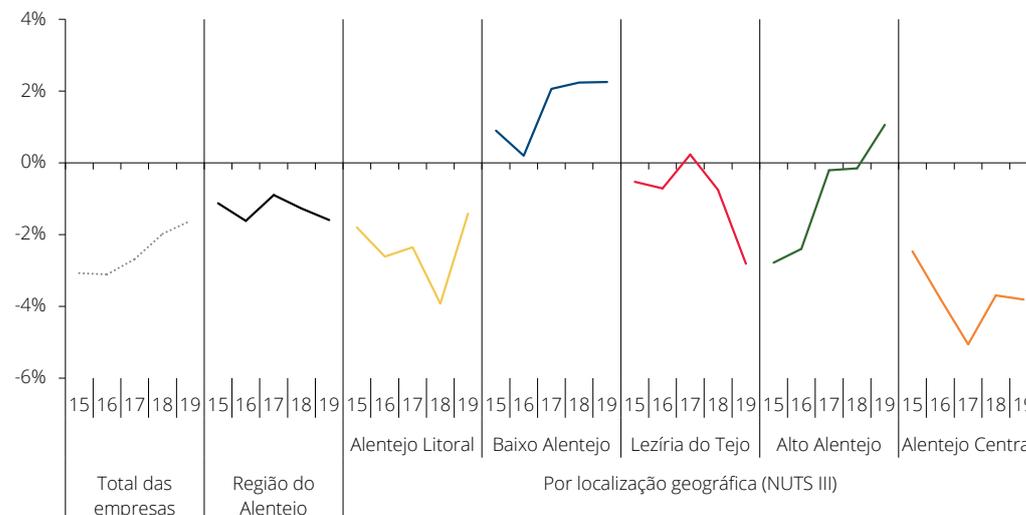
A redução dos prazos médios foi comum à maioria das sub-regiões que compõem a região, mas foi mais expressiva, no que respeita ao prazo médio de pagamentos, na Lezíria do Tejo. Nesta sub-região, o prazo médio de pagamentos diminuiu 8 dias, entre 2015 e 2019, para 72 dias. Relativamente ao prazo médio de recebimentos, destaque-se o Alto Alentejo, que entre 2015 e 2019, registou uma diminuição de 12 dias, para 57 dias. Em 2019, esta era a sub-região com o segundo maior diferencial entre os prazos médios de pagamentos e de recebimentos (18 dias), suplantada apenas pelo Baixo Alentejo (diferencial de 27 dias, na sequência de um prazo médio de pagamentos de 90 dias e de um prazo médio de recebimentos de 64 dias). Em oposição, este diferencial era mais reduzido no Alentejo Central: 5 dias, resultado de um prazo médio de pagamentos de 81 dias e de um prazo médio de recebimentos de 76 dias. Em qualquer das sub-regiões, o prazo médio de pagamentos foi superior ao prazo médio de recebimentos.

O indicador líquido de financiamento por dívida comercial²⁶, que relaciona os saldos de fornecedores e de clientes com o volume de negócios, ajuda a compreender a forma como as empresas utilizam este meio de financiamento.

Em 2019, o saldo entre as rubricas de fornecedores e de clientes das empresas da região do Alentejo, avaliado em termos líquidos, foi negativo e correspondeu a 1,6% do respetivo volume de negócios, valor idêntico ao observado para o total das empresas. O indicador líquido de financiamento por dívida comercial foi negativo, de forma estrutural, no período analisado (Gráfico I.3.18). Em termos líquidos, os créditos comerciais não constituíram uma fonte de financiamento das empresas da região, mas antes uma aplicação destas no financiamento dos seus clientes.

²⁶ O financiamento líquido por dívida comercial foi calculado pela diferença entre o saldo de fornecedores (líquido de adiantamentos) e o saldo de clientes (líquido de adiantamentos e ajustamentos). Um valor positivo implica que a empresa dispõe de um saldo de fornecedores superior ao saldo de clientes, ou seja, que a empresa está a obter financiamento através dos seus fornecedores. Um valor negativo deste indicador aponta a existência de um saldo de clientes superior ao de fornecedores, indicando que, globalmente, a empresa está a financiar os seus clientes.

Gráfico I.3.18 • Financiamento líquido por dívida comercial | Em percentagem do volume de negócios



O indicador líquido de financiamento por dívida comercial foi, em 2019, negativo na maioria das sub-regiões que integram a região do Alentejo, equivalendo a 4% do volume de negócios no Alentejo Central, a 3% na Lezíria do Tejo e a 1% no Alentejo Litoral. Este indicador foi positivo no Baixo Alentejo, correspondendo a 2% do volume de negócios da sub-região. Foi igualmente positivo no Alto Alentejo, pela primeira vez no período analisado, equivalendo a 1% do volume de negócios. Entre 2015 e 2019, o Alto Alentejo registou a maior variação no que respeita a este indicador, com um aumento de 4 pp, seguindo-se a Lezíria do Tejo, com um decréscimo de 2 pp. Nas restantes sub-regiões, este indicador apresentou variações de 1 pp ou inferiores, não obstante a volatilidade registada nas variações anuais no período.

Por classes de dimensão, o financiamento por dívida comercial foi negativo nas pequenas e médias empresas e nas microempresas, equivalendo a 3% e 1% dos respetivos volumes de negócios. Já nas grandes empresas da região, este indicador foi positivo, no equivalente a 2% do respetivo volume de negócios. Por setores de atividade económica, a agricultura e pescas e o comércio foram, em 2019, os únicos a registar financiamentos líquidos por dívida comercial positivos, equivalentes a 4% e 1% dos respetivos volumes de negócios. De entre os restantes setores, destacaram-se os outros serviços, a construção e a eletricidade e água, com financiamentos líquidos por dívida comercial negativos equivalentes a 11%, 7% e 5% dos respetivos volumes de negócios.

II Anexo

1 Síntese metodológica

1 Síntese metodológica

Autonomia financeira: Rácio entre os capitais próprios e o ativo total.

Decomposição do diferencial das sub-regiões face ao total das empresas da região do Alentejo: O diferencial entre os valores agregados para os rácios de cada sub-região analisada e o valor calculado para o total das empresas da região do Alentejo (ou face ao total das empresas) é decomposto no efeito de composição, isto é, decorrente da estrutura setorial de cada uma das sub-regiões, e no efeito intrínseco, isto é, associado às características das empresas de cada sub-região. A metodologia de decomposição do diferencial adotada neste estudo segue a definida pelo Banco Central Europeu (2017).

Dimensão da empresa: As empresas foram agrupadas em três classes: micro, pequenas e médias, e grandes empresas. Para esta classificação foram utilizados os critérios da Recomendação da Comissão Europeia de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas. Segundo esta Recomendação, são classificadas como microempresas as entidades com um número de pessoas ao serviço inferior a 10 e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros. Para efeitos deste estudo, as pequenas e médias empresas não incluem as microempresas e caracterizam-se por apresentarem um número de pessoas ao serviço menor que 250 e um volume de negócios anual que não excede 50 milhões de euros, ou um balanço total anual que não excede 43 milhões de euros. São classificadas como grandes empresas as que não se enquadram nas condições anteriores.

Distribuição por quartis: Para se calcularem os quartis, colocam-se por ordem crescente os valores das empresas para o indicador em análise. O primeiro quartil corresponde à posição dos 25% da amostra ordenada (25% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e 75% têm valor superior). O segundo quartil (ou mediana) corresponde à posição dos 50% da amostra ordenada, ou seja, metade das empresas observam um valor superior e metade um valor inferior. O terceiro quartil corresponde à posição dos 75% da amostra ordenada (75% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e 25% têm valor superior). O intervalo interquartil (obtido pela diferença entre o terceiro quartil e o primeiro quartil) dá uma indicação da dispersão da distribuição. Para mais detalhe relativamente ao cálculo destas medidas estatísticas, poderá ser consultada a publicação Estudo da Central de Balanços n.º 36 – *Quadros do setor e quadros da empresa e do setor*, fevereiro de 2019.

Dívida remunerada: A dívida remunerada corresponde ao conjunto de financiamentos remunerados obtidos pela empresa, designadamente, através da emissão de títulos de dívida, empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras, financiamentos junto de empresas do grupo e outros financiamentos obtidos.

EBITDA: Resultado antes de juros, gastos de depreciação e amortização e impostos.

Empréstimos vencidos: Os empréstimos consideram-se vencidos quando se verifica a falta de pagamento das prestações da respetiva amortização relativamente às datas em que estava previsto que o mesmo ocorresse. Os clientes de empréstimos podem entrar em situação de incumprimento relativamente ao capital e/ou aos juros e outras despesas. Essa situação verifica-se relativamente ao capital, decorridos no máximo 30 dias após o seu vencimento sem que se tenha verificado a respetiva regularização; e, relativamente aos juros e outras despesas, a partir da data em que o pagamento deveria ter sido efetuado. Esta informação tem por base saldos de empréstimos registados nos balanços das instituições financeiras, os quais podem respeitar a empresas já extintas, já que, mesmo após o encerramento de uma empresa, a existência de ativos e de garantias pessoais permite que uma parte da dívida possa ainda ser amortizada. Após a cessação de atividade, uma parte significativa dos empréstimos permanece, muitas vezes,

registada como empréstimos vencidos, sendo progressivamente substituído por empréstimos abatidos ao ativo.

Gastos da atividade operacional: O agregado “gastos da atividade operacional” compreende o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), os fornecimentos e serviços externos (FSE) e os gastos com o pessoal.

Gastos de financiamento: O agregado “gastos de financiamento” compreende os juros suportados e outros gastos de financiamento.

Índice de Theil (normalizado): Indicador sintético de especialização setorial de um agregado territorial ou região. O índice de Theil para cada região (T_r) é dado por $-\sum_{j=1}^J \left[\frac{X_{rj}}{X_r} * \ln \left(\frac{X_{rj}}{X_r} \right) \right]$, sendo X_{rj} o volume de negócios da atividade j na região r e X_r o volume de negócios total das atividades consideradas na mesma região. Varia entre 0, refletindo situações de máxima especialização, e $\ln J$, em situações de diversificação total. Ao ser efetuada a normalização deste indicador (considerando que o índice de Theil normalizado T'_r é dado por $\frac{\ln J - T_r}{\ln J}$), a leitura do indicador inverte-se, passando este a variar entre 0 e 1 em situações de máxima diversificação e de máxima especialização, respetivamente.

Localização geográfica: A localização geográfica da empresa refere-se à região onde está situada a sede da empresa. Considera-se a desagregação do território de Portugal em sete regiões, de acordo com a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS-II): Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores.

Margem líquida: Rácio entre o resultado líquido do período e o total de rendimentos.

Margem operacional: Rácio entre o EBITDA e o total de rendimentos.

Maturidade: A maturidade das empresas corresponde à idade das empresas na data de referência da análise. Consideram-se quatro classes de maturidade: até 5 anos, de 6 a 10 anos (inclusive); de 11 a 20 anos (inclusive); e mais de 20 anos (maturidade na qual se incluem as empresas com 21 anos ou mais).

Número de pessoas ao serviço: Corresponde, para cada empresa, ao número médio de pessoas ao serviço durante os meses do ano em que a mesma esteve em atividade. São consideradas todas as pessoas que participaram na atividade das empresas, independentemente do seu vínculo.

NUTS: A Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS – 2013), de acordo com o estabelecido no Regulamento da Comissão n.º 868/2014, de 8 de agosto de 2014, agrega hierarquicamente, de forma harmonizada, as estatísticas das várias regiões dos países.

Outros passivos: A classe “outros passivos” incorpora as dívidas ao Estado e outros entes públicos, a acionistas e sócios (não remuneradas), outros passivos correntes e outras contas a pagar

Pressão financeira: Rácio entre os gastos de financiamento e o EBITDA.

Rácio de empréstimos vencidos: Rácio entre o montante de empréstimos vencidos e o total de empréstimos obtidos.

Região do Alentejo: Região definida de acordo com as NUTS II que contempla as sub-regiões (atendendo à segmentação do território de acordo com as NUTS III) Alentejo Litoral, Baixo Alentejo, Lezíria do Tejo, Alto Alentejo e Alentejo Central.

Rendibilidade dos capitais próprios: Rácio entre o resultado líquido do período e os capitais próprios.

Rendimentos: Corresponde ao “total de rendimentos líquidos”, obtido através da soma do volume de negócios, variações nos inventários de produção, trabalhos para a própria entidade, subsídios à exploração, outros rendimentos e ganhos e juros e outros rendimentos similares.

Setor de atividade económica: Foram excluídas desta análise, no que respeita ao total das empresas, as empresas classificadas nas Secções K – *Atividades Financeiras e de Seguros*, O – *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória*, T – *Atividades das famílias*

empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio e U – Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais, bem como na Subclasse 70100 – *Atividades das sedes sociais* da CAE-Rev.3. Por forma a simplificar a análise, foram agregadas algumas Secções da CAE-Rev.3, tendo sido considerados os seguintes agregados: agricultura e pescas (Secção A); indústria (Secções B e C); eletricidade e água (Secções D e E), construção (Secção F), comércio (Secção G) e outros serviços (Secções H a S, com exceção das atividades excluídas do âmbito desta análise).

Setor exportador: O setor exportador engloba o subconjunto das empresas que registavam exportações de bens e serviços, para as quais: (i) estas exportações representavam pelo menos metade do volume de negócios; ou (ii) em que pelo menos 10% do volume de negócios decorresse de exportações de bens e serviços, quando estas fossem superiores a 150 mil euros.

Sistema bancário residente: Inclui bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

Volume de negócios: Valor das vendas e das prestações de serviços realizados pelas empresas durante o exercício económico (regra geral, correspondente ao ano civil).

Siglas e acrónimos

CAE	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
CMVMC	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
EBITDA	Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (do inglês, <i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>)
ENI	Empresários em nome individual
FSE	Fornecimentos e serviços externos
IES	Informação Empresarial Simplificada
INE	Instituto Nacional de Estatística
ITENF	Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
pp	Pontos percentuais
RLP	Resultado líquido do período
SEC 2010	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 2010 (Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na Comunidade)
SNF	Sociedades não financeiras

Referências

Banco Central Europeu (2017), "Decomposition techniques for financial ratios of European non-financial listed groups", *Statistics Paper Series*, n.º 21, maio de 2017.

<https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/scpsps/ecb.sps.21.en.pdf?7987429d9f97a422b02d19666f69ef7c>

Banco de Portugal (2008), "Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas Não Financeiras da Central de Balanços", *Suplemento ao Boletim Estatístico*, 1/2008, maio de 2008.

<https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/suplemento-1-2008.pdf>

Banco de Portugal (2013), "Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas", *Suplemento ao Boletim Estatístico*, 2/2013, outubro de 2013.

<https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/suplemento-2-2013.pdf>

Banco de Portugal (2015), "Central de Responsabilidades de Crédito", *Cadernos do Banco de Portugal*, n.º 5, abril de 2015.

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/5_central_responsabilidades_de_credito.pdf

Banco de Portugal (2015), *Boletim Económico*, maio de 2015.

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bol_econ_maio2015_p.pdf

Banco de Portugal (2018), "Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016", *Estudos da Central de Balanços*, n.º 31, abril de 2018.

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos_da_cb_31_2018.pdf

Banco de Portugal (2019), "Quadros do setor e quadros da empresa e do setor", *Estudos da Central de Balanços*, n.º 36, fevereiro de 2019.

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/flexpapers/1516720/Estudo_36_CB_2019.html

Banco de Portugal (2021), "Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2019", *Estudos da Central de Balanços*, n.º 46, março de 2021.

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos_da_cb_46_2021.pdf

Brandão, Elísio (2003), *Finanças*, Porto Editora, setembro 2003.

Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, relativo à definição da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3).

Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas (2003/361/CE).

Regulamento (CE) n.º 1893/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro de 2006, relativo à uniformização da classificação de atividades económicas na União Europeia.

Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na Comunidade.

Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, relativo à Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos.

Ross, Stephen A.; Westerfield, Randolph W.; Jaffe, Jeffrey F. (2010), *Corporate Finance*, ninth edition, McGraw-Hill / Irwin.

Estudos da Central de Balanços

- 1 | Quadros da empresa e do setor, novembro 2010
- 2 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal, dezembro 2010
- 3 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal, setembro 2011
- 4 | Análise setorial das indústrias alimentares, novembro 2011
- 5 | Análise setorial do alojamento, restauração e similares, novembro 2011
- 6 | Novos quadros da empresa e do setor: adaptação ao sistema de normalização contabilística, dezembro 2011
- 7 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010/2011, abril 2012
- 8 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2011/2012, novembro 2012
- 9 | Análise setorial da indústria dos têxteis e vestuário, novembro 2012
- 10 | Análise setorial da indústria do calçado, novembro 2012
- 11 | Análise do setor agrícola, dezembro 2012
- 12 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal 2006-2012, novembro 2013
- 13 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012/2013, novembro 2013
- 14 | Análise do setor automóvel, dezembro 2013
- 15 | Análise do setor da construção, janeiro 2014
- 16 | Análise do setor das atividades de informação e comunicação, abril 2014
- 17 | Análise do setor do turismo, outubro 2014
- 18 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2009-2014, novembro 2014
- 19 | Quadros do setor e quadros da empresa e do setor: série longa 1995-2013, novembro 2014
- 20 | Análise setorial da indústria metalomecânica, março 2015
- 21 | Análise das empresas do setor do mar, maio 2015
- 22 | Análise das empresas do setor exportador em Portugal, junho 2015
- 23 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010-2015, novembro 2015
- 24 | Análise das empresas dos setores da madeira, da cortiça e do papel, janeiro 2016
- 25 | Análise das empresas do setor farmacêutico, julho 2016
- 26 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2011-2016, novembro 2016
- 27 | Análise das empresas da indústria das bebidas, janeiro 2017
- 28 | Análise das empresas do setor dos transportes, julho 2017
- 29 | Rentabilidade das empresas portuguesas e europeias 2006-2015, setembro 2017
- 30 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016, dezembro 2017
- 31 | Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016, abril 2018
- 32 | Análise das empresas integradas em grupos, junho 2018
- 33 | As indústrias transformadoras em Portugal 2012-2016, junho 2018
- 34 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2017, novembro 2018
- 35 | Análise do dinamismo empresarial em Portugal, fevereiro 2019
- 36 | Quadros do setor e quadros da empresa e do setor, fevereiro 2019
- 37 | Análise das empresas privadas prestadoras de cuidados de saúde, abril 2019
- 38 | Análise das empresas da região Norte, julho 2019
- 39 | Análise dos resultados consolidados dos grupos não financeiros em Portugal 2017, julho 2019
- 40 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2018, dezembro 2019
- 41 | Análise das empresas da região Centro, janeiro 2020
- 42 | Análise das empresas privadas da educação, março 2020
- 43 | Análise das empresas da Área Metropolitana de Lisboa, abril 2020
- 44 | Análise das empresas da Região Autónoma dos Açores, agosto 2020
- 45 | Análise das empresas da Região Autónoma da Madeira, agosto 2020
- 46 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2019, março 2021
- 47 | Análise das empresas da região do Algarve, agosto 2021
- 48 | Análise das empresas da região do Alentejo, outubro 2021

